

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL

 **JAN.FEV.MAR**

ISSN 2595-2234

2019

BO
LE
TIM
DE



IMESC

CONJUNTURA

ECONÔMICA MARANHENSE



SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos.

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Luis Fernando Moura da Silva

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Carolina Araújo Quintanilha

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

COORDENAÇÃO

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

João Carlos Souza Marques

ELABORAÇÃO

Marlana Portilho Rodrigues

Matheus Pereira Farias

Paulo Eduardo Robson Mendes

Rafael Thalysson Costa Silva

Rebeca Gomes de Oliveira Batista

Renan Lessa da Costa

Talita de Sousa Nascimento

Victor Gomes Teixeira

Aline de Ávila Rocha

Anderson Nunes Silva

Carlos Eduardo Nascimento Campos

Dionatan Silva Carvalho

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

Geilson Bruno Pestana Moraes

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO

Gustavo Sampaio

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Yvens Goulart

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 7, n. 1 (jan./mar. 2019). – São Luís: IMESC, 2019.

Trimestral

65 p.

1. Economia – Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

CDU 33 (812.1)

APRESENTAÇÃO

Temos a honra de apresentar ao público a primeira edição do Boletim Trimestral de Conjuntura Econômica do Maranhão do ano de 2019, referente ao primeiro trimestre do ano. O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos. A análise estrutura-se em três dimensões, tomando como base o panorama das Economias Internacional, Nacional e, sobretudo, Maranhense. O trabalho inicia com o aprofundamento do Cenário da Economia Internacional, a partir da dinâmica das principais Economias Avançadas e Emergentes. Na segunda parte, trata-se a Conjuntura Econômica Nacional, através de indicadores de Nível de Atividades (PIB, Produção Industrial, Comércio, Endividamento, Crédito, Serviços e Inflação); Comércio Exterior (Balanço de Pagamentos, Commodities e Balança Comercial); Mercado de Trabalho (Formal e Informal) e Finanças Públicas. Na parte final, são apresentados os indicadores disponíveis acerca da Economia Maranhense: o Nível de Atividade Econômica do Estado é analisado por meio de indicadores da Produção Agrícola, Financiamento Imobiliário, Comércio, Endividamento e Inadimplência, Serviços, Investimentos e Produto Interno Bruto Maranhense. Além dessas informações, o Boletim contém análises relacionadas aos indicadores do Comércio Exterior; Mercado de Trabalho Estadual (Formal e Informal) e Municipal e, por fim, das Finanças Públicas Estaduais (Receitas e Despesas). Com uma ampla base de informações, o Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão destina-se aos gestores e técnicos governamentais das mais diversas áreas, aos empresários, trabalhadores e potenciais investidores, aos acadêmicos e pesquisadores, assim como ao público interessado em geral.

SIGLAS

ABAC	Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios
ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ADP	Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BACEN	Banco Central Do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COPOM	Comitê de Política Monetária
DBGG	Dívida Bruta do Governo Geral
DCL	Despesa Corrente Líquida
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DPF	Dívida Pública Federal
DTP	Despesa Total com Pessoal
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
Fecomércio/MA	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEMA	Federação das Indústrias do Maranhão
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação do Estado
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEC	Índice de Confiança do Empresário do Comércio Ludovicense
ICF	Índice de Confiança das Famílias
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e Serviços
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
SEPT	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
NUCI	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIB	Produto Interno Bruto

PIS	Programa de Integração Social
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRT/PERT	Programa de Regularização Tributária
RCL	Receita Corrente Líquida
RERCT	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária
RFB	Receita Federal do Brasil
SAF	Secretaria Estado de Agricultura Familiar
SAGRIMA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECTI	Secretaria da Ciência Tecnologia e Inovação
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFAZ/MA	Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão
SEINC	Secretaria de Estado de Indústria Comércio e Energia
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEPLAN/MA	Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SFH	Sistema Financeiros de Habitação
SINFRA/MA	Secretaria de Estado da Infraestrutura do Maranhão
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE/MA	Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
TEGRAM	Terminal de Grãos do Maranhão
TUP	Terminal de Uso Privativo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
VA	Valor Agregado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil: Variação do PIB Trimestral (em %) acumulada ao longo do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, entre o 1º tri/15 e o 4º tri/18.....	14
Tabela 2. Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso, Resultados Mensais do Trimestre Encerrado em dez/18, Comparações Interanual, Mensal e Trimestral (com ajuste sazonal), e acumulado em 12 meses.....	15
Tabela 3. Brasil: Variações das Atividades do Comércio Varejista e Ampliado, out/ 18 a dez/18	17
Tabela 4. Brasil: Variação (%) das Atividades do Setor de Serviços de nov/18 a dez/18	22
Tabela 5. Brasil: Balanço de Pagamentos 2015 a 2019* (US\$ milhões)	25
Tabela 6. Brasil: Balança Comercial e Corrente Comercial de 2010 até 2019* valores em US\$ milhões e Variação em (%)	30
Tabela 7. Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, 2016 a 2019; Variação Absoluta	31
Tabela 8. Brasil: Resultado Primário do Governo Central- 2017, 2018, jan/18 e jan/19, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA até jan/19– (R\$ Milhões)	32
Tabela 9. Brasil: Receitas e Despesas do Governo Central – 2017, 2018, jan/18 e jan/19 - Crescimento em % (Real inflacionado pelo IPCA até jan/19, R\$ Milhões)	33
Tabela 10. Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2017, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2017 (% a.a.), 2017/2016 e Taxa de Crescimento 2018/2017 e participação do Maranhão no Nordeste e no Brasil (%).....	40
Tabela 11. Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2019 a 2022.....	45
Tabela 12. Maranhão: Investimento Públicos Estaduais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) – 2018 a 2019.....	46
Tabela 13. Maranhão: Balança Comercial e Corrente Comercial de 2010 até 2019*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%).....	50
Tabela 14. Maranhão: Principais Complexos e Produtos exportados de 2017 até 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e Crescimento (%).....	52
Tabela 15. Maranhão: Importações Por Grandes Categorias Econômicas (CGE) de 2018 até 2019*. Valores em US\$ milhões, Participação em (% do total) e Variação em (%).....	53
Tabela 16. Maranhão: Principais Produtos das Importações de 2016 a 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Variação (%)	54
Tabela 17. Maranhão: Número de ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2016 a 2018, em mil pessoas, Variação Absoluta.....	56
Tabela 18. Brasil e Maranhão: Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2016 a 2018*	57
Tabela 19. Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado* de 2018 e 2019; saldo mensal** e variação absoluta.....	58
Tabela 20. Maranhão: Saldo de emprego formal de 2017 a 2019*, segundo subsectores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta	59
Tabela 21. Maranhão: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de empregos em 2019*.....	60
Tabela 22. Maranhão: Arrecadação de Impostos Federais (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até jan/19), Variação Percentual (%) e Variação Absoluta – 2017 e 2018, jan/18 e jan/19	62
Tabela 23. Maranhão: Arrecadação de Impostos Estaduais (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até jan/19), Variação Percentual (%) e Variação Absoluta – 2017, 2018, jan/18 e jan/19.....	62
Tabela 24. Maranhão: Principais Transferências Constitucionais para o Estado e Municípios (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até jan/19), Variação Percentual (%) e Variação Absoluta – 2017 e 2018, jan/18 e jan/19.....	63
Tabela 25. Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes (IPCA até jan/19) em R\$ Milhões, Var. % e Var. Absoluta – 2018, 2017, jan/18 e set/19	64
Tabela 26. Brasil: Gasto total e Gasto Social por categoria, valores reais* (Em R\$ 1.000) – 2014 a 2018	65
Tabela 27. Maranhão: Gasto Social, por categoria (R\$ 1.000.000, a preços de janeiro de 2019) – 2014 – 2018*	66

Tabela 28. Maranhão: Classificação Gastos por função (Em R\$ e %) – 2015 a 2018	68
Tabela 29. Brasil, Regiões e Maranhão: Gasto do Programa Bolsa Família total e por região (R\$ 1.000.000), valores reais* – 2010 a 2018.....	68
Tabela 30. Brasil, Regiões e Maranhão: Valor médio mensal por família do PBF (R\$), valores reais* – 2010 a 2018.....	69
Tabela 31. Brasil: Gasto total do Benefício de Prestação Continuada (R\$ 1.000.000), valores reais* – 2010 a 2018.....	69
Tabela 32. Brasil, Regiões e Maranhão: Valor total repassado dos benefícios emitidos da Previdência Social (R\$ 1.000), valores reais* – 2010 a 2018	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial, resultados mensais do período de jan/11 encerrado em jan/19.....	16
Gráfico 2. Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada, entre jan/12 e jan/19.....	16
Gráfico 3. Brasil: Média Móvel Semestral (%) do Volume de Vendas (Construção Civil - PMC) e Índice de Consumo Aparente (Construção Civil - IPEA) de nov/11 até nov/18	19
Gráfico 4. Brasil: Evolução do Índice de Consumo das Famílias de jan/12 a jan/19	20
Gráfico 5. Brasil: Percentual de Famílias Endividadadas, Com Contas em Atraso e Sem Condições de Pagá-las (em %) de jan/12 a jan/19	20
Gráfico 6. Brasil: Índice do Volume de Serviços e Receita Real de Serviços, com Ajuste Sazonal - dez/11 a dez/18 – Base: 2014 = 100	21
Gráfico 7. Brasil: Índice de Confiança do Setor de Serviços de jun/08 a fev/19	23
Gráfico 8. Brasil: Evolução do IPCA; Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis; Percentual Acumulado em 12 Meses - fev/99 a fev/19	24
Gráfico 9. Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre abr/19 e abr/24 em %. (out/18, nov/18 e mar/19)	25
Gráfico 10. Mundo: Evolução dos Preços Médios do Barril de Petróleo Brent e Índice de Laspeyres (base 2010=100) das commodities energéticas de fev/1980 até fev/19 e valores em US\$ nominal....	27
Gráfico 11. Mundo: Evolução dos Preços da Soja em Grãos por tonelada e Índice de Laspeyres (base 2010=100) das commodities Agrícolas de fev/80 até fev/19 e valores em US\$ nominal	28
Gráfico 12. Mundo: Índice de Laspeyres para a cotação internacional das <i>commodities</i> minerais metálicas (exceto metais preciosos), fertilizantes, Matérias Primas e evolução do preço da Pasta de celulose ¹ de jan/90 até jan/19. Base 2010=100 baseado no preço em dólares (USD) nominais	29
Gráfico 13. Brasil: Decomposição do Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB – acumulado 12 meses – 2002 a 2019*.....	35
Gráfico 14. Brasil: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB – 2002 a 2019*	35
Gráfico 15. Maranhão: Estimativa da produção das culturas acompanhadas pelo LSPA – 2018 e fev/2019 (mil toneladas).....	37
Gráfico 16. Maranhão: Evolução da Produção Estimada de Grãos entre 2017 e 2019 (mil toneladas)	38
Gráfico 17. Maranhão: Índice de Volume do Varejo Restrito e Ampliado, com ajuste sazonal de dez/11 a dez/18.....	41
Gráfico 18. Maranhão: Percentual de Famílias Endividadadas, Contas em Atraso e Sem Condições de Pagá-las (em %) de jan/12 a jan/19	42
Gráfico 19. São Luís. Índice de Pontos ICF e Média Histórica (base jan/12 até jan/19).....	43
Gráfico 20. Maranhão: Índice do Volume de Serviços e Receita Real de Serviços, com Ajuste Sazonal - mar/11 a dez/18 – Base: 2014 = 100.....	44
Gráfico 21. Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2022	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 22. Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2019	48
Gráfico 23. Maranhão: Movimentação Portuária de jan/97 até jan/19. Valores em US\$ bilhões e Volume de Carga em 1000/toneladas	49
Gráfico 24. Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação anual*, de 2012 a 2018	55
Gráfico 25. Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): 2012 a 2018, inflac. pelo IPCA a preços de nov/18.....	58
Gráfico 26. Brasil: Evolução do gasto social por categoria em termos absolutos (R\$), valores reais* – 2001 – 2018	65
Gráfico 27. Maranhão: Gasto Social per capita do Governo do Maranhão (R\$)* – 2008 – 2018**.....	67

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE GRÁFICOS.....	7
SUMÁRIO.....	8
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	9
1. CENÁRIO INTERNACIONAL.....	11
2. CENÁRIO NACIONAL.....	12
2.1. Cenário Político.....	12
2.2. Nível de Atividades	13
2.2.1. Produto Interno Bruto	13
2.2.2. Produção Industrial.....	15
2.2.3. Comércio	17
2.2.4. Serviços.....	21
2.2.5. Inflação.....	23
2.3. Comércio Exterior	25
2.3.1. Balanço de Pagamentos	25
2.3.2. <i>Commodities</i>	26
2.3.3. Balança Comercial	30
2.4. Mercado de Trabalho.....	31
2.5. Finanças Públicas.....	32
3. CENÁRIO ESTADUAL.....	37
3.1. Nível de Atividades	37
3.1.1. Produção Agrícola.....	37
3.1.2. Financiamento Imobiliário	39
3.1.3. Comércio	40
3.1.4. Serviços.....	43
3.1.5. Investimentos.....	44
3.1.6. Produto Interno Bruto	46
3.2. Comércio Exterior	48
3.2.1. Movimentação Portuária	48
3.2.2. Balança Comercial	50
3.3. Mercado de Trabalho.....	55
3.3.1. Municipal.....	60
3.4. Finanças Públicas.....	61
3.5. Gasto Social.....	64
3.5.1. Gasto Social Federal	64
3.5.2. Gasto Social do Maranhão.....	65
3.5.3. Programas de Transferência de Renda e Previdência Social	68

SUMÁRIO EXECUTIVO

O IMESC reavaliou as projeções do PIB maranhense para os anos de 2018 (de 2,7% para 2,9%) e de 2019 (4,3% para 3,7%). A estimativa para 2019 permanece maior que a de 2018 (2,9%) e 2017 (2,4%), mantendo uma série de três anos consecutivos de crescimento. Para os anos de 2020 a 2022, as estimativas também são de crescimento maior que os anos anteriores. A perspectiva de maior dinamismo na economia maranhense em 2019 frente a 2018, deve-se, sobretudo, aos investimentos em andamento e projetados, que alcançam a cifra de R\$ 16,22 bilhões nas esferas pública e privada. Somente os investimentos públicos em Infraestrutura Rodoviária correspondem a 90 projetos e totalizam R\$ 1,6 bilhões. No caso do setor agropecuário, a produção graneleira maranhense encerrou 2018 em 4,84 milhões de toneladas e deverá crescer 9,3% em 2019, com o prognóstico de uma nova supersafra neste ano. O setor industrial também é avaliado de forma otimista, tendo em vista o avanço nas operações da indústria de pelletização, a construção do Porto São Luís e os investimentos em Serviços de Utilidade Pública - SIUP, com destaque para a geração de energia.

A movimentação portuária maranhense apresentou avanço de 14,4% no volume de cargas e de 18,9% no valor movimentado, no comparativo de 2018 com o ano anterior. As exportações crescentes possibilitaram *superávit* recorde de US\$ 694,4 milhões na Balança Comercial Maranhense, impulsionada pela maior produção de alumina calcinada, complexo celulose e complexo ferro, ao avançar 20,9% em 2018 frente ao ano anterior.

Em se tratando do mercado de trabalho, o número de pessoas ocupadas (formais e informais) em 2018, no Estado, seguiu em contração, principalmente na agropecuária. O emprego formal apresentou o melhor comportamento dos últimos 5 anos, com contribuição mais expressiva dos setores de serviços e comércio. No entanto, o primeiro bimestre de 2019 registrou 2,3 mil demissões líquidas, puxadas por desmobilizações sazonais ocorridas na Construção Civil e no Comércio, mas ainda no primeiro semestre espera-se uma retomada do aumento geral nas contratações em virtude dos investimentos anunciados e em andamento nos diversos setores da economia.

A melhora no mercado formal contribuiu para o avanço de 5,9% do varejo restrito maranhense, em 2018. O Setor de Serviços, por sua vez, fechou o ano de 2018 com recuo de 0,4% em seu volume, em comparação ao ano de 2017, tendo como principal causa o mal desempenho dos Serviços de Transportes (- 5,3% em novembro de 2018). A persistência da alta taxa de desocupação contribuiu para o avanço da inadimplência de 5%, em janeiro de 2019, justificado principalmente pelas despesas inadiáveis como Água e Luz que representam 55,4% da inadimplência no Estado segundo o SPC Brasil.

Em relação às finanças públicas, destaca-se o significativo esforço do Governo Estadual em investimentos sociais, enquanto o Gasto Social do Governo Federal registrou redução de 0,3% em 2018, o Maranhão expandiu seu Gasto Social em 6,6%, em comparação com 2017, em uma atitude coerente com seu programa de Governo que prioriza a justiça social. De 2015 a janeiro de 2019, foram executados R\$ 7,4 bilhões com programas de cunho social, com destaque para Educação, que compreende 34 programas.

Em se tratando das receitas, os impostos de competência estadual obtiveram dinâmica positiva em 2018. A arrecadação ficou 6,6% acima do executado em 2017, totalizando R\$ 7,8 bilhões contra R\$ 7,4 bilhões no ano anterior. Destaca-se a elevação em R\$ 490,3 milhões do principal tributo estadual, o ICMS.

No cenário nacional, apesar do PIB ter crescido 1,1% pelo segundo ano seguido, o resultado de 2018 evidencia a dificuldade de a economia brasileira ganhar força, ainda que os níveis de endividamento e de juros da economia tenham caído. Os investimentos não reagiram como o esperado em 2018, configurando um cenário com grande capacidade ociosa na economia, verificada tanto pelo nível de utilização da indústria quanto pela taxa de desocupação. Pela ótica da oferta, o menor ritmo na Agropecuária (+0,1%) reteve o avanço da economia em 2018, após ter crescido 12,5% em 2017, seguido pela Indústria, que subiu 1,0%, e pelos Serviços, com ampliação de 1,3%. Para 2019, a previsão de crescimento é de 1,98%, divulgada no Boletim Focus de 29/03/2019.

No setor externo, as exportações cresceram 4,1%, enquanto as importações avançaram 8,5%. Entre os produtos e serviços da pauta de exportações, os maiores aumentos foram observados na agricultura, petróleo e gás, indústria automotiva, máquinas e equipamentos. Já entre as importações, as maiores altas foram observadas em refino de petróleo, materiais eletrônicos e equipamentos de comunicação e vestuário, além disso, destaca-se o fato de as plataformas de petróleo passarem a ser registradas como importação de bens de capital, o que pressionou positivamente as importações.

1. CENÁRIO INTERNACIONAL

O ano de 2019 começa com expectativas aumento dos níveis de endividamento nas principais economias globais, incertezas sobre Brexit e desaceleração da economia chinesa.

A **China** fechou 2018 com a menor taxa de crescimento desde 1990 (+6,6%) e inicia 2019 com três meses seguidos de contração na atividade industrial (dezembro a fevereiro). A guerra comercial perpetrada pelos EUA não parece ter sido a maior responsável pela redução do crescimento, visto que, apesar das tarifas comerciais, a China apresentou *superávit* recorde de US\$ 419 bilhões no comércio bilateral com os EUA em 2018, com exportações também recorde de US\$ 540 bilhões.

- Medidas para frear o forte crescimento na alavancagem da economia chinesa, cuja relação dívida/PIB subiu de 143% para 253%, em 10 anos, parecem ter tido maior peso. Redução na tomada de empréstimos por estatais, aperto no controle financeiro de governos locais, restrições ao crédito imobiliário e maior controle sobre *shadow banking*¹ foram capazes de estabilizar o galopante ritmo de endividamento, um dos motores do crescimento chinês, principalmente no período pós-crise;
- O premier Li Keqiang divulgou a meta de crescimento para 2019, uma banda de 6% a 6,5%, cujo limite inferior significaria o pior resultado em quase três décadas. Para atingir tal crescimento, Li prometeu um pacote de US\$ 300 bilhões em cortes de impostos, mirando especialmente o setor industrial e de infraestrutura. Além disso, o governo aumentou em 60% a cota para emissão de títulos de dívida para governos subnacionais, o que, aliado às isenções fiscais, elevou a meta de *déficit* orçamentário de 2,6% do PIB, em 2018, para 2,8% em 2019;
- A tomada de crédito também será mais incentivada no setor privado, com novas reduções nos depósitos compulsórios para impulsionar empréstimos a empresas menores, além de incentivos para fortalecer o mercado de títulos de dívida. Possivelmente, como em 2008, o endividamento pode ser aplicado como antídoto ao resfriamento da demanda, o que levaria o já elevado nível de alavancagem a um patamar ainda mais crítico.

Nos **EUA**, as expectativas pelo fim do afrouxamento fiscal que sustentou a recuperação vinham pondo sua curva de juros em rota de inversão, processo que foi frenado pelo FED, cuja decisão de não mais aumentar os juros deixou o mercado estadunidense incapaz de formular previsões contundentes sobre o juro futuro, causando aplainamento na curva de juros do Tesouro.

- Trump aceitou manter o acordo de trégua na guerra comercial estabelecido em dezembro, que estava previsto para acabar no 1º de março, apesar do pouco progresso chinês em atender as reais demandas de Washington, desde a abertura do mercado financeiro chinês até proteção de propriedade intelectual de empresas estrangeiras na China. O desequilíbrio comercial entre as potências se acentuou, com exportações de soja estadunidense à China, maior consumidora global, caindo 70% em 2018; as indústrias automobilística e de petróleo e GNL dos EUA também foram fortemente afetadas. Promessas de redução das tarifas chinesas sobre carros estadunidenses ainda não se concretizaram, enquanto os 2 milhões de toneladas de soja compradas neste ano representam apenas 8% dos estoques do grão, que se encontram em nível recorde nos EUA;
- A USDA prevê que 25 milhões de toneladas de soja do país não encontrarão comprador em 2019. Pequim promete comprar 10 milhões de toneladas dos EUA, num aparente esforço de trilhar caminho para o fim da disputa, compromisso que, além de não formalizado, em nada afeta as reais demandas de Trump quanto a reformas estruturais no modelo econômico chinês. A situação das negociações entre Xi e Trump está turva e o encontro entre os dois presidentes para assinar um eventual acordo, apesar de ser apresentado como "prioritário" e já ter local marcado, não tem data para ocorrer;

¹ Sistema financeiro informal que realiza atividades similares ao setor bancário sem estar sob a mesma regulação que o sistema bancário.

- Percebe-se movimento de diversificação de fornecedores pelos importadores chineses de produtos estadunidenses afetados pelas retaliações tarifárias impostas por Pequim, gerando perda estrutural de *market share*, com empresas chinesas já fechando contratos de longo prazo de compra de GLP com novos fornecedores, principalmente do Oriente Médio.

Após rechaçar novamente o acordo para o **Brexit** apresentado por Theresa May, o parlamento britânico votou por adiar a saída da UE para junho. Um segundo referendo não é descartado pelo líder do Partido Trabalhista. O adiamento carece de aprovação unânime dos países membros do bloco europeu, a se reunirem em 21 de março, sendo incerta a concessão de adiamento. Até lá, May deve tentar novamente aprovar o acordo no parlamento britânico.

2. CENÁRIO NACIONAL

2.1. Cenário Político

Governo apresenta projeto de reforma da previdência para civis, mas tramitação apenas iniciará após enviada a proposta do governo para aposentadoria dos militares.

O novo presidente da CCJ da Câmara, Felipe Francischini (PSL-PR) afirmou que só designará relator para a PEC 6/2019 após encaminhamento do projeto de lei para a nova aposentadoria dos militares para que ocorra tramitação em conjunto. Planeja-se votação na CCJ ainda no fim de março, visto que o governo trabalha com cronograma de votação em plenário da Câmara até o fim do primeiro semestre.

De acordo com o *tracking* do Atlas Político, dos 308 votos necessários, o governo já dispõe do apoio de pelo menos 155 parlamentares, enquanto 140 já se posicionam contrariamente. O governo já admite fazer concessões em pontos mais polêmicos, como a alteração no pagamento do BPC e nas regras para o trabalhador rural, pontos especialmente sensíveis ao Nordeste, além de reduzir a idade mínima das mulheres. No entanto, Guedes mira uma reforma que gere economia de ao menos R\$1 trilhão, sendo que o ministro insinuou sair do governo caso a reforma seja desidratada.

Além dos empregados no setor rural, a reforma impactará cerca de um de cada quatro dos trabalhadores maranhenses ocupados, apenas aqueles no setor formal. Vale lembrar que a reforma trabalhista praticamente excluiu do sistema previdenciário trabalhadores inseridos no novo modelo de "contrato intermitente".

Bolsonaro completou sua visita de três dias aos EUA

- Apesar de afirmar que diplomacia é a principal ferramenta ao lidar com a crise na Venezuela, Bolsonaro não descartou a possibilidade de solução militar, posição que interessa a Trump, a qual as forças armadas brasileiras se mostram totalmente contrárias. Vale lembrar que os EUA declararam o Brasil como aliado militar prioritário fora da OTAN;
- Isenção de visto para entrar no Brasil para cidadãos da Austrália, Canadá, EUA e Japão, sem contrapartida. Juntos, estes países corresponderam a, aproximadamente, 9,5% do total de turistas no país em 2017. Objetiva-se aumento do influxo de turistas desses países, fortalecendo a economia e reduzindo o *déficit* na balança comercial do turismo, que foi de US\$13,2 bilhões em 2017. Por outro lado, abrindo mão da reciprocidade, o Brasil perde poder de barganha para negociar uma eventual liberação de visto a cidadãos brasileiros desejosos de visitar estes países;
- Assinatura de acordo de salvaguardas tecnológicas para utilização comercial pelos EUA do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), a ser aprovado pelo congresso, que viabilizaria um "aluguel" do CLA aos EUA, atraindo recursos e investimentos à região. Versão anterior do acordo não encontrou apoio legislativo por impedir transferência de tecnologia e proibir desenvolvimento de foguetes brasileiros com recursos de Alcântara. O Departamento de Estado dos EUA já admitiu ser contrário à transferência de tecnologias de foguetes advindas de qualquer país ao Brasil. Também foi criticada a cláusula de extraterritorialidade, que criaria um

espaço em território nacional sob soberania estadunidense. Além disso, os EUA teriam prerrogativa de vetar uso da base por países como a China;

- Apoio estadunidense para entrada do Brasil na OCDE, grupo de países em sua maioria desenvolvidos, de caráter liberal, com potencial de aumentar a confiança de investidores internacionais no país, além de gerar maior protagonismo brasileiro na política econômica global. Em troca, Bolsonaro se comprometeu a renunciar o status preferencial brasileiro na OMC, diminuindo nossa força nas negociações comerciais internacionais.

2.2. Nível de Atividades

2.2.1. Produto Interno Bruto

Apesar do PIB ter crescido 1,1% pelo segundo ano seguido, o resultado de 2018 evidencia a dificuldade da economia brasileira em ganhar força. Além disso, o crescimento apresentou uma dinâmica diferente já que o PIB cresceu na indústria e no setor de serviços, compensando a menor contribuição da agropecuária.

Ainda que os níveis de endividamento e de juros da economia tenham caído, a economia brasileira demora a ganhar força. Os investimentos não reagiram em 2018, haja vista o cenário com grande capacidade ociosa na economia, medida tanto pelo nível de utilização da indústria quanto pela taxa de desemprego.

Pela **ótica da oferta**, o menor ritmo na *Agropecuária* (+0,1) seguiu o avanço da economia em 2018, após crescer 12,5% um ano antes, seguido pela *Indústria* que subiu 1,0% e pelos *Serviços*, com ampliação de 2,3% (Tabela 1).

- Depois de crescimento recorde em 2017, a *Agropecuária* registra variação positiva de 0,1% em 2018, decorrente, sobretudo, da agricultura. A menor produção de soja em 2018 levou à perda de dinamismo do PIB agropecuario, dado seu peso na safra. A produção do grão subiu 2,5% em 2018, enquanto foi observada elevações mais expressivas nas produções de café (+29,4%), algodão (+28,4%) e trigo +25,1%);
 - Esse resultado não foi reflexo de quebra de safra na soja. Na verdade, o grão, em 2017, encerrou em patamar recorde de produção. Então, o aumento de 2,5% foi em cima de um patamar muito elevado.
- Na *Indústria*, o desempenho foi fraco, com alta de 0,6% em 2018. O destaque positivo foi o desempenho da atividade *Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)*, que cresceu 2,3% em relação a 2017. Já o destaque negativo foi a Construção, que sofreu contração de 2,5%;
 - A *Indústria de Transformação* avançou 1,3% no ano. Quando comparado o comportamento desse subsetor ao longo do ano, vê-se que ele vem apresentado desaceleração no crescimento. A crise da Argentina afetou negativamente esse desempenho, já que o país é destino de parte expressiva das exportações brasileiras.
 - A *Indústria Extrativa* apresentou expansão de 1,0% em relação a 2017, explicada pelo aumento da extração de minérios ferrosos que compensou a redução da extração de petróleo e gás.
- Os *Serviços*, que responde por mais de 75,0% do PIB, cresceu 1,3% em 2018. Dessa forma, foi o setor que mais contribuiu para o avanço da economia ao registrar taxas positivas em todas os seus subsetores. *Atividades Imobiliárias* (+3,1%) e *Comércio* (+2,3%) foram os ramos que mais influenciaram o desempenho do setor.

Tabela 1. Brasil: Variação do PIB Trimestral (em %) acumulada ao longo do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, entre o 1º tri/15 e o 4º tri/18

PIB Trimestral	2015				2016				2017				2018			
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri
Agropecuária	7,1	5,8	4,0	3,3	-7,3	-6,3	-5,8	-5,2	18,7	16,6	14,3	12,5	-3,0	-1,4	-0,3	0,1
Indústria	-4,1	-4,4	-4,9	-5,8	-7,5	-5,7	-5,0	-4,6	-1,8	-2,0	-1,4	-0,5	1,2	1,0	0,9	0,6
Extrativa	12,9	10,7	8,7	5,7	-7,2	-5,5	-3,4	-1,2	8,9	7,6	5,6	4,2	-1,3	-0,4	0,0	1,0
Transformação	-6,3	-6,3	-7,6	-8,5	-9,4	-6,9	-5,5	-4,8	-0,4	-0,5	0,4	1,7	3,8	2,7	2,3	1,3
SIUP ²	-5,0	-3,0	-1,1	-0,4	6,3	8,3	7,4	6,5	4,4	1,9	1,3	1,0	0,7	1,9	1,5	2,3
Construção	-9,6	-10,1	-9,0	-9,0	-9,6	-9,1	-9,4	-10,0	-10,4	-9,9	-9,1	-7,5	-4,2	-3,5	-2,6	-2,5
Serviços	-1,2	-1,7	-2,3	-2,7	-3,2	-2,7	-2,4	-2,3	-1,3	-0,6	0,0	0,5	1,8	1,4	1,4	1,3
Comércio	-4,0	-4,8	-6,0	-7,3	-10,4	-8,8	-7,6	-6,7	-1,9	-0,4	1,2	2,1	4,8	3,4	2,8	2,3
Transp., armaz. e correio	-2,2	-2,7	-3,5	-4,3	-6,1	-5,2	-5,5	-5,6	-1,3	-0,8	0,2	1,2	2,9	2,0	2,3	2,2
Informação e comun.	2,8	0,9	-0,1	-0,9	-3,6	-2,6	-1,7	-2,1	-0,8	-1,4	-1,9	-1,0	-2,8	-1,2	-0,4	0,3
Ativ. fin., seg. e serv. rel.	-0,8	-1,0	-1,1	-1,2	-2,3	-2,7	-3,2	-3,4	-4,2	-3,1	-2,4	-1,6	0,2	0,5	0,7	0,4
Atividades Imobiliárias	-0,1	-0,3	-0,3	-0,4	0,0	0,2	0,1	0,2	-0,5	0,2	0,9	1,2	2,8	2,9	3,0	3,1
Outros Serviços	-1,9	-2,4	-3,3	-3,7	-2,6	-2,4	-1,6	-1,4	-0,8	0,1	0,6	0,7	1,3	1,0	0,9	1,0
APU	0,4	0,1	0,2	0,2	0,4	0,7	0,6	0,3	-0,6	-0,6	-0,5	-0,2	0,7	0,4	0,3	0,2
PIB	-1,6	-2,2	-2,9	-3,5	-5,1	-4,2	-3,6	-3,3	0,1	0,4	0,7	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1
Consumo das Famílias	-0,6	-1,4	-2,3	-3,2	-5,5	-5,0	-4,3	-3,9	-1,0	-0,1	0,8	1,4	2,9	2,4	2,0	1,9
Consumo do Governo	-0,4	-1,0	-1,3	-1,4	-0,1	0,2	0,1	0,2	-1,6	-1,3	-1,2	-0,9	0,7	0,2	0,3	0,0
FBCF	-9,4	-10,8	-12,2	-13,9	-18,8	-14,9	-13,5	-12,1	-5,0	-6,3	-4,5	-2,5	2,6	2,8	4,5	4,1
Exportação	4,2	6,7	5,0	6,8	12,1	6,8	4,1	0,9	1,8	2,1	4,1	5,2	5,3	1,0	1,5	4,1
Importação	-5,4	-8,3	-12,4	-14,2	-21,4	-16,0	-13,1	-10,3	9,7	3,0	3,9	5,0	7,8	7,1	9,4	8,5

Fonte: SCNT/IBGE.

Além do fraco crescimento no quarto trimestre (+0,1%) em relação ao terceiro, a composição mostra que o *Investimento* encolheu 2,5% nessa base de comparação, enquanto que o *Consumo das Famílias* avançou 0,4%.

Pela **ótica da demanda**, a *Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)* cresceu 4,1% e o *Consumo das Famílias*, 1,9%. Já o *Consumo do Governo* manteve-se estável (0,0%), em um cenário em que União, Estados e municípios passam por dificuldades fiscais.

- Responsável por mais de 60% do PIB pelo lado da demanda, o *Consumo das Famílias* cresceu modestos 1,9% em 2018. Com a melhora lenta do mercado de trabalho, desemprego elevado e geração de postos de trabalho de baixa qualidade, o consumidor permanece cauteloso;
- Ressalta-se a expansão de 4,1% da FBCF, resultado positivo depois de uma sequência de 4 anos negativos. Em 2014, 2015, 2016 e 2017, a FBCF registrou quedas de 4,2%, 13,9%, 12,1% e 2,5%, respectivamente;
 - Porém, o número em parte foi inflado pelo fato de que plataformas de petróleo passaram a ser registradas como importação de bens de capital.
- No setor externo, as *Exportações* cresceram 4,1%, enquanto as *Importações* avançaram 8,5%. Entre os produtos e serviços da pauta de exportações, os maiores aumentos foram observados na agricultura, petróleo e gás, indústria automotiva e máquinas e equipamentos;
 - Além de uma safra agrícola menor em 2018, a crise da Argentina resultou em menor volume de exportações no ano passado. Já entre as importações, as maiores altas foram observadas em refino de petróleo, materiais eletrônicos e equipamentos de comunicação e vestuário.

A expectativa para 2019 é de que a reforma da Previdência permita uma recuperação mais forte da atividade, em especial, a partir do aumento do investimento. Porém, o baixo nível da atividade indica que novos cortes de juros serão necessários para a retomada da economia brasileira ganhar fôlego.

² SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

2.2.2. Produção Industrial

No acumulado de 2018, frente ao ano anterior, a indústria cresceu 1,1% com ritmo abaixo do verificado em 2017 (2,5%), quando interrompeu três anos seguidos de taxas negativas.

A Produção Industrial em dezembro de 2018 cresceu 0,2% em relação a novembro, resultado esse que foi superior às estimativas de alguns analistas que esperavam recuo de 0,1%. No mês de dezembro, 3 das 5 categorias de uso tiveram queda, com destaque para a categoria "Bens de Capital" (-5,7%) e também a categoria "Bens duráveis" (-2,1%) computando a segunda queda consecutiva dessa categoria. No índice acumulado do ano, a indústria cresceu (+1,1%), entretanto demonstrou desaceleração em relação ao ano de 2017 (+2,5%), quando interrompeu três anos seguidos de taxas negativas.

Tabela 2. Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso, Resultados Mensais do Trimestre Encerrado em dez/18, Comparações Interanual, Mensal e Trimestral (com ajuste sazonal), e acumulado em 12 meses

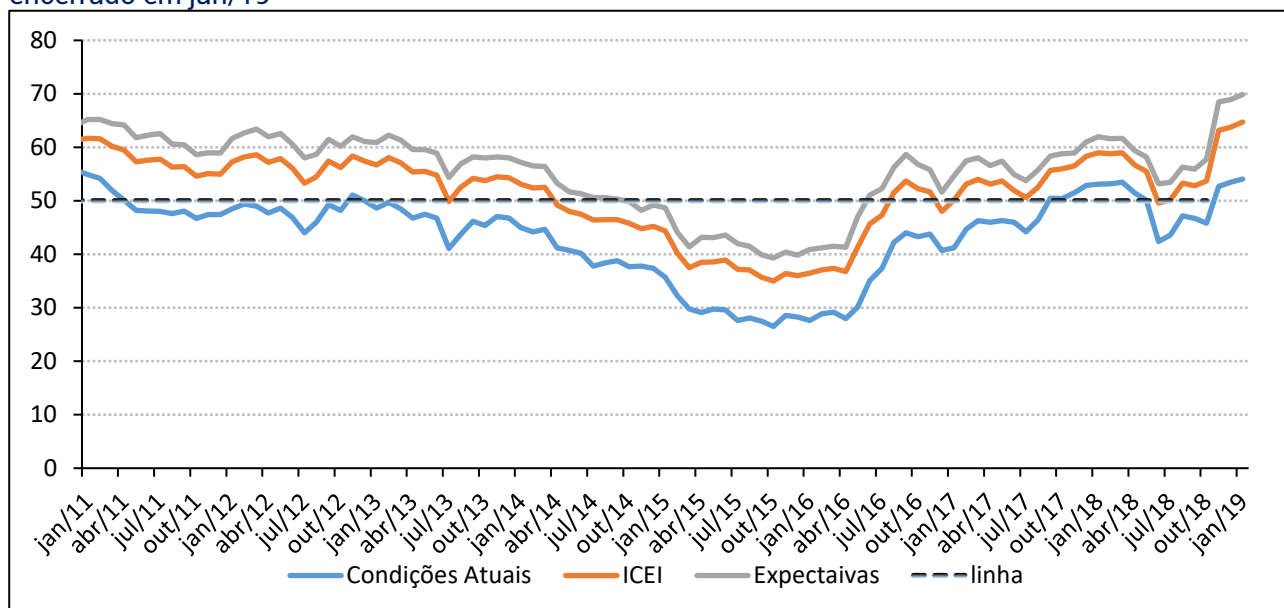
Categoria de Uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			Acum. do Ano	Valor máximo atingido (12 meses)	Período de máximo
	out/18	nov/18	dez/18			
Geral	-0,1	0,1	0,2	1,1	11,5	nov/10
Bens de Capital	1,2	-2,7	-5,7	7,3	22,9	nov/10
Bens Intermediários	-0,6	0,7	0,7	0,4	11,8	nov/10
Bens de Consumo	0,0	-0,4	-0,6	1,3	9,2	fev/05
Bens de Consumo duráveis	2,4	-3,4	-2,1	7,6	21,6	nov/04
Semiduráveis e não duráveis	-0,3	0,0	0,2	-0,3	7,4	ago/05

Fonte: PIM-PF/IBGE.

No âmbito das atividades industriais, 11 dos 26 setores apresentaram crescimento no mês de dezembro em relação a novembro, segundo o IBGE. O principal segmento responsável pelo aumento no mês foi a categoria de "Bens Intermediários" (+0,7), que por sua vez, impactado positivamente pelo setor *Combustíveis e Lubrificantes* (0,6%), esse aumento representa a segunda consecutiva do setor. Esse acréscimo foi reflexo do aumento da utilização da capacidade instalada após o acidente na refinaria de Paulínia (principal refinaria do Brasil) que estava operando com 50% da capacidade no mês de setembro e outubro.

Destaca-se negativamente a categoria *Bens Duráveis* (-2,1%) no qual o principal impactante é o setor *Fabricação de Veículos, Reboques e Carrocerias* (-3,12%), esse decréscimo deve-se à baixa nas exportações causada pela crise da Argentina que é responsável por 70% das exportações de veículos do Brasil. Em contrapartida, as vendas internas vinham, nos meses anteriores, impedindo que a produção diminuísse, o que não aconteceu no mês de dezembro já que os licenciamentos cresceram de forma tímida (+0,48%).

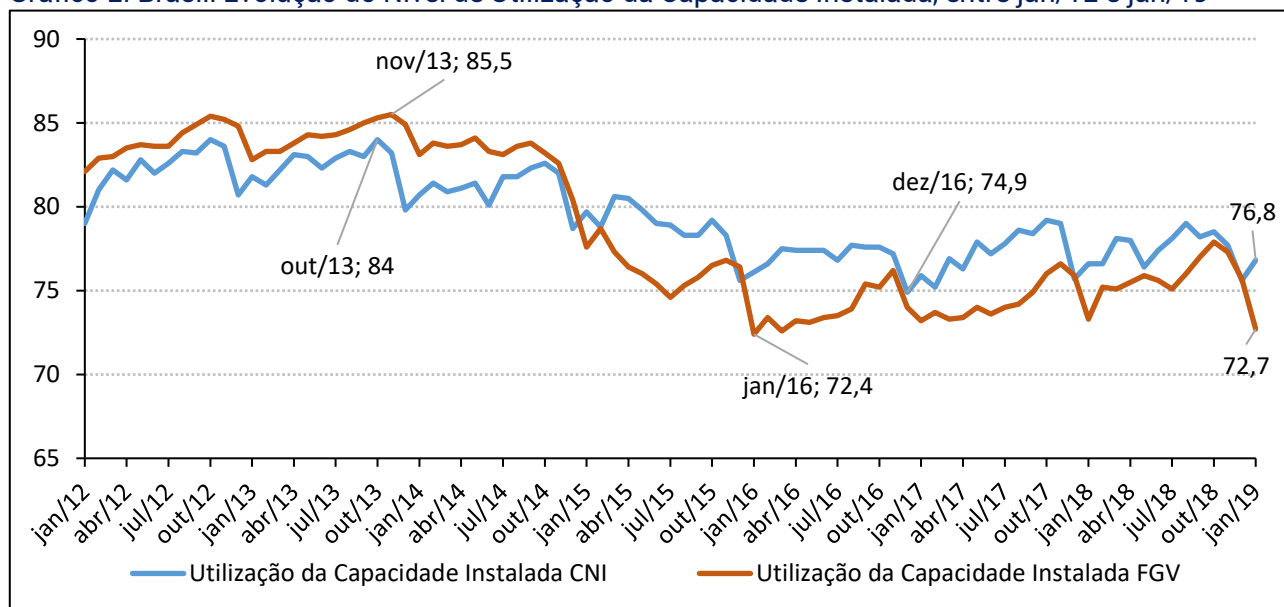
Gráfico 1. Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial, resultados mensais do período de jan/11 encerrado em jan/19



O índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), de dezembro para janeiro, computou acréscimo de 0,6 ponto (54,1). Com o nível registrado, o índice registra o terceiro aumento seguido desde agosto de 2018.

As expectativas para os próximos seis meses ficaram acima da linha divisória do pessimismo e otimismo (69,9), o que é reflexo da espera de melhora no ambiente político do Brasil. A confiança nas grandes empresas é maior do que nos outros segmentos, computando índice de 65,5 no mês de dezembro.

Gráfico 2. Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada, entre jan/12 e jan/19



O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) encerrou com 76,8% no mês de dezembro, um acréscimo de 1,2 p.p. ante o mês de novembro.

2.2.3. Comércio

Após avanço de 3,1% em novembro, na variação mensal, dezembro apresentou recuo de 2,2% no volume de vendas físicas em comparação ao mês anterior.

A PMC realizada pelo IBGE indica que o desempenho do volume de vendas em dezembro de 2018 recuou 2,2% na variação mensal, em grande parte devido à antecipação de consumo ocorrida em novembro, estimulada pelas promoções e recursos extras como o décimo terceiro na economia.

O segmento *Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico* apresentou o maior recuo mensal dentre todas as atividades (-13,1%), devido à decisão das famílias em reduzir o consumo com base na limitação das receitas causada pela expansão de gastos ocorrida em novembro. Em novembro (+8,3%), este segmento havia apresentado a maior variação percentual mensal.

- Este segmento que é composto por óticas, brinquedos, artigos esportivos, joalherias e lojas de departamento e que possui o terceiro maior peso dentre as atividades do comércio apresentou a maior variação no acumulado do ano com 7,6% de avanço no varejo restrito, indicando melhoras do setor no comparativo anual, sendo que este movimento ascendente no volume de vendas se deve à expansão das vendas de lojas de departamentos no e-commerce, o que contribuiu para a expansão das receitas nominais das vendas ao longo do ano (Tabela 3).

Tabela 3. Brasil: Variações das Atividades do Comércio Varejista e Ampliado, out/ 18 a dez/18

Atividades	Variação Mensal % (*)			Dez/18 (**)	Acum. do ano (%)
	out.18	nov.18	dez.18		
Comércio Varejista Restrito	-0,9	3,1	-2,2	0,6	2,3
Combustíveis e lubrificantes	-0,6	0,6	1,4	0,0	-5,0
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	0,1	1,9	-0,3	1,5	3,8
Super e hipermercados	0,1	2,0	-0,1	1,9	4,0
Tecidos, vestuário e calçados	-2,1	1,7	-3,7	-1,6	-1,6
Móveis e eletrodomésticos	-2,5	4,2	-5,1	-5,3	-1,3
Móveis	-	-	-	-6,1	-3,3
Eletrodomésticos	-	-	-	-4,6	0,2
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	0,8	2,6	0,4	7,2	5,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	-20,9	3,4	5,7	-24,6	-14,7
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	-1,5	-0,4	-5,5	-3,3	0,1
Outros art. uso pessoal e doméstico	0,7	8,3	-13,1	2,2	7,6
Comércio Varejista Ampliado	-0,3	1,3	-1,7	1,8	5
Veículos, motocicletas, partes e peças	0,0	-2,4	-2,0	7,8	15,1
Material de construção	1,1	-1,0	-0,4	-0,6	3,5

Fonte: PMC/IBGE.

O setor de *Móveis e Eletrodomésticos* recuou 5,1% em dezembro na variação mensal, após ter apresentado a segunda maior variação mensal em novembro (+4,2%), puxada pelas promoções de *Black Friday* que veio a atender uma demanda represada pelo consumo da linha branca (geladeiras, fogões, ar-condicionado, micro-ondas e máquinas de lavar) e da linha marrom (televisores, notebooks, smartphones, desktop e câmeras digitais). A liberação de recursos do décimo terceiro na economia também estimulou as famílias a anteciparem e realizarem o deslocamento dos seus gastos no tempo de dezembro para novembro com produtos de maior valor adicionado.

Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo que é o setor com maior peso dentro da participação dos resultados nominais no varejo, oscilou negativamente em 0,3% na sua variação mensal. Houve também quebra na sequência de três altas consecutivas na variação anual ao apresentar 1,5% de avanço neste comparativo em dezembro. O avanço de 3,8% no volume de vendas acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2018, se reflete no número de abertura líquida de 4.510 novos pontos de atendimento, segundo a CNC.

- Este avanço indica investimento na ampliação física das estruturas deste setor que apresentou o melhor resultado neste quesito dentre os dez setores da PMC desde 2015. O último mês de

2018 apresentou a maior variação mensal (5,7%) no setor de *Livros, Jornais, Revistas e Papelaria* devido ao impulsionamento das vendas que ocorre entre o mês de dezembro e o primeiro bimestre de 2019 que é direcionado ao consumo de produtos escolares. É um resultado que traz fôlego a um setor que teve o pior desempenho dentro do varejo no ano (-14,7%). Tal queda no comparativo anual se deve às mudanças que o mercado de gráficas e editoras vêm passando, com mudança na base tecnológica do segmento onde o *e-commerce* tem absorvido parte do consumo que antes era feito em espaços físicos no varejo tradicional, levando empresas do segmento a fecharem pontos de atendimento.

Em dezembro, o comércio varejista ampliado que acrescenta os setores da *Construção Civil* e de *Automóveis Peças e Partes* recuou 1,7% em sua variação mensal após avanço de 1,3% em novembro. Em comparação ao mesmo período do ano passado, o avanço foi de 1,8% em dezembro, mas com perda de desempenho em volume de vendas, já que em nov/18 o avanço em comparação ao mesmo período do ano anterior era de 5,9%.

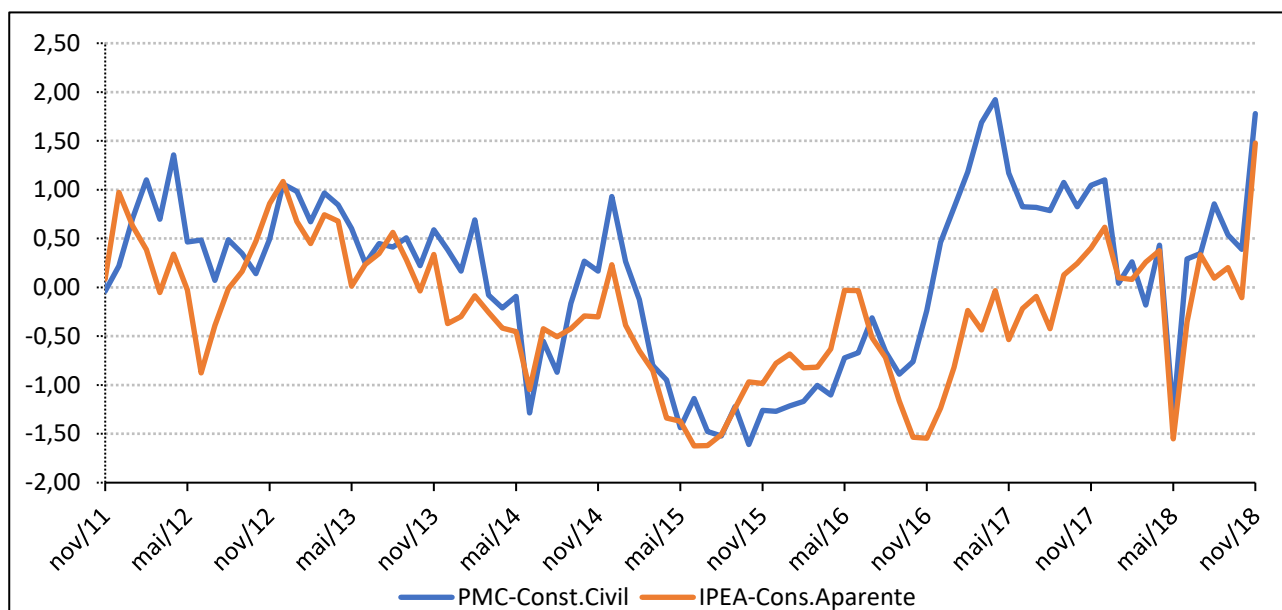
- O crescimento do varejo ampliado pelo vigésimo mês consecutivo no acumulado do ano é explicado pelo aumento gradual da massa de rendimentos salariais na economia que dão sustentação para o ritmo crescente do volume de vendas no segmento ampliado do varejo. No setor *Veículos, Motos, Partes e Peças*, apesar do recuo de 2,2% mensal no volume de vendas, é a atividade com o maior avanço nos últimos 12 meses, com 15,1%, o que favorece a manutenção dos 17,5 milhões de trabalhadores do setor em 2018.

Apesar do crescimento no setor de *Veículos, Motos, partes e Peças* de 15,1% do volume de vendas no acumulado de 2018 em comparação ao ano anterior, as perspectivas para 2019 são de dificuldades para expansão das vendas devido a grave crise econômica na Argentina que é o segundo maior mercado consumidor de automóveis na América do Sul. O Brasil é o maior fornecedor de automóveis para o mercado argentino, mas ao somarmos as exportações brasileiras do primeiro bimestre de 2019 para a Argentina, elas estão 36% abaixo no comparativo ao mesmo período do ano passado, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

O volume de vendas físicas do setor de *Material de Construção* que possui o terceiro maior peso no varejo ampliado, teve recuo de 0,4% na variação mensal em dezembro e recuo de 1,0% na variação mensal em novembro de 2018, evidenciando a retração da demanda por insumos básicos como cimento, areia, ferragens entre outros, que têm maior peso de custo em obras novas (em início de construção).

- De acordo com o [Gráfico 3](#), ao realizar o cruzamento de dados deste setor na PMC com o Indicador de Consumo Aparente da Construção Civil que é calculado pelo IPEA, observa-se que a PMC possui evoluções percentuais superiores em virtude de vendas baseadas em estoques de agosto de 2016 a dezembro de 2017. Isto porque a evolução da PMC neste período foi de 1,76 p.p. e se descolou do indicador do IPEA que avançou 1,34 p.p. neste mesmo período, indicando aumento das vendas baseadas em estoques (perceptível no indicador da PMC), enquanto que a aproximação destas evoluções (de janeiro a novembro de 2018) com a PMC avançando 1,74 p.p. e o indicador do IPEA avançando 1,38 p.p. com a diferença entre ambos caindo para 0,36 p.p., indica que o empresariado vem ancorando suas vendas na reposição em menor nível dos estoques, ou seja, o empresariado reduziu o investimento em estoques objetivando aumentar as receitas nominais neste período.

Gráfico 3. Brasil: Média Móvel Semestral (%) do Volume de Vendas (Construção Civil - PMC) e Índice de Consumo Aparente (Construção Civil - IPEA) de nov/11 até nov/18



Fonte: PMC/IBGE; FBCF/IPEA.

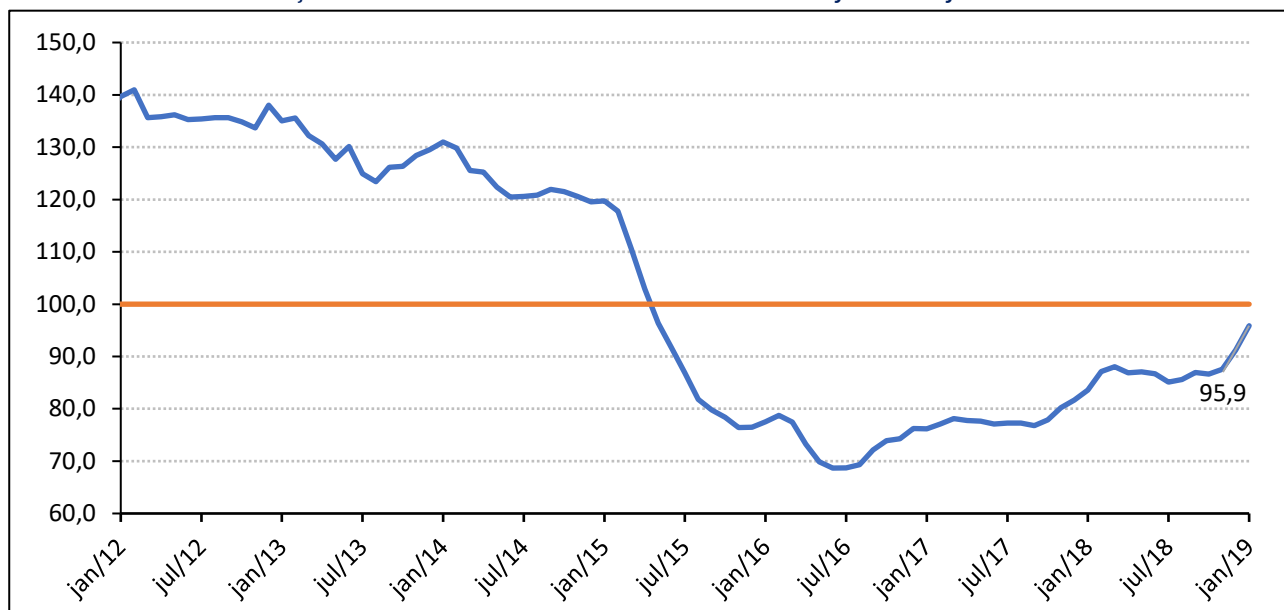
Intenção de Consumo das Famílias

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF) avançou 5,1% na variação mensal e 14,71% em relação ao mesmo período do ano anterior e se deve ao nível de inflação dentro da meta estabelecida e a melhora nas condições de emprego formal e informal, conforme aponta a pesquisa realizada pela CNC (Gráfico 4).

- Apesar do melhor resultado mensal dos últimos 109 meses, a pontuação alcançou 95,9 pontos, estando abaixo do grau de satisfação da pesquisa que é de 100 pontos. Este desempenho indica que apesar do avanço do indicador, as condições do planejamento familiar seguem indicando cautela no consumo entre as famílias com rendimentos até dez salários mínimos que alcançaram 93 pontos na pesquisa enquanto que as famílias com rendimento superior a dez salários mínimos atingiram 110 pontos, portanto, acima do grau de satisfação.

Uma boa parte da alta do indicador está ancorada na visão positiva de médio prazo do consumidor em face de sua percepção do aumento do ritmo de contratações e promoções que o mercado formal poderá realizar ao longo de 2019 e motivado pelo cenário de estabilidade econômica pós eleições que se reflete nos indicadores de confiança. A avaliação sobre perspectivas profissionais e sobre emprego atual apresentaram altas de 2,2% e 0,3% em suas variações mensais dentro do ICF, projetando uma tendência de gradativo crescimento do nível de consumo no comércio varejista ao longo de 2019.

Gráfico 4. Brasil: Evolução do Índice de Consumo das Famílias de jan/12 a jan/19

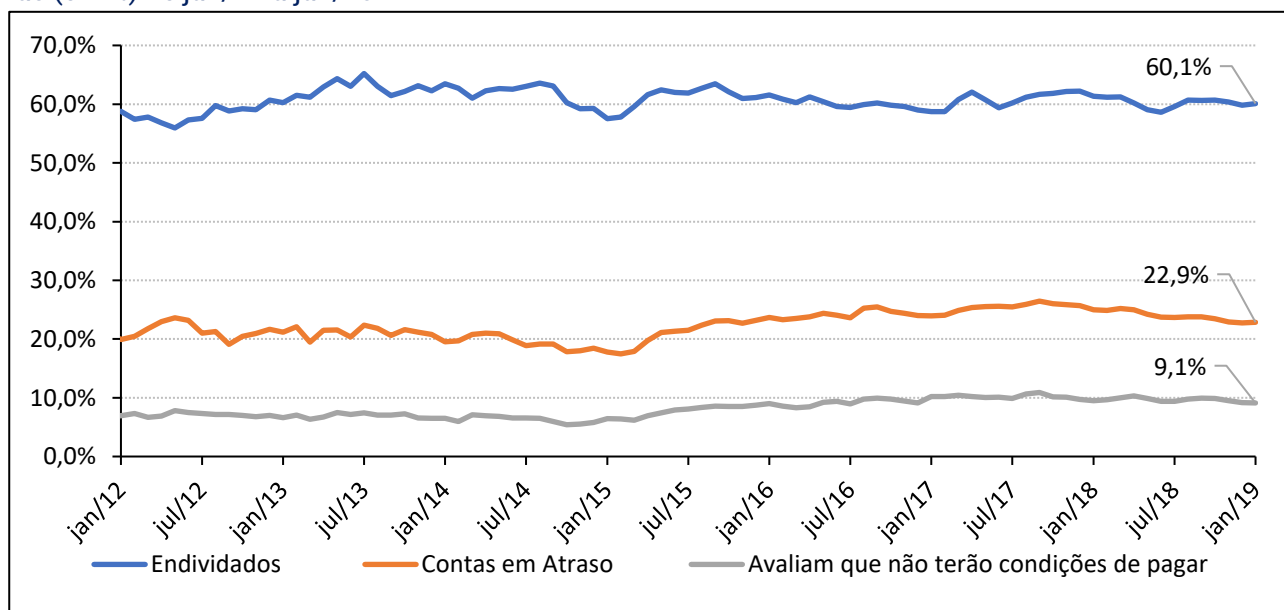


Fonte: ICF/CNC.

Endividamento e Inadimplência das Famílias

Atualmente, 60,1% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida conforme aponta a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência (PEIC), realizada pela CNC.

Gráfico 5. Brasil: Percentual de Famílias Endividadas, Com Contas em Atraso e Sem Condições de Pagá-las (em %) de jan/12 a jan/19



Fonte: PEIC/CNC.

A PEIC indica que houve redução de 1,2 p.p. no nível de endividamento dado a preferência do consumidor em optar por aumentar a quantidade de produtos consumidos pagos por dinheiro em detrimento das opções de crédito disponíveis. A explicação para esta preferência está em estratégia orçamentária das famílias em reduzir o comprometimento de suas receitas com o crédito parcelado em um curto e médio prazo. Esta ação das famílias já vem dando resultado ao reduzir em 2,1 p.p. as contas em atraso que em janeiro atingiram 22,9% do total de endividados. Houve redução também entre aqueles que declararam que não terão condições de pagar suas contas de 9,5% em dezembro de 2017 para 9,1% em janeiro de 2018, sinalizando a redução da inadimplência futura.

2.2.4. Serviços

O setor de Serviços em 2018 recuou 0,1% em seu volume quando comparado a 2017, mas na comparação aos resultados dos quatro anos anteriores, houve redução no ritmo de queda conforme indica a PMS.

A redução do ritmo de queda do setor de serviços é um indicativo que, em 2018, as atividades ligadas ao setor de serviços iniciaram sua recuperação em três das cinco atividades que compõem o setor conforme aponta a PMS. Obteve destaque neste comparativo do acumulado anual o segmento de *Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio* com avanço de 1,2%, impulsionado pelo *Transporte Rodoviário de Carga, de Gestão de Portos e Terminais, de Transporte Aéreo de Passageiros e de Operação de Aeroportos*.

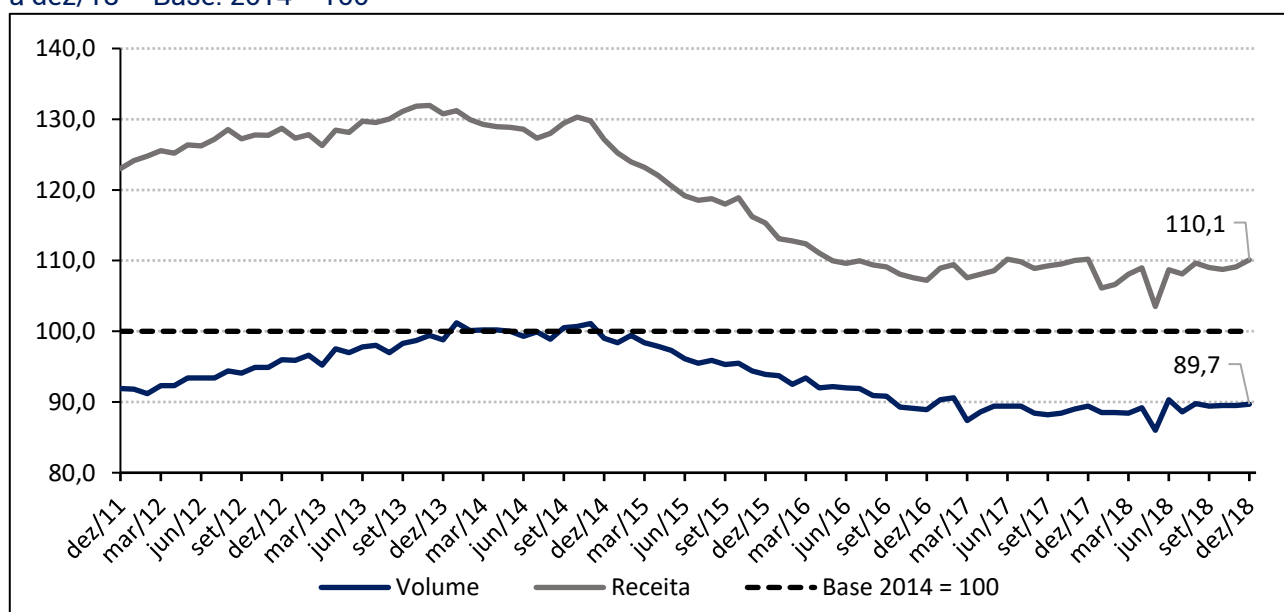
O segmento de *Outros Serviços* avançou 1,9% com o bom volume de vendas em *Atividades de Intermediários em Transações de Títulos, Valores Mobiliários e Mercadorias e Administração de Bolsas e Mercados de Balcão Organizado*. O segmento de *Serviços Prestados às Famílias* avançou 0,2% puxado pelo volume de *Serviços Prestados por Hotéis*.

O segmento *Profissionais, Administrativos e Complementares* foi um dos dois segmentos a recuar com queda de 1,9% no comparativo do acumulado anual em relação a 2017. Já o segmento *Comunicações* recuou 0,5% em 2018 impactado pela queda de arrecadação das telecomunicações ao longo do ano, diante da alta inadimplência para o segmento no mesmo período.

- Conforme aponta a pesquisa de inadimplência da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), apesar da inadimplência estar em um nível elevado, ela foi caindo progressivamente ao longo de 2018, com 11,5% dos inadimplentes regularizando suas pendências e saindo do cadastro de devedores.

Em dezembro de 2018, no comparativo mensal, houve tênue avanço de 0,2% no volume de serviços, que atingiu 89,7 pontos na série com ajuste sazonal, devido ao fraco desempenho de quatro dos cinco setores estudados pela PMS. A redução em pontos percentuais da diferença entre receitas reais e volume de serviços que eram de 31,1 p.p. em dezembro de 2011 e passou para 20,4 p.p. em dezembro de 2018, indica a redução da eficiência operacional do setor devido ao aumento da capacidade ociosa neste período.

Gráfico 6. Brasil: Índice do Volume de Serviços e Receita Real de Serviços, com Ajuste Sazonal - dez/11 a dez/18 – Base: 2014 = 100



Fonte: PMS, IBGE.

Na análise sobre a variação mensal em dezembro de 2018, somente o segmento *Serviços de Informação e Comunicação* apresentou avanço (0,2%). O segmento *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares* recuou 1,5%, sendo este o maior impacto negativo dentre os demais segmentos do setor de serviços.

Tabela 4. Brasil: Variação (%) das Atividades do Setor de Serviços de nov/18 a dez/18

Atividades	Var. Mensal ¹ (%)		MoM	Acum. do ano (%)	Índice ¹
	nov/18	dez/18	dez/17		
Volume de Serviços - Brasil	0	0,2	-0,2	-0,1	89,5
Serviços prestados às famílias	0,4	-0,1	3,1	0,2	90,8
Serviços de alojamento e alimentação	0,4	0,7	4	0,9	91,6
Outros serviços prestados às famílias	-1	-2,3	-2,5	-3,6	86,1
Serviços de informação e comunicação	0,5	0,2	1,6	-0,5	94,8
Serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC)	-0,4	-0,4	2,6	0,1	99,1
Telecomunicações	1,3	-3,1	-5,1	-2,8	90,3
Serviços de tecnologia da informação	-2	3,1	17,2	6,7	120,1
Serviços audiovisuais	6,7	5,8	-4	-4,6	71,3
Serviços profissionais, administrativos e complementares	0	-1,5	-4,2	-1,9	81,4
Serviços técnico-profissionais	-4,1	0,3	-9,2	-1,2	68,5
Serviços administrativos e complementares	0,3	-0,7	-2	-2,1	88,4
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	0,3	-0,6	-0,4	1,2	90,6
Transporte terrestre	-0,7	1,6	1,6	2,1	83,7
Transporte aquaviário	-1,3	-1,2	0,2	-0,8	127,5
Transporte aéreo	-3,9	1	0,3	4,2	91,4
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,7	-1,4	-4,1	-0,8	97,6
Outros serviços	0,1	-0,2	2,3	1,9	82,9

¹Base com ajuste sazonal.

Fonte: PMS/IBGE.

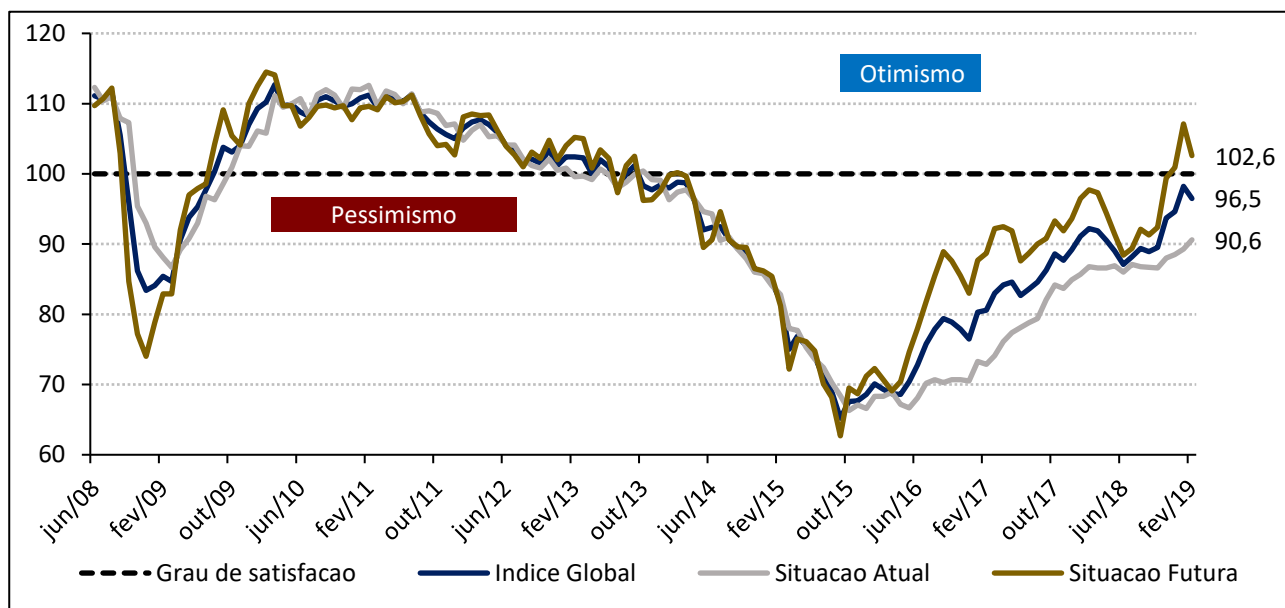
Índice de Confiança do Setor de Serviços

No mês de fevereiro de 2019, o Índice de Confiança do Setor de Serviços (ICS) medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) alcançou 96,5 pontos e recuou 1,7 p.p. em comparação ao mês anterior, quando atingiu sua melhor marca desde março de 2014 quando o mesmo alcançara 98,7 pontos. A queda do indicador mostra recuo na avaliação do empresário do setor de serviços em relação ao volume da demanda e situação dos negócios, situando sua percepção atual na zona de pessimismo da pesquisa.

Também colaboraram para a redução do ICS, a queda do subcomponente de expectativas futuras que havia disparado em mais de 15 pontos após a definição do processo eleitoral. Atualmente, este subcomponente sofre uma calibragem para níveis mais próximos da avaliação empresarial sobre o atual momento vivido pelo setor que é de uma recuperação com baixo ritmo de crescimento em seu volume.

- O subcomponente do indicador que avalia as expectativas futuras atingiu 102,6 pontos e recuou 4,5 pontos na variação mensal após ter atingido sua melhor marca desde abril de 2012, quando havia alcançado 108,4 pontos devido ao recuo na avaliação sobre o ambiente de negócios neste primeiro semestre de 2019. Entretanto, sua pontuação está na zona de otimismo da pesquisa, e indica que as expectativas para os próximos seis meses é de melhoria no faturamento e investimento em contratações, recuperando parte do nível de utilização da capacidade instalada do setor de serviços que recuou 0,6 p.p. ao atingir 81,5% em fevereiro deste ano.

Gráfico 7. Brasil: Índice de Confiança do Setor de Serviços de jun/08 a fev/19



Fonte: ICS; ISA-S; IE-S/FGV.

2.2.5. Inflação

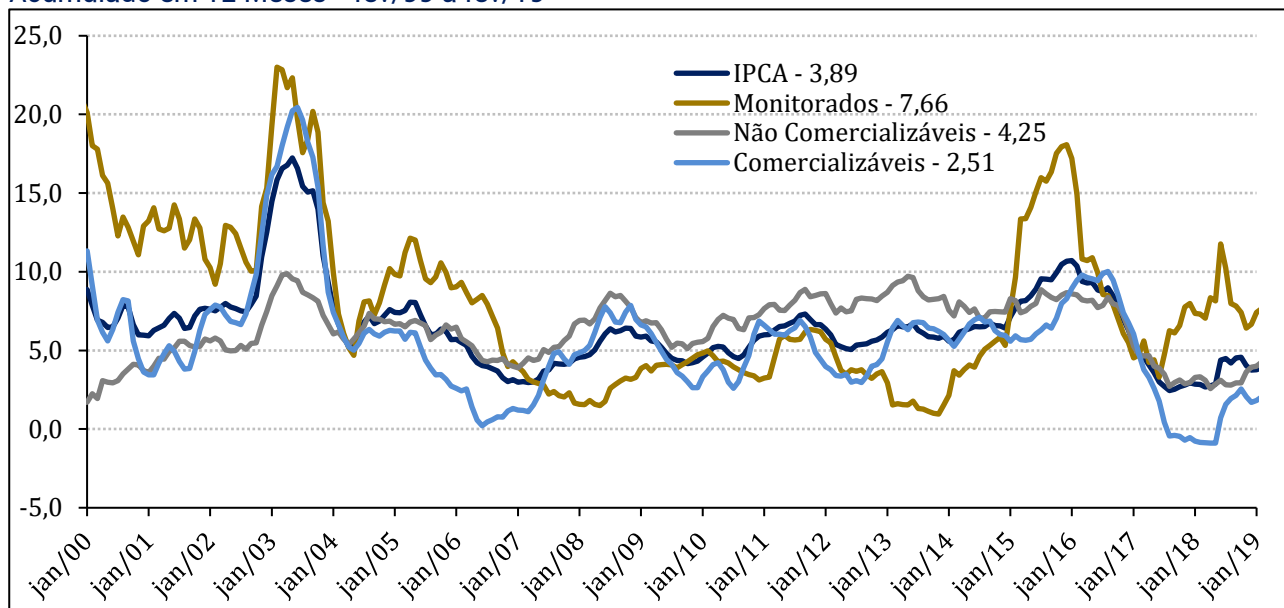
A aceleração do IPCA em fevereiro (+0,43%) em relação a janeiro foi concentrada, devido questões sazonais, nos preços dos alimentos e da educação. O comportamento ainda ameno da inflação (acumulado de 12 meses é igual a +3,89%) é reflexo do baixo poder de compra dos brasileiros.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou aumento de 0,43% em fevereiro, um nível de preços maior se comparado ao aumento de 0,32% em janeiro. Nos 12 meses, encerrados em fev/19, o índice chegou a 3,89%, ante 3,78% em janeiro. No ano, a inflação oficial acumula alta de 0,75%, acima do 0,61% registrado em igual período de 2018.

Em fevereiro, *Educação* e *Alimentos* foram os principais impactantes para a variação do IPCA. O grupo *Educação* foi o principal destaque no período, ao aumentar 3,53% ante janeiro. Esse grupo foi responsável por acrescentar 0,17 p.p. no IPCA. *Transportes* e *Vestuário* foram os responsáveis por conter a aceleração dos preços no mês, com uma retração de (-0,34%) e (-0,33%), respectivamente. A redução nos transportes foi ocasionada, principalmente, pela redução nos preços das *Passagens Aéreas*, devido ao término do período de alta temporada.

- Dentro de *Educação*, o principal impactante foi o item *Cursos Regulares*, que terminou o mês com aumento de 4,58% em fevereiro, após se manter estável em janeiro. Foi o maior impacto do IPCA, adicionando 0,14 p.p. no resultado do mês, contribuindo para a variação positiva do grupo *Educação*. Os destaques de alta, neste caso, foram *Ensino Fundamental* (+6,61%) e *Educação Infantil* (+6,22%);
 - A pressão inflacionária neste setor é reflexo do ajuste de preços que ocorre periodicamente no início do ano letivo, quando são realizadas as novas matrículas.

Gráfico 8. Brasil: Evolução do IPCA; Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis; Percentual Acumulado em 12 Meses - fev/99 a fev/19



Fonte: IPCA/IBGE.

- Dentro de *Alimentação e Bebidas*, o principal impactante foi o item *Alimentação no Domicílio* (+1,24%). Por sua vez, o produto que mais impactou nesse item foi o *Feijão Carioca* (+51,58%).

Os *Serviços Consumidos por Famílias* registraram inflação de 0,39% em fevereiro, na comparação com janeiro. A inflação de *Serviços* acumula alta de 3,35% em 12 meses, desacelerando em relação a janeiro deste ano (+3,71%).

Os **Preços Administrados** aumentaram no mês de fevereiro (+0,29%) e apresentaram aceleração em relação a janeiro (+0,05%). Pelo indicador acumulado em 12 meses, a inflação dos *Preços Administrados* desacelerou de +6,02% até janeiro, para +5,75% até fevereiro, bem acima da variação dos *Preços Livres*, que resultou em 2,78% no período. A inflação nos *Preços Administrados* foi atenuada pela desaceleração nos preços da *Gasolina* (-1,26%) e *Gás de Botijão* (-0,72%).

Nos **Preços Comercializáveis** - aqueles que sofrem competição externa - com a taxa de câmbio sofrendo redução, a pressão no nível de preços domésticos foi atenuada, o que contribuiu para crescimento mensal baixo (+0,02%). Para os **Não Comercializáveis**, no acumulado em 12 meses, os preços tiveram aumento chegando em +4,25%.

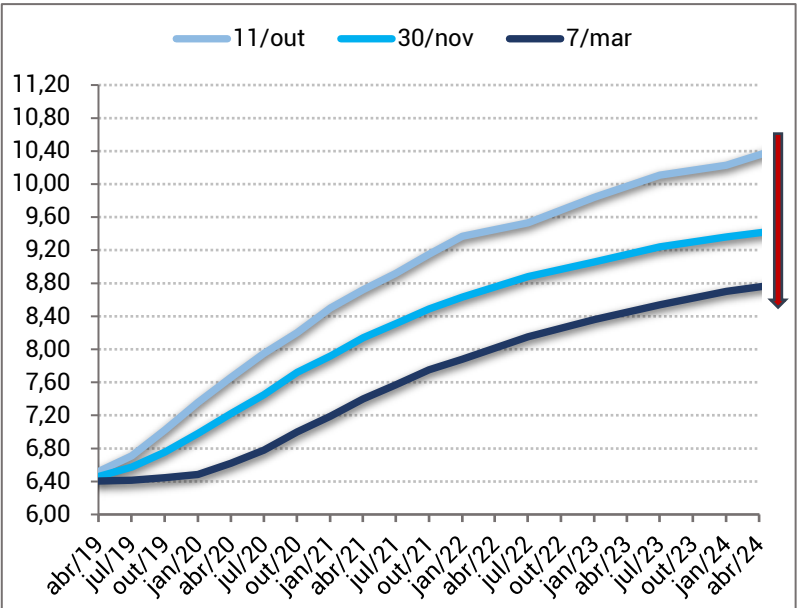
Expectativa de manutenção dos juros no curto prazo é corroborada pelos recentes resultados do nível de atividade econômica de 2018

Os juros futuros apontam estabilidade no curto prazo e elevação a partir de janeiro de 2020, sendo que a diferença entre as curvas do dia 30 de novembro e 7 de março para janeiro de 2020, chega a ser 49,5 pontos base (pb), contra 88 pb entre as curvas de 11 de outubro e 7 de março para o mesmo período.

A incerteza relativa à manutenção da meta da taxa de juros no patamar de 6,5% continua, mesmo com as declarações do COPOM após a 220ª reunião onde foi decidido pela continuidade da meta da taxa de juros em 6,5%. O resultado preliminar do PIB de 2018 apontou crescimento de 1,1% em comparação a 2017, porém, o crescimento esperado situava-se entre 1,2% e 1,4% e após a divulgação do resultado, as expectativas para 2019 foram rebaixadas. Adauto Lima, economista-chefe da Western Asset no Brasil, afirma que há possibilidade de redução da taxa básica de juros de 6,5% para 5,75% baseado no desempenho da atividade econômica do ano passado, mesmo com o resultado do crescimento do PIB mantendo-se no patamar do ano de 2017. Entretanto, acredita-se que não há

espaço para um corte tão incisivo na taxa de juros. O resultado do primeiro trimestre de 2019 será decisivo para balizar a política monetária e ajustar as expectativas.

Gráfico 9. Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre abr/19 e abr/24 em %. (out/18, nov/18 e mar/19)



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA.

Esse movimento nos juros futuros sinaliza que o mercado espera maior flexibilização da política monetária, tendo em vista as recentes projeções do PIB de 2018.

Fica claro que a expansão do crédito é de fundamental importância para a recuperação do crescimento econômico de forma mais rápida a partir do próximo ano.

- Após ser sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos do senado, Roberto Campos Neto, foi aceito para suceder Ilan Goldfajn na presidência do Banco Central, assumindo com discurso de continuidade no trabalho da gestão anterior e cautela na condução da política monetária;
- O mercado aguarda sensivelmente a negociação da proposta de reforma da previdência. As declarações do Presidente da República sugerem a possibilidade de redução da idade mínima das mulheres de 62 anos para 60 anos e alterações na regra de Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- No cenário internacional, as previsões de crescimento na Zona do Euro sofreram redução, com expectativas de desaceleração da demanda global. As exportações da China em fevereiro apresentaram queda de 20,7%, quando comparada com o mesmo mês do ano passado, a maior retração desde 2016.

2.3. Comércio Exterior

2.3.1. Balanço de Pagamentos

Aumento das importações ocasionada pela demanda de plataformas de petróleo foi o principal responsável pelo *déficit* em Transações Correntes no mês.

O *déficit* das Transações Correntes encerrou janeiro com US\$ 6,5 bilhões, correspondendo a uma piora de quase US\$ 300 milhões em relação ao saldo em igual período do ano passado. Isso ocorreu, pois, o valor exportado foi quase US\$ 1 bilhão menor que o computado no ano passado, enquanto que as importações cresceram quase US\$ 1,5 bilhão, que neste ano foi ocasionado, principalmente, pela importação de *Plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis*.

Tabela 5. Brasil: Balanço de Pagamentos 2015 a 2019* (US\$ milhões)

Discriminação	2015	2016	2017	2018	Var. % 18/17	Janeiro		Var. % 19/18
						2018*	2019*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-54.472,2	-24.009,1	-7.234,9	-12.900,5	-78,3	-6.292,5	-6.548,4	-4,0
Balança Comercial	-19.260,7	14.590,1	30.177,7	15.864,7	-47,4	-387,4	-927,6	-139,4

Bens	17.654,6	45.036,9	64.028,1	43.832,3	-31,5	2.400,0	1.632,7	-31,9
Serviços	-36.915,4	-30.446,7	-33.850,4	-27.967,5	17,3	-2.787,4	-2.560,3	8,1
Renda Primária	-37.962,6	-41.543,5	-40.044,9	-30.905,4	22,8	-6.103,6	-5.792,6	5,1
Renda Secundária	2.751,2	2.944,2	2.632,2	2.140,1	-18,6	198,5	171,8	-13,4
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-50.715,6	-9.985,6	-63,4	-7.540,7	-11.780,0	-4.634,0	-5.598,5	-20,8
Conta Capital	461,1	273,7	379,3	401,4	5,8	40,4	33,6	-16,8
Conta Financeira	-51.176,7	-10.259,4	-442,8	-7.942,2	-1.693,4	-4.674,5	-5.632,2	-20,4
Investimento Direto	-57.200,0	-58.684,4	-50.905,3	-60.677,8	-19,2	-5.858,1	-3.760,9	35,8
No Exterior	3.133,9	14.693,4	19.352,3	8.411,8	-56,5	2.504,5	2.105,1	-15,9
No País	60.334,0	73.377,9	70.257,7	69.089,6	-1,6	8.362,6	5.866,1	-29,8
Investimento em Carteira	-22.245,8	18.992,7	14.041,9	787,0	-94,4	-9.987,6	-5.029,6	49,6
Outros Investimentos	23.250,6	21.163,7	30.622,5	38.172,1	24,6	10.246,8	2.793,8	-72,7
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-3,0	-1,3	-0,4	-0,7		-4,2	-4,1	
RESERVAS INTERNACIONAIS	356.464	365.016	373.972	374.715	2,4	380.351	380.290	-0,0

Fonte: BP-6/BACEN.

- A *Balança Comercial* tem *déficit* de US\$ 927 milhões no acumulado de 2019 levando em conta apenas o mês de janeiro. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve uma queda na balança comercial em US\$ 540 milhões reflexo do aumento nas importações (US\$ +1,5 bilhão) e da queda nas exportações (US\$ -1,0 bilhão).
- A conta de *Serviços* registrou *déficit* de quase US\$ 2,5 bilhões no saldo deste ano, uma queda em torno de US\$ 1 bilhão em relação a igual período do ano anterior. Em relação ao *déficit* na categoria, se destaca o setor de *Transportes*, que computa decréscimo de US\$ 14 milhões na comparação entre o janeiro/19 e jan/18.
- Por outro lado, o *déficit* de *Renda Primária* variou positivamente em relação ao ano anterior (+5,1%) desacelerando o saldo negativo de 2019 (US\$ 5,7 bilhões) em relação a 2018 (US\$ 6,1 bilhões) em US\$ 311 milhões. Esse *déficit* de US\$ 5,79 bilhões é reflexo dos baixos investimentos estrangeiros que ainda perduram desde o ano passado, os quais resultam em menores volumes de renda de investimento direto.

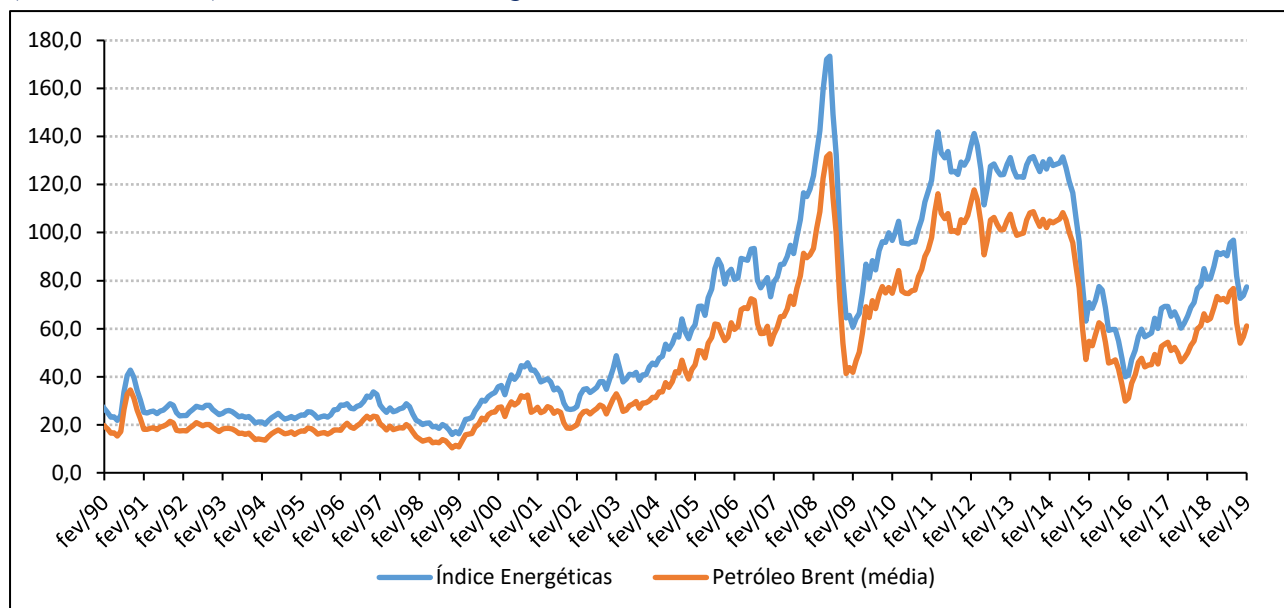
Os *Investimentos Diretos no País* totalizam US\$ 5,8 bilhões no saldo do ano até janeiro, isso corresponde a uma queda de US\$ 2,49 bilhões em comparação ao ano anterior. Segundo o BACEN, esse recuo foi pontual e não reflete uma tendência no longo prazo que pode ser reflexo de uma antecipação de fluxo do segundo semestre de 2018 quando os *Investimentos Diretos no País* aumentaram. Na conta de *Investimento em Carteira*, no acumulado de 2018, observa-se *déficit* de US\$ 5 bilhões, um aumento de 72% em relação ao mesmo período do ano passado.

2.3.2. *Commodities*

Após valorização no segundo semestre, *commodities* energéticas, guiadas pelo *Brent* invertem tendência. Minério de Ferro dispara com redução de oferta brasileira e fertilizantes encarecidos elevam custo das agrícolas.

Segundo dados do Banco Mundial, desde outubro de 2018, quando registrou US\$ 76,7/bbl, o preço mundial médio do barril de petróleo *brent* ficou abaixo da média do registrada no ano (US\$ 68,4/bbl). Em 2019, em relação ao fechamento de 2018, a *commodity* registrou alta de 4,9%, encerrando o primeiro mês do ano cotada a US\$ 56,6/bbl e invertendo as expectativas de mercado para uma nova tendência de alta. Considerando que o Petróleo tem o maior peso no índice de *commodities* energéticas (84,6%), a tendência para os preços gerais dessas mercadorias costuma acompanhar as flutuações da *commodity*, fechando janeiro em US\$ 73,8, valorização média de 1,59% no índice em relação ao fechamento de 2018 (Gráfico 10).

Gráfico 10. Mundo: Evolução dos Preços Médios do Barril de Petróleo Brent e Índice de Laspeyeres (base 2010=100) das commodities energéticas de fev/1980 até fev/19 e valores em US\$ nominal



Fonte: World Bank.

A mudança nos preços e reversão das expectativas para o petróleo decorre de quebras na oferta por parte da Organização Mundial dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que reduziu a oferta para 30,9 milhões/bpd³ (-890mil bpd) e da combinação entre as sanções à aquisição de petróleo venezuelano e da menor extração de petróleo nos Estados Unidos.

- Quanto às expectativas, o Banco Mundial, em outubro de 2018, projetou para o ano corrente que a *commodity* ficaria na média anual cotada em US\$ 74/bbl, mas destaca-se que ainda há muitas incertezas para a precificação do petróleo em 2019: 1) a guerra comercial entre EUA e China, sua capacidade de interferência nas taxas de câmbio, sobretudo no dólar, e aparente não evolução nos acordos comerciais; 2) as grandes e crescentes extrações de gás xisto que deverá desacelerar somente em 2020.

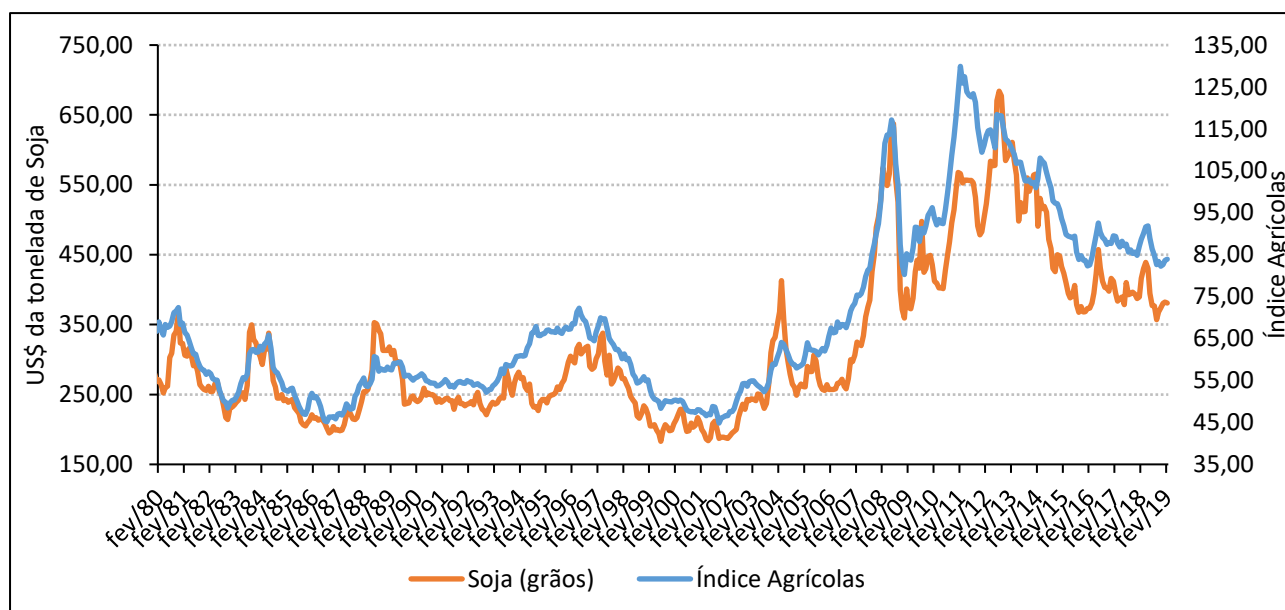
Tratando-se das *commodities* agrícolas, destaca-se a Soja e seus Derivados (Óleo e Farinha) por possuir maior peso no índice geral (10,4% do total). Em 2018, a Soja em Grãos, que serve de base para a cotação de seus derivados, encerrou precificada em US\$ 380,5/t, redução de 1,7% em relação ao fechamento de 2017. Em janeiro de 2019, a oleaginosa registrou alta de 0,49%, sinalizando possível retomada dos preços, conforme esperado pelo Banco Mundial, contudo ainda longe da média esperada para 2019, de US\$ 419/t.

Puxado pela Soja (+0,5%), Óleo de Palma (+9,3%), Arroz (+2,1%) e Trigo (+1,1%) o índice de *commodities* alimentícias (+1,1%) apresentou alta no encerramento de janeiro de 2019 contra o fechamento de 2018. As *commodities* classificadas como Bebidas (+0,6%) também cresceram com valorização do Cacau (+2,5%) e dos Cafés Arábica (+1,1%) e Robusta (+0,9%), na rubrica, somente os preços dos Chás caiu (-3,2%) devido ao produto advindo de Calcutá (-11,5%) e Mombaça (-1,7%) cujo estoques estão elevados.

- Deve-se destacar que a cotação da Soja em 2018 caiu devido à grande produção mundial da *commodity*, destacando-se o Brasil, Argentina e Estados Unidos, este último com enorme estoque disposto para venda. As expectativas, porém, são de que a oferta não cresça no mesmo ritmo do ano passado, pois o clima estará menos favorável e as adaptações necessárias para expansão são de longo prazo, pois tangenciam os ganhos de produtividade.

³ Barris de petróleo por dia (bpd).

Gráfico 11. Mundo: Evolução dos Preços da Soja em Grãos por tonelada e Índice de Laspeyeres (base 2010=100) das commodities Agrícolas de fev/80 até fev/19 e valores em US\$ nominal



Fonte: World Bank.

Somando-se a alta registrada nas Matérias Primas (+1,8%), que foi puxada pela valorização das Madeiras (+1,6% em média das diversas categorias do produto), impulsionou-se o índice de *commodities* agrícolas para o crescimento de 1,2% em janeiro de 2019. Cenário que traz otimismo para o mercado exportador brasileiro, que se concentra em materiais básicos, como Soja, Milho, Café e Pasta de Celulose, que se encontram nessa rubrica.

Em Matérias Primas, destaca-se Pasta de Celulose⁴ que valorizou expressivamente entre os anos fechados de 2017 e 2018 (+21,7%), encerrando 2018 cotada em US\$ 1.208,2/t. O fechamento de grandes produtoras globais no final de 2017 suprimiram a oferta de papel e derivados, que já vinha deteriorada, sobretudo, devido ao fechamento de outras fábricas na Europa, pela redução da demanda mundial que ocorreu desde 2011 e a alavancagem financeira do setor que impediu investimentos e captação de novos recursos⁵. Em janeiro de 2019, a *commodity* registrou queda de 2,3%, continuando um movimento iniciado em dezembro de 2018, quando marcou primeira oscilação negativa dos últimos 24 meses depois de marcar maior preço da série histórica iniciada em janeiro de 1990 (US\$ 1230/t em novembro de 2018).

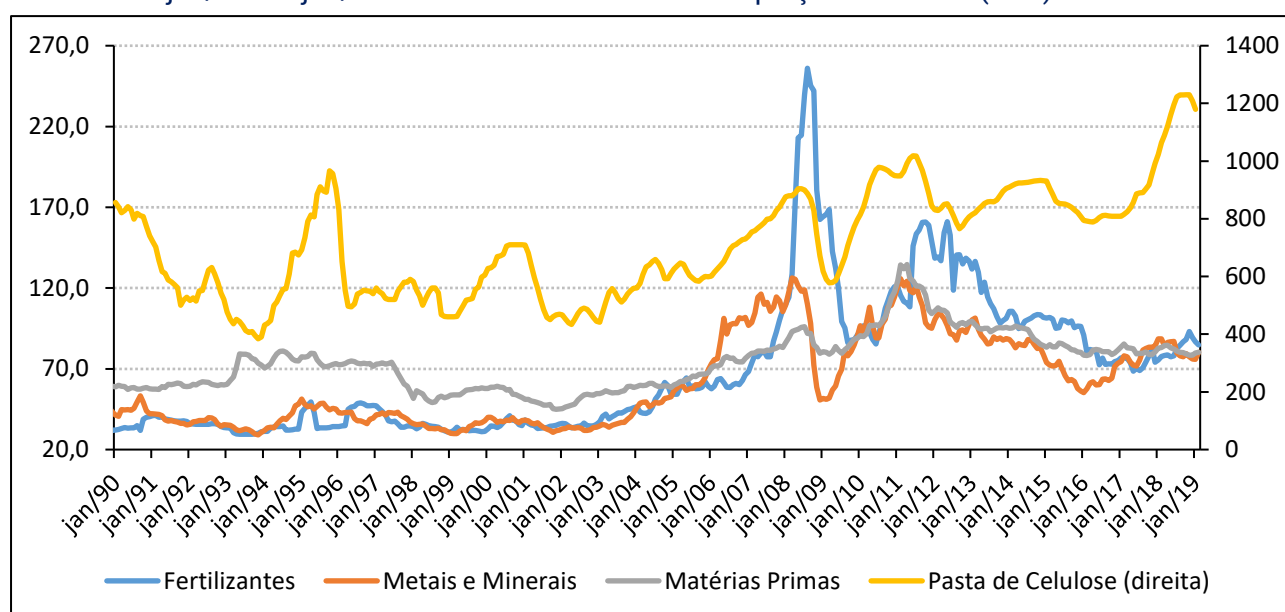
- A expectativa é que após o longo período de alta, a *commodity* sofra um *repick* para baixo para reequilibrar o preço no mercado sem que haja perdas de demanda por substituição por outros materiais fibrosos. Destaca-se, porém, que como não há aumento da oferta especulado no curto prazo, não deverá haver grandes oscilações, permanecendo elevados e rentáveis para as instalações atuais, como no caso da Suzano S/A.

Para as *commodities* metálicas e minerais, o índice caiu 0,4% em janeiro dando continuidade à deterioração no comparativo entre os anos fechados de 2019 com 2018 (-9,6%). As causas foram advindas da desvalorização registrada em 2018 nos três principais componentes do índice, o Cobre (-11,1%); o Alumínio (-7,7%) e o Minério de Ferro (-4,3%), do qual, em janeiro de 2019, somente o Minério de Ferro registrou inversão em relação ao fechamento de 2018 (+10,2%).

⁴ Apesar de ser uma *commodity* classificada como matéria prima, a Pasta de Celulose não compõe o índice de matérias primas do Banco Mundial, mas devido a expressividade na pauta exportadora brasileira e maranhense torna-se relevante relatar o avanço da mercadoria no mercado internacional.

⁵ Mais detalhes no Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense 4T2018. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/porta1/Post/view/boletim-conjuntura/275>.

Gráfico 12. Mundo: Índice de Laspeyers para a cotação internacional das *commodities* minerais metálicas (exceto metais preciosos), fertilizantes, Matérias Primas e evolução do preço da Pasta de celulose¹ de jan/90 até jan/19. Base 2010=100 baseado no preço em dólares (USD) nominais



Fonte: World Bank. ¹INSE; NBSK Index.

- O Cobre encerrou janeiro cotado em US\$ 6.300/mt, queda de 11,1% em relação ao encerramento de 2018. Apesar de paralizações em fábricas que reduziram a oferta, a demanda vem sendo suprimida pelo arrefecimento em investimentos em infraestrutura, sobretudo, no Japão, China, Rússia e na Europa;
- De forma similar, o Minério de Ferro perdeu valor durante 2018⁶, contudo, o rompimento da barragem de Brumadinho no Brasil, gerou pressões políticas e populares contra a Vale S/A levando-a a revisar sua política de produção, consequentemente encerrando algumas minas e reduzindo a oferta mundial no curto prazo, o que elevou os preços internacionais em 2019 para US\$88,2/dmtu. A expectativa é de que os preços continuem crescendo com a redução da oferta brasileira, contudo, não se espera crescimento robusto para a demanda no curto prazo, de forma que os preços não devem subir demasiadamente. No longo prazo, a Vale S/A disse que irá elevar a produção em outras minas nacionais, tais como a de Carajás-PA;
- O Alumínio, por sua vez, fechou janeiro em US\$ 1.861,9/t e continuou a tendência baixista iniciada em junho de 2018, quando bateu maior valor desde 2014 (US\$ 2.237,6/t). a quebra adveio de reduções nos custos de produção, primariamente energia elétrica e desaceleração na demanda Chinesa.

No índice de fertilizantes, o ano de 2018 foi favorável a valorização de suas *commodities*, DAP (+9,1%); TSP (+19,1%); Ureia (+28,9%) e Fosfato em Rocha (+23,9%). No primeiro semestre, o custo com energia elétrica alavancava os preços que eram pressionados para cima com o crescimento da demanda mundial, sobretudo na América do Sul (Brasil e Argentina) voltados à produção de Soja, que bateu recorde de safra. Além disso, a produção mundial de fertilizantes opera a toda capacidade instalada, dificultando aumento de oferta no curto prazo para atender a demanda beneficiada com as melhorias climáticas. Ressalta-se que anúncios de novas instalações foram feitos.⁷

⁶ Destacando-se a importância da menor demanda na China e da maior produção na Austrália.

⁷ Ver Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense 4T2018. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/275>.

2.3.3. Balança Comercial

Reimportação de plataformas de perfuração de petróleo distorcem resultados da Balança Comercial e reduzem *superávit* externo. Crescimento da demanda, sobretudo por insumos industriais, soma-se a valorização do petróleo e de fertilizantes e aumenta ainda mais valor das importações.

Em 2018, na Balança Comercial Brasileira (Tabela 6) a forte aceleração do crescimento das importações (+20,2% em relação à 2017) que resultaram na soma de US\$ 181,2 bilhões de produtos adquiridos do exterior reduziu o *superávit* externo para cifra de US\$ 58,7 bilhões (-12,6%) pois as exportações, que também cresceram, não acompanharam o ritmo dos produtos importados, registrando US\$ 239,9 bilhões e alta de 10,2%. Como ambos fluxos cresceram, a Corrente Comercial também registrou alta substancial (+14,3%) e registrou US\$ 421,1 bilhões.

- Nas exportações, a alta derivou do crescimento nas vendas de Bens de Capital, que saiu de US\$ 17,1 bilhões em 2017 para US\$ 21,2 bilhões em 2018 (+24,4%), os destaques da rubrica em 2018 foram as vendas de *Plataformas de Perfuração ou Exploração de Petróleo* (US\$ 2,9 bilhões); *Outros aviões e outros veículos aéreos, de peso superior a 15 mil quilos* (US\$ 2,8 bilhões); *Barcos-faróis* (US\$ 2,8 bilhões) e *Tratores Rodoviários para semi-reboques* (US\$ 1,5 bilhões); outra rubrica com grande ampliação nas vendas internacionais foram os *Combustíveis e Lubrificantes* que somou US\$ 31,3 bilhões (+49,9%), nesta abertura o destaque vai para *Óleos Brutos de petróleo* que somou US\$ 25,1 bilhões, crescimento de 51,2%;
- A exportação de petróleo brasileiro foi recorde histórico em 2018, chegando a vender 1,12 milhões de barris/dia. Além do aumento da quantidade exportada, a *commodity* foi beneficiada pela alta dos preços internacionais o que valorizou ainda mais as vendas no mercado internacional em relação à 2017;
- Nas importações, por sua vez, o destaque vai para o processo de reimportação de *Plataformas de Petróleo*, que devido às alíquotas elevadas para aquisição do produto, os mesmos encontravam-se nas mãos de empresas ou filiais estrangeiras de companhias brasileiras, até mesmo da Petrobras. Com a nova medida, que reduz a taxa, as companhias as trouxeram para as empresas nacionais, registrando US\$ 4,4 bilhões nas importações brasileiras. Ressalta-se também que o preço do petróleo atuou duplamente na balança comercial, pois apesar da redução quantitativa nas importações de *Óleo Diesel*, a valorização das *commodities* energéticas aumentou os preços e elevou as aquisições da mercadoria para US\$ 6,3 bilhões;

Tabela 6. Brasil: Balança Comercial e Corrente Comercial de 2010 até 2019* valores em US\$ milhões e Variação em (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)	A-B (Var %)
2010	201.915	-	-181.768	-	20.147	383.684	-
2011	256.040	26,8	-226.242	24,5	29.798	482.281	25,7
2012	242.580	-5,3	-223.149	-1,4	19.431	465.729	-3,4
2013	242.179	-0,2	-239.621	7,4	2.558	481.800	3,5
2014	225.101	-7,1	-229.154	-4,4	-4.054	454.255	-5,7
2015	191.134	-15,1	-171.449	-25,2	19.685	362.583	-20,2
2016	185.235	-3,1	-137.552	-19,8	47.683	322.787	-11,0
2017	217.739	17,5	-150.749	9,6	66.990	368.489	14,2
2018	239.889	10,2	-181.231	20,2	58.659	421.120	14,3
2018*	17.027	-	-14.203	-	2.824	31.230	-
2019*	18.579	9,1	-16.387	15,4	2.192	34.965	12,0

Fonte: MDIC. *janeiro.

- Destacam-se os produtos na pauta de importações brasileira pertencentes a categoria de *Bens Intermediários* US\$ 104,9 bilhões (57,9% do total), no qual ressaltam-se os *Insumos Industriais* (US\$ 78,1 bilhões) principalmente no que tange à *Mercadorias da Petroquímica para Produção*

de Combustíveis, que cresceram, pois até setembro foi prioridade da Petrobras atender o mercado interno. Nessas mercadorias são exemplos as Naftas que somaram US\$ 3,6 bilhões e Óleos Brutos de Petróleo US\$ 5,1 bilhões; além disso, na mesma categoria aumentou-se as compras de Fertilizantes, que foram mais demandados com a larga safra agrícola e melhora climática, tais como: Outros Cloretos de Potássio (US\$ 3,9 bilhões); Ureia (US\$ 1,5 bilhões) e DAP (US\$ 1,4 bilhões).

No comparativo de janeiro de 2019 com o mesmo mês de 2018, a Balança Comercial brasileira também registrou menor *superávit*, US\$ 2,2 bilhões (-21,4%). O fenômeno é explicado da mesma forma que o comparativo anual: as reimportações de Plataformas de Petróleo perduraram em janeiro do ano corrente e junto ao custo com insumos para combustíveis possibilitaram ampliação do valor importado em 15,4%. As mudanças dos preços do petróleo favoreceram as exportações (+9,1%) possibilitando a manutenção do *superávit*. Apesar de ser apenas um mês, a expectativa é de que as importações continuem crescendo às taxas superiores às exportações e, a depender das oscilações de preços e do crescimento da renda nacional, lentamente em recuperação, reverter o cenário positivo para meados de 2020.

2.4. Mercado de Trabalho

CAGED registra saldo positivo de 173,1 mil empregos no país em fevereiro: o melhor resultado para o mês desde 2014

Segundo os dados do CAGED, no mês de fevereiro de 2019 foram registradas 173,1 mil contratações líquidas, o melhor resultado para o mês desde 2014 (260,8 mil). Em termos setoriais, os principais destaques foram Serviços (+112,4 mil), Indústria de Transformação (+33,4 mil). Por sua vez, a Agropecuária foi o único setor com maior desmobilização de postos de trabalho (-3 mil).

Tabela 7. Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, 2016 a 2019; Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Acumulado do ano		Fevereiro		Variação Absoluta mensal
	2018	2019	2017	2019	
Total	168.098	211.474	61.188	173.139	111.951
Extrativa mineral	-79	1.067	315	985	670
Ind. de Transformação	67.494	68.836	17.363	33.472	16.109
SIUP ¹	39.169	36.042	629	865	236
Construção civil	2.286	880	-3.607	11.097	14.704
Comércio	14.151	26.230	-25.247	5.990	31.237
Serviços	7.304	11.851	65.920	112.412	46.492
Administração pública	55.298	52.965	9.553	11.395	1.842
Agropecuária	9.457	10.680	-3.738	-3.077	661

Fonte: CAGED – SEPT. * Acumulado até fevereiro (ajustado até janeiro). ¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

- No que diz respeito ao primeiro bimestre de 2019, foi registrado o saldo de 211,5 mil empregos, resultado que supera em 43,4 mil vagas o mesmo período de 2018. Considerando a abertura setorial, todos os setores apresentaram saldo positivo, com destaque para a Indústria de Transformação (+68,8 mil) e a Administração Pública (+52,9 mil), que lideraram as contratações líquidas;
- No que se refere à distribuição regional, em fevereiro de 2019, houve crescimento mais expressivo de postos de trabalho no Sudeste (+101,6 mil) e Sul (+66 mil). Já no Nordeste, o número de demissões superou o de contratações, resultando em saldos negativos de 12,4 mil empregos formais.

2.5. Finanças Públicas

Governo Central encerra 2018 com resultado primário R\$ 38,7 bilhões abaixo da meta estipulada para o ano. No primeiro semestre de 2019, equipe do governo concentra esforços para tramitação da Reforma da Previdência, e da mesma já são estimados Impactos negativos sobre os segurados de benefícios assistenciais.

O *déficit* primário do Governo Central em 2018 foi de R\$ -120,2 bilhões (-1,7% do PIB), segundo o Tesouro Nacional, ficando abaixo da meta estabelecida para o ano de R\$ -159 bilhões. Em termos absolutos, o resultado primário de 2018 ficou R\$ 4,04 bilhões abaixo do registrado no ano anterior, mas o número foi quase o mesmo quando visto em relação ao PIB, variando apenas 0,2 p.p. em comparação ao observado em 2017 (Tabela 8).

A variação real de 2,6% da Receita Líquida não foi suficiente para superar o crescimento da Despesa Total, que até cresceu em ritmo inferior (+2,0%), mas totalizou R\$ 1,35 trilhões ficando acima dos R\$ 1,22 bilhões arrecadados, ao descontar os repasses a Estados e municípios. De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), em 2018 houve recuperação das receitas recorrentes, que cresceram a taxa de 3%, estas correspondem aos recursos mais correlacionados com a atividade econômica que desde 2016 tinham perdido participação para as receitas extraordinárias.

Na abertura da composição do resultado de 2018, observa-se que o *déficit* do Regime Geral de Previdência Social foi o maior responsável pelo número negativo, R\$ -195,1 bilhões, seguido por saldo negativo de R\$ 714,3 milhões do Banco Central, insuficientemente compensados por *superávit* de R\$ 75,6 bilhões do Tesouro Nacional. Assim, foi o quinto ano consecutivo de resultados negativos do Governo Central, sendo que se vê desde 2016 recuperação muito lenta, em termos percentuais apenas de 0,8 p.p., dos quais a Receita Líquida contribuiu em 0,5 p.p. e a redução de despesas com 0,3 p.p.

No entendimento de que as regras fiscais vigentes dão pouca margem para racionalização das despesas obrigatórias e visando recuperação do equilíbrio das contas previdência social, foi encaminhada pela equipe econômica do Presidente Bolsonaro ao Congresso nova proposta de Reforma da Previdência⁸. O texto prevê mudanças nas regras de acesso ao benefício concedido pelo Regime Geral (RGPS) e Próprio (RPPS), e nas condições de concessão de outros dois benefícios sociais, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Abono Salarial.

Tabela 8. Brasil: Resultado Primário do Governo Central- 2017, 2018, jan/18 e jan/19, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA até jan/19– (R\$ Milhões)

Descrição	2017	2018	Janeiro (val. Constantes)		Cresc. Nominal (%)		Cresc. Real (%)	
			2018 (a)	2019 (b)	2017/2018	(b)/(a)	2018/2017	(b)/(a)
I. Receita Total	1.383.081,6	1.484.238,1	162.053,1	160.970,3	7,3	3,1	3,6	-0,7
II. Transf. por repartição de receita	228.335,3	256.723,7	20.709,7	23.921,2	12,4	19,9	8,5	15,5
III. Receita Líquida (II-II)	1.154.746,3	1.227.514,5	141.343,4	137.049,1	6,3	0,6	2,6	-3,0
IV. Despesa total	1.279.007,8	1.351.756,7	109.336,3	106.811,1	5,7	1,4	2,0	-2,3
V. Fundo soberano do Brasil	0,0	4.021,0	0,0	0,0	-	-	-	-
VI. Primário do Governo Central	-124.261,5	-120.221,3	32.007,1	30.238,1	-3,3	-2,0	-7,3	-5,5
VII. Resultado Primário/PIB	-1,9	-1,7	5,8	5,1	-	-	-	-
Resultado Previdência Social (RGPS)	-182.450,0	-195.197,0	-15.254,9	-13.792,4	7,0	-6,2	3,2	-9,6

FONTE: STN.

- Em janeiro de 2019, o Governo Central obteve *superávit* de R\$ 30,2 bilhões. O aumento sazonal das receitas com IRPJ/CSLL e participações especiais de *royalties* de petróleo influenciou positivamente a arrecadação do mês que totalizou R\$ 160,9 bilhões, ficando R\$ 1,1 bilhão (-

⁸ Consultar o Box ao final desta sessão: Impactos Fiscais estimados da PEC nº 6/2019 sobre Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Abono Salarial.

0,7%) abaixo do apurado em janeiro de 2018, superando assim os gastos totais que somaram no mesmo período R\$ 106,8 bilhões (Tabela 9);

- A reclassificação de R\$ 2,7 bilhões de valores decorrentes da consolidação das dívidas inscritas no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) implicou na redução dos recursos apurados em PIS, COFINS e IPI, e correspondente elevação em IR, fator este que afetou negativamente a variação da receita no comparativo entre janeiro de 2018 e 2019;
- O principal vetor de redução de despesas no comparativo desse período foram as Despesas Discricionárias (-13,8%, R\$ -2,07 bilhões), puxado pela redução de R\$ 1,5 bilhão nas Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo (-14,8%), que por sua vez obteve queda majoritariamente em razão de redução de gastos com Saúde (-23%, R\$ -1,48 bilhões).

Na abertura das receitas, observa-se que dentre os recursos administrados pela Receita Federal Brasileira, que contribuiu com elevação de R\$ 40,2 bilhões em 2018 frente a 2017, com exceção do CIDE Combustíveis todos os tributos registraram variação positiva em relação ao ano anterior. Destaca-se que os tributos incidentes sobre o faturamento, COFINS e PIS/PASEP, que detêm a maior participação em relação a arrecadação total, juntos contribuíram com elevação de R\$ 8,8 bilhões. No entanto, foram os tributos incidentes sobre importação os que mais contribuíram em termos absolutos para receita total administrada: Imposto de Importação (R\$ +7,1 bilhões) e IPI - Vinculado à Importação (R\$ +3,5 bilhões).

Na contramão, o decréscimo de CIDE – Combustíveis pode ser explicado tanto pela estabilidade do volume de venda de combustíveis, que segundo a ANP cresceu apenas 0,05% entre 2018 e 2017, como também pela isenção da cobrança do tributo sobre diesel levada pela paralização dos caminhoneiros em maio do ano passado.

Tabela 9. Brasil: Receitas e Despesas do Governo Central – 2017, 2018, jan/18 e jan/19 - Crescimento em % (Real inflacionado pelo IPCA até jan/19, R\$ Milhões)

Descrição	2017	2018	Janeiro (val. Constantes)		Cresc. Real (%)		Var. Absoluta (Val. Reais)	
			2018 (a)	2019 (b)	18/17	(b)/(a)	2018-2017	(b)-(a)
RECEITA TOTAL	1.459.154,5	1.511.315,3	162.053,1	160.970,3	3,6	-0,7	52.160,8	-1.082,8
Receita Administrada pela RFB	881.931,9	922.152,4	113.997,5	109.200,7	4,6	-4,2	40.220,5	-4.796,8
Imposto de Importação	34.209,0	41.392,2	3.365,1	3.842,1	21,0	14,2	7.183,1	477,0
IPI	50.647,4	56.434,9	5.468,4	4.189,5	11,4	-23,4	5.787,5	-1.278,9
Imposto de Renda	358.889,7	369.836,0	51.907,3	55.042,8	3,1	6,0	10.946,3	3.135,6
IOF	36.914,3	37.440,1	3.080,9	2.922,2	1,4	-5,2	525,8	-158,7
COFINS	248.527,4	255.972,5	24.343,7	20.243,1	3,0	-16,8	7.445,1	-4.100,6
PIS/PASEP	65.959,4	67.328,1	6.683,6	5.622,9	2,1	-15,9	1.368,7	-1.060,7
CSLL	79.905,2	80.162,5	15.743,0	14.726,5	0,3	-6,5	257,2	-1.016,6
CIDE Combustíveis	6.149,8	4.049,7	475,7	285,5	-34,1	-40,0	-2.100,1	-190,2
Outras	729,7	9.536,5	2.929,9	2.326,3	1.206,9	-20,6	8.806,9	-603,7
Incentivos Fiscais	-1.435,5	-14,2	0,0	0,0	-99,0	-	1.421,3	0,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	395.226,7	397.901,1	29.749,1	32.317,9	0,7	8,6	2.674,4	2.568,8
Receitas Não Administradas pela RFB	183.431,4	191.276,0	18.306,6	19.451,7	4,3	6,3	7.844,6	1.145,2
DESPESA TOTAL	1.349.139,9	1.375.451,2	109.336,3	106.811,1	2,0	-2,3	26.311,3	-2.525,2
Benefícios Previdenciários	587.755,9	596.571,9	45.004,0	46.110,3	1,5	2,5	8.815,9	1.106,3
Pessoal e Encargos sociais	299.678,8	303.322,0	26.582,2	26.089,8	1,2	-1,9	3.643,2	-492,4
Outras Despesas Obrigatórias	208.305,6	205.207,8	22.692,0	21.632,4	-1,5	-4,7	-3.097,8	-1.059,6
Abono e Seguro Desemprego	57.565,2	54.581,2	5.726,2	5.839,4	-5,2	2,0	-2.984,0	113,2
Benefícios de Prestação Cont. da LOAS/RMV	56.721,3	57.177,0	4.693,3	4.806,9	0,8	2,4	455,8	113,6
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	828,8	5.767,4	13,4	942,0	595,9	-	4.938,6	928,6
Compensação ao RGPS pelas Desone. da Folha	14.687,4	13.804,4	923,7	1.007,0	-6,0	9,0	-883,1	83,3
Fundef/Fundeb - Complementação da União	13.814,3	14.108,8	3.026,0	3.142,4	2,1	3,8	294,5	116,4
Lei Kandir e FEX	4.046,5	1.944,9	165,2	0,0	-51,9	-100,0	-2.101,6	-165,2
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	11.280,8	14.289,8	87,9	127,2	26,7	44,7	3.009,0	39,3
Subsídios, Subvenções e Proagro	19.795,6	15.661,0	6.273,3	4.672,4	-20,9	-25,5	-4.134,7	-1.600,9
Demais	29.565,8	27.873,4	1.782,9	1.095,1	-5,7	-38,6	-1.692,4	-687,8
Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	253.399,6	270.349,5	15.058,1	12.978,6	6,7	-13,8	16.949,9	-2.079,5
Obrigatórias com Controle de Fluxo	130.900,6	139.580,1	10.277,4	8.755,5	6,6	-14,8	8.679,5	-1.521,8

Benefícios a servidores públicos	13.778,3	13.399,0	982,1	1.011,9	-2,8	3,0	-379,4	29,9
Bolsa Família	29.824,7	30.902,7	2.769,5	2.595,8	3,6	-6,3	1.077,9	-173,8
Saúde	79.193,1	83.744,5	6.465,1	4.980,5	5,7	-23,0	4.551,3	-1.484,6
Educação	6.529,3	6.556,1	1,3	1,1	0,4	-15,1	26,7	-0,2
Demais	1.575,0	4.977,9	59,3	166,2	216,1	180,1	3.402,9	106,9
Discricionárias	122.499,0	130.769,4	4.780,7	4.223,1	6,8	-11,7	8.270,3	-557,7
Saúde	24.270,3	29.846,1	1.446,1	885,1	23,0	-38,8	5.575,8	-561,1
Educação	24.875,9	25.455,3	979,8	933,3	2,3	-4,7	579,4	-46,5
Defesa	13.237,1	15.522,3	349,3	321,3	17,3	-8,0	2.285,2	-28,0
Transporte	11.431,5	10.923,6	439,2	357,5	-4,4	-18,6	-507,9	-81,7
Administração	6.148,9	7.992,0	457,9	258,5	30,0	-43,6	1.843,0	-199,4
Ciência e Tecnologia	4.336,4	4.320,0	70,2	220,5	-0,4	214,1	-16,4	150,3
Segurança Pública	3.197,5	3.570,0	101,4	165,9	11,6	63,7	372,5	64,6
Assistência Social	4.222,0	3.375,9	55,7	141,1	-20,0	153,5	-846,1	85,5
Demais	30.779,4	29.764,1	881,1	939,9	-3,3	6,7	-1.015,3	58,7

FONTE: STN.

A partir da divulgação dos primeiros resultados fiscais do ano, a Secretaria do Tesouro Nacional⁹ fez mudanças na estrutura de disposição das Despesas do Poder Executivo agora as subdividindo em dois grupos: *Obrigatórias com Controle de Fluxo* e *Discricionárias*. Em 2018, as *Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo* apresentaram crescimento real de 6,6% (R\$ +8,6 bilhões), levado por incremento dos gastos com Saúde (R\$ 4,5 bilhões) relacionados a atenção básica, procedimentos em alta e média complexidade, assistência farmacêutica e vigilância sanitária; com Bolsa Família (R\$ +1,07 bilhões) e Demais Gastos (R\$ +3,4 bilhões). Nos gastos *Discricionários*, houve aumento real das principais funções, notadamente: Saúde (+23,0%, R\$ +5,5 bilhões), Educação (+2,3%, R\$ +579 milhões) e Defesa (+17,3%, R\$ +2,2 bilhões).

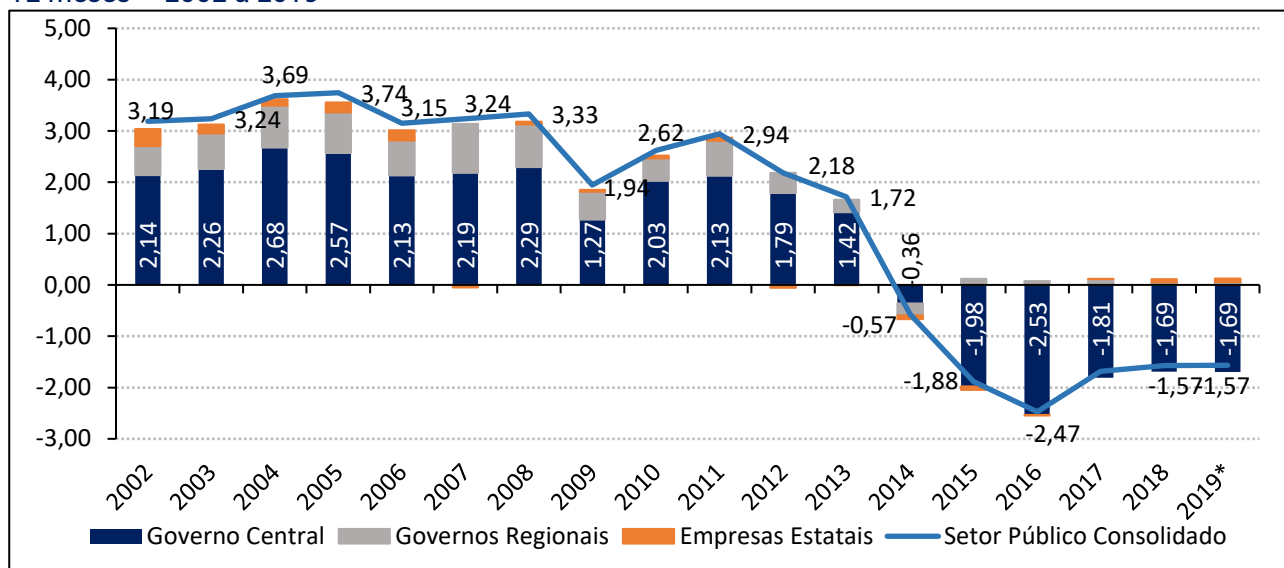
Com relação aos gastos que mais pesam no orçamento, Benefícios Previdenciários e Pessoal e Encargos Sociais registraram elevação de R\$ 8,8 bilhões e R\$ 3,6 bilhões, respectivamente. Os gastos com Subsídios, Subvenções e Proagro vem sofrendo reduções desde 2016 e encerrou o último ano com decréscimo de 20,9%. Segundo a IFI, o decréscimo dos gastos com essas operações em 2018 se deve à baixa adesão aos programas de subvenção nas operações de crédito rural na área da SUDAM e SUDENE. Cabe destacar também que os valores estimados para essas funções pelas projeções oficiais ficaram R\$ 3,9 bilhões acima do realizado, mostrando que a estimativa feita não era crível com a realidade de baixa adesão aos programas.

A partir de informações do Banco Central, o *déficit* primário do Setor Público Consolidado atingiu R\$ 108,2 bilhões (1,57% do PIB) em 2018 ante R\$ 110,5 bilhões (1,69% do PIB) em 2017. Foi o quinto ano de resultado negativo do setor público, que engloba resultados do Governo Central, governos estaduais e municipais, e empresas estatais.

O **Gráfico 13** mostra a composição do resultado primário do SPC em relação ao PIB. Observa-se que a maior parte do saldo negativo se deve ao Governo Central, cujo *déficit* ficou em -1,69% do PIB, (R\$ 116,1 bilhões), melhora em relação a 2017 quando o patamar chegou a -1,81% do PIB (R\$ 118,4 bilhões). Já o *superávit* dos governos regionais decresceu entre os dois anos, passando de 0,11% para 0,05% do PIB, e na contramão, o *superávit* das estatais passou de 0,01% para 0,05% do PIB.

⁹ As mudanças feitas pela STN em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) buscam conciliar a estrutura dos principais documentos de acompanhamento orçamentário-financeiro (PLOA, RTN, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias e Relatório de Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais).

Gráfico 13. Brasil: Decomposição do Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB – acumulado 12 meses – 2002 a 2019*



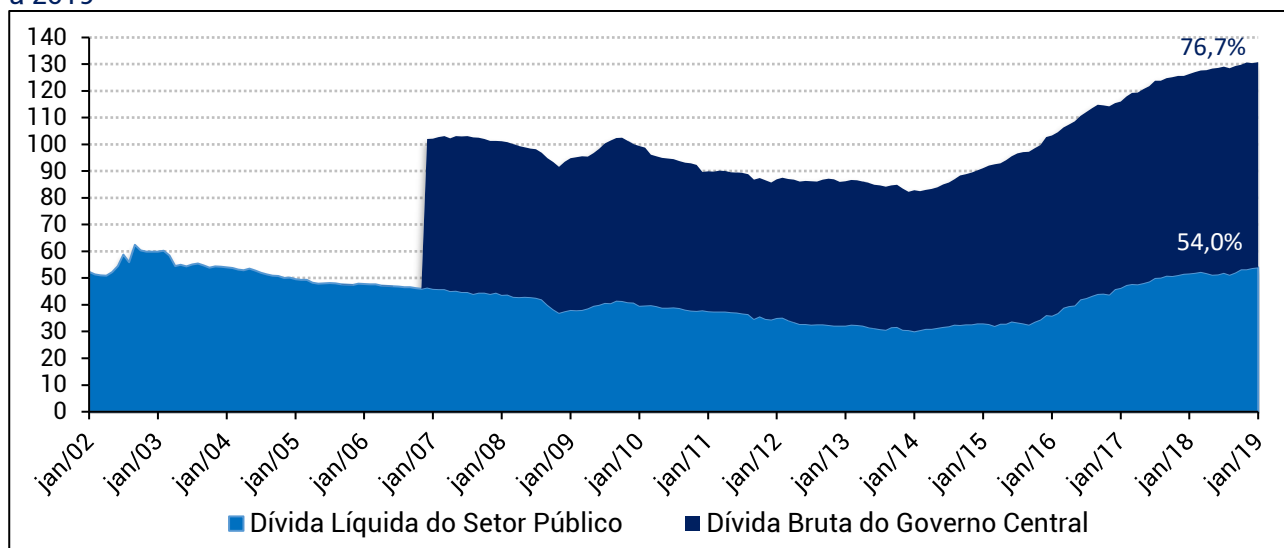
Fonte: BACEN. *Acumulado de 12 meses até janeiro.

- Os juros nominais em 2018 somaram R\$ 379,1 bilhões (5,52% do PIB), dando continuidade a trajetória de queda iniciada em 2015 levada pelo menor pagamento de juros da dívida indexada a índices de preços, da dívida indexada à Selic, bem como de juros relativos a *swaps* cambiais. Assim, o resultado nominal do Setor Público Consolidado foi de R\$ 487,4 bilhões (7,09% do PIB) em 2018.

Ao longo dos 12 meses encerrados em janeiro de 2019, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) obteve aumento de 2,1 p.p. do PIB, atingindo 76,7% no último mês, o equivalente a R\$ 5,3 trilhões. O aumento do endividamento em 2018 se deu sobretudo em razão do endividamento interno (+2,2 p.p. do PIB), devido ao aumento da dívida mobiliária do Tesouro Nacional. Em menor proporção, contribuiu o endividamento externo (+0,4 p.p.).

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 54,0% do PIB em janeiro de 2019, ou R\$ 3,7 trilhões, com incremento de 1,7 p.p. ao longo de 12 meses. A variação em janeiro refletiu o efeito da valorização cambial de 5,75% no mês (responsável por expansão de 1,0 p.p. do PIB), da incorporação de juros nominais (aumento de 0,3 p.p.), do *superávit* primário (redução de 0,7 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.).

Gráfico 14. Brasil: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB – 2002 a 2019*



Fonte: BACEN. *Acumulado de 12 meses até janeiro de 2019.

Por meio das notas técnicas nº 28 e nº 29, a IFI fez estimativa do impacto fiscal das mudanças propostas às regras do BPC e do Abono Salarial decorrentes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6 de 2019.

Para cálculo do impacto das virtuais mudanças no BPC, foram considerados pela Instituição dois cenários: cenário base, que tem como indexador o INPC, e o cenário alternativo, que considera o salário mínimo indexado ao crescimento do PIB de dois anos antes e o INPC do ano anterior. No cenário base, a avaliação é de que nos primeiros quatro anos de reforma haveria elevação dos gastos com BPC em R\$ 2,1 bilhões, devido à inclusão de beneficiários de 60 a 64 anos que receberiam o benefício parcial no valor de R\$ 400 e à suposição do contingente de beneficiários de 65 a 69 anos que já adquiriram o direito de receber o benefício integral. A despesa com beneficiários na faixa de 65 a 69 anos passaria a recuar então gradualmente, de forma que, no horizonte de dez anos, a economia seria de R\$ 28,7 bilhões. Assim, entre 2019 e 2029, as despesas primárias com BPC cairiam de 0,76% para 0,66% em relação ao PIB.

No cenário alternativo, que supõe a manutenção da regra atual de ajuste do salário mínimo (Lei nº13.512/15), a avaliação da IFI é de que nos primeiros quatro anos de vigência as mudanças previstas elevariam os gastos com o benefício em R\$ 341 milhões, sendo que, no prazo de dez anos, a economia seria de R\$ 46,5 bilhões. As despesas primárias com o benefício aumentariam de 0,76% para 0,79% do PIB.

A restrição de acesso ao BPC tem impactos negativos proporcionalmente mais intensos sobre as transferências aos Estados do Norte e Nordeste onde, tanto no meio rural quanto urbano, se concentram mais beneficiários. No Maranhão, foram emitidos 193,3 mil benefícios em 2018, que representaram naquele ano 15,9% do total de R\$ 14 bilhões transferidos a título de aposentadorias e outros tipos de auxílios e benefícios previdenciários.

Para a estimativa do impacto fiscal das regras propostas ao Abono Salarial, a IFI utilizou o valor médio do benefício em 2017 (R\$ 714) e 2018 (R\$ 743) e o contingente de trabalhadores na faixa salarial que será considerada para concessão do benefício, que passaria de dois para um salário mínimo. A estimativa é de economia de pouco menos de R\$ 2 bilhões por ano, que resultaria em redução de gastos de R\$ 150 bilhões em dez anos.

No Maranhão, 429,9 mil trabalhadores com carteira assinada recebiam até dois salários mínimos em 2017, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. A mudança da faixa salarial de referência do benefício restringiria para 71,8 mil a quantidade de trabalhadores amparados pelo Abono Salarial.

O somatório das estimativas de redução de gastos primários com BPC e Abono Salarial estimadas pela IFI totalizam R\$ 178,9 bilhões economizados em dez anos. Tal projeção encontra-se um pouco abaixo da estimativa do Governo, que prevê nesse mesmo horizonte de tempo economia de R\$ 182,2 bilhões.

¹⁰ Baseado nas notas técnicas realizadas pela Instituição Fiscal Independente (IFI). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/notas-tecnicas-ifi>. Acesso em 7 de março de 2019.

3. CENÁRIO ESTADUAL

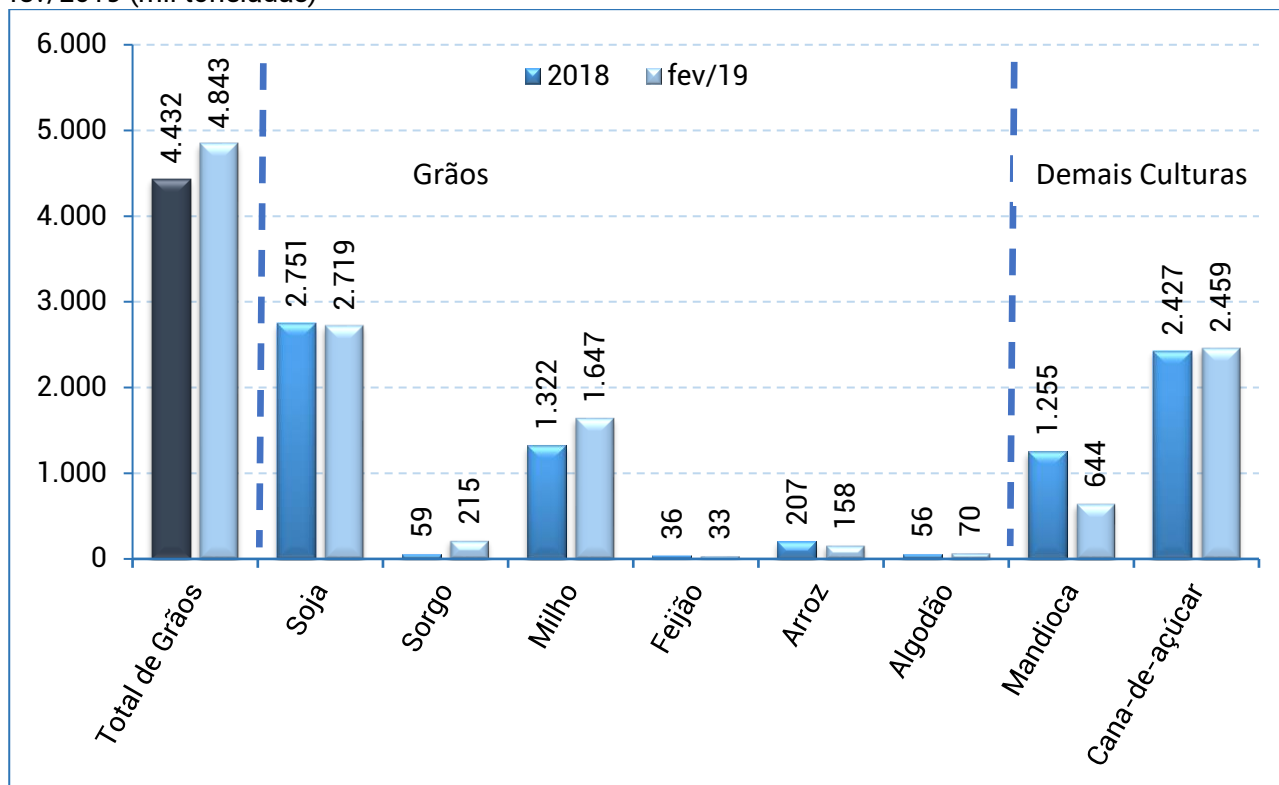
3.1. Nível de Atividades

3.1.1. Produção Agrícola

Produção de grãos é revisada para baixo, mas mantém crescimento superior ao do ano passado

Conforme o LSPA referente a fevereiro de 2019, a produção de grãos para o ano corrente está estimada em 4,84 milhões toneladas (t), crescimento de 9,3% em comparação com a safra de 2018 (Gráfico 15).

Gráfico 15. Maranhão: Estimativa da produção das culturas acompanhadas pelo LSPA – 2018 e fev/2019 (mil toneladas)



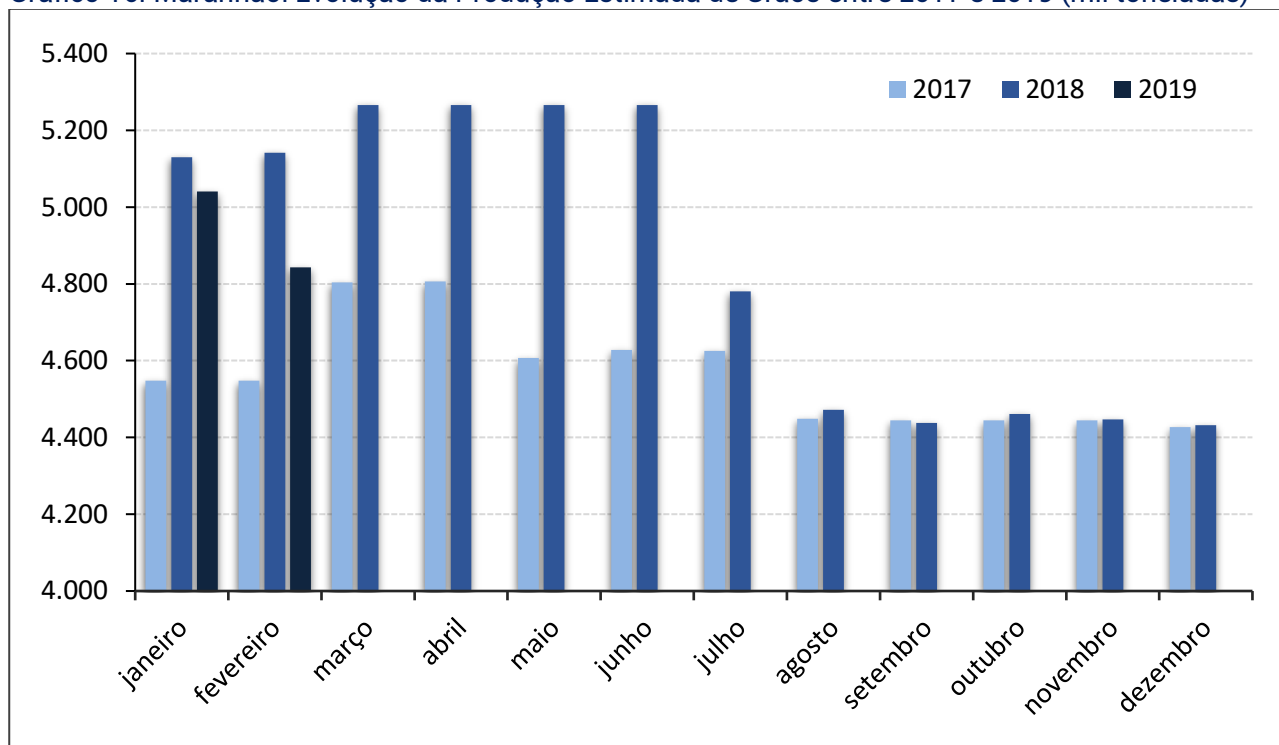
Fonte: GCEA;LSPA/IBGE.

*LSPA referente ao mês de fevereiro

Apesar do setor agropecuário ser o menor em termos de participação do PIB, qualquer variação nele afeta fortemente o produto como um todo. É importante ressaltar que, em 2016, o setor primário foi o mais afetado, queda real de 29,3%, ao passo que os demais setores caíram em menor proporção (Indústria -5,9% e Serviços -2%). Contudo, a partir de 2017, tendo em vista a supersafra de grãos, a agropecuária deverá apresentar melhora significativa, cujo VA, segundo estimativas do IMESC, foi revisado para +34,1%

É importante mencionar que a estimativa da produção agrícola é reavaliada pelo GCEA/IBGE mensalmente, sendo bastante comum, pelo menos no primeiro semestre, que a produção estimada seja superior à do segundo semestre, conforme verificado na comparação entre os anos 2017, 2018 e 2019, segundo o LSPA de fevereiro (Gráfico 16 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). A partir dessas revisões, o GCEA/MA pode constatar diversas áreas com produção superestimadas, além de incidência de pragas que podem ocorrer ao longo do período de desenvolvimento das plantas, principalmente no caso dos grãos, cujo peso no VA é bastante significativo.

Gráfico 16. Maranhão: Evolução da Produção Estimada de Grãos entre 2017 e 2019 (mil toneladas)



Fonte: GCEA;LSPA/IBGE.

A cultura da soja sofreu a primeira reavaliação para baixo no ano corrente segundo divulgado no LSPA de fevereiro (-2,8%). Pesquisas recentes do IBGE e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que fazem o acompanhamento da safra, indicam que houve perdas na produção da oleaginosa, notadamente, na parte meridional do estado. Assim, a produção esperada poderá sofrer mais revisões para baixo, o que possivelmente também afetará o VA da Agropecuária do estado, já que a soja representa, atualmente, cerca de 56,2% da produção graneleira maranhense.

Produção de milho, por sua vez, deverá voltar à normalidade em 2019, ou seja, ao mesmo patamar dos anos anteriores (2017 e 2018) com cerca de 1,6 milhões de toneladas, acréscimo de 324,4 mil toneladas comparativamente ao ano anterior. Destaca-se que em alguns municípios, como por exemplo, Barão de Grajaú, houve um breve período de estiagem durante a fase de desenvolvimento da planta que afetou a produtividade (milho 1ª safra). Por conta disso, a produção foi revisada para 663 toneladas, ante 1.091 t no mês anterior. No caso do rendimento médio, houve revisão para 1.159 kg/ha, sendo que, em janeiro, havia registrado 1.486 kg/ha. Já em relação ao milho 2ª safra, devido à tecnologia aplicada somada à utilização de insumos, houve melhora no rendimento médio desta cultura em: Alto Parnaíba, Balsas, Nova Colinas, Riachão, Sambaíba, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso. Nestes municípios, é possível encontrar produtividades em níveis elevados (entre 4.000 e 6.000 kg/ha que o nível ideal para a safra).

É importante destacar que o milho 1ª safra apresenta rendimento médio geralmente superior à 2ª safra, pois nesta, apesar do solo ainda conter alguns nutrientes da safra anterior, ele está mais desgastado e, portanto, reduzindo a produtividade e elevando os custos para controle do solo.

De acordo com o LSPA de fevereiro de 2019, a produção de arroz sofreu mais uma revisão para baixo e ficou estimada em 158 mil toneladas, porém, dentro do padrão dos últimos anos. Em outras palavras, esse valor mostra o quanto a produção desse cereal foi reavaliada nos anos anteriores para que se chegasse a um número que refletisse melhor a realidade desse cultivo no estado, que de acordo com as discussões mensais do GCEA/MA, entendia-se que a produção de arroz no Maranhão estava fora da realidade, isto é, muito além do que poderia ser produzido de fato, já que possui elevada importação de arroz de outros estados.

Em Buriti Bravo, por exemplo, houve reavaliação da área plantada devido à falta de sementes no período inicial do plantio, além de irregularidade no volume de chuvas. Em Caxias, há problemas relativos à baixa produtividade tendo em vista que de uma área de, aproximadamente, 2.000 hectares, apenas 10% é mecanizada, e o restante plantado de forma rudimentar (roça no toco). O município de Codó passa pela mesma situação.

A cultura da mandioca mantém a tendência de revisões negativas desde a primeira estimativa do ano passado. Em 2019, contudo, intensificou-se ainda mais a redução, tendo em vista que a produção de mandioca não condizia com a realidade, ou seja, assim como aconteceu com o arroz, estava superestimada. Dessa forma, conforme discussões realizadas no GCEA/MA, o IBGE passou a investigar com maior cautela os dados da mandioca e confirmou que as informações estavam desatualizadas e superestimadas. Inclusive, após a divulgação dos resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017 que, embora utilize metodologia diferente da realizada no LSPA, averiguou que a produção de mandioca está muito aquém do divulgado. Dados do Censo Agropecuário 2017 apontam pouco mais de 222,6 mil toneladas distribuídas em cerca de 82,8 mil estabelecimentos, ao passo que o LSPA de 2019 indica cerca de 644 mil toneladas, o que indica que esse resultado esperado deverá sofrer mais alterações para baixo até o final do ano.

A produção de cana-de-açúcar, apesar da reavaliação de -0,7% em comparação ao mês anterior, segue positiva em 2019 (+1,3%) estimando-se que sejam colhidas cerca de 2.459 mil t até o fim do ano. Em Matões, por exemplo, devido à ausência de incentivos, houve uma redução bastante considerada destas áreas, além da substituição de áreas de plantio para o destino de pastagens para o gado.

3.1.2. Financiamento Imobiliário

Maranhão apresenta crescimento significativamente superior que a média do Nordeste em 2018, mas não compensou a queda nos anos anteriores.

Segundo os dados do Sistema Financeiros de Habitação (SFH), em 2018, o volume de crédito para aquisição de imóveis no Maranhão registrou 366,7 milhões, crescimento de 11,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior (ajustado pela inflação do período medida pelo IPCA). Da mesma forma, o Nordeste também apresentou aumento (+4,8%), porém, bem menor quando comparado ao Maranhão e a média do Brasil (+21,4%). No mês de dezembro, o total de financiamento a preços constantes alcançou R\$ 16,2 milhões ante 21,9 milhões em comparação ao mesmo mês do ano passado. Destaca-se que o resultado de dezembro de 2018 foi o pior para o mês desde de 2008, quando atingiu 12,5 milhões.

Apesar desse crescimento, o volume de financiamentos no Maranhão ao longo dos últimos cinco anos contados a partir de 2014, ano do *boom*, caiu mais que a média do Nordeste e do Brasil. Entre 2014 e 2018, o Maranhão acumulou queda real de 67,4% contra 61,7% no Nordeste e 58,8% no Brasil.

Tabela 10. Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2017, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2017 (% a.a.), 2017/2016 e Taxa de Crescimento 2018/2017 e participação do Maranhão no Nordeste e no Brasil (%)

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	101,9	1.442,0	17.149,3	7,1	0,6
2008	157,5	2.230,9	24.848,5	7,1	0,6
2009	289,5	3.570,5	34.630,5	8,1	0,8
2010	427,5	5.199,2	51.965,0	8,2	0,8
2011	681,8	7.079,4	68.560,8	9,6	1,0
2012	878,2	8.950,2	79.575,6	9,8	1,1
2013	998,4	11.859,4	105.456,5	8,4	0,9
2014	1.124,9	12.651,3	105.086,5	8,9	1,1
2015	735,1	8.578,3	65.410,2	8,6	1,1
2016	414,9	5.334,9	38.262,6	7,8	1,1
2017	328,1	4.624,7	35.650,7	7,1	0,9
2018	366,7	4.844,9	43.266,7	7,6	0,8
2007 a 2017	12,4	12,4	7,6	-	-
2017/2016	-20,9	-13,3	-6,8	-	-
2018/2017	11,8	4,8	21,4	-	-

Fonte: SBPE/BACEN.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), o total de financiamentos com recursos da caderneta de poupança alcançou R\$ 6,05 bilhões em dezembro (melhor resultado no ano). Nesse mesmo mês, o volume de crédito aumentou 24,1% em comparação ao mesmo mês do ano anterior (64,4%).

Ainda em dezembro, o total de financiamentos foi de 23,4 mil (categoria de aquisição e construção), +18,5% na comparação a novembro. Em relação a dezembro do ano passado, houve crescimento de 60,9%.

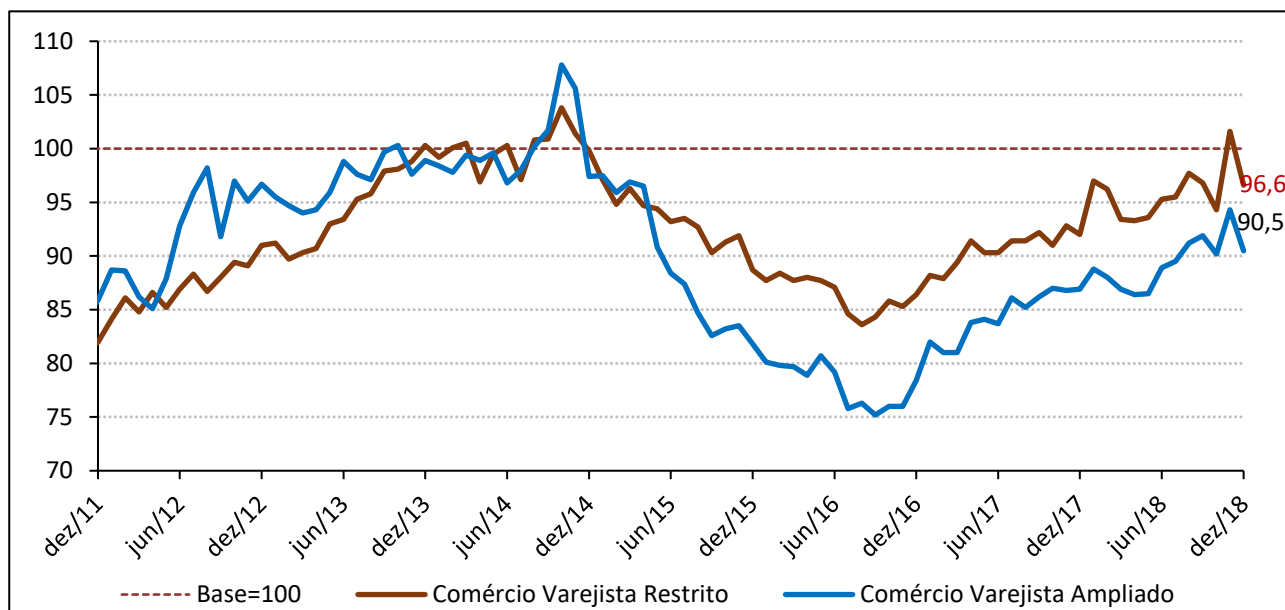
- Conforme a ABECIP, o Banco Bradesco liderou os financiamentos imobiliários na categoria de compras e construção totalizando R\$ 15,1 bilhões em 2018. Ainda segundo a ABECIP, as buscas por financiamento para aquisição ou construção aumentou 15%, depois de três anos de queda.
- Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), os preços dos imóveis diminuíram 20% em termos reais nos últimos quatros anos e esse cenário não deve mudar nos próximos meses.

3.1.3. Comércio

No Maranhão, em dezembro de 2018, o varejo restrito recuou 4,9% em sua variação mensal, sendo que este resultado foi antecedido pela terceira maior variação mensal ocorrida em novembro dentre as 27 Unidades Federativas, quando havia avançado 7,7% no volume de vendas físicas segundo a PMC.

O recuo de 4,9% no volume de vendas do varejo restrito em sua variação mensal com ajuste sazonal ocasionou a queda do seu número índice para 96,6 pontos, conforme aponta a PMC. Este resultado expressa a queda de desempenho no setor de *Hipermercados e Supermercados* que, em novembro de 2018, conforme dados da arrecadação da SEFAZ/MA, já apresentava queda de 4,82%, sendo que este setor possui o maior peso no cálculo da PMC para os resultados do varejo restrito.

Gráfico 17. Maranhão: Índice de Volume do Varejo Restrito e Ampliado, com ajuste sazonal de dez/11 a dez/18



Fonte: PMC/IBGE.

Houve avanço de 3,2% no volume de vendas no comparativo de dezembro de 2018 com o mesmo período do ano anterior, e no acumulado de 12 meses avançou 5,9% devido ao crescimento de contratações formais na economia e em especial no quarto trimestre de 2018, indicando uma melhora gradativa no mercado formal com 9,6 mil contratações líquidas em 2018. Como o orçamento das famílias maranhenses em 2018 está em um patamar superior ao do ano de 2017, a evolução positiva do comparativo anual solidifica a recuperação das atividades do comércio estadual. Na medida em que os recursos acumulados com o incremento das receitas nominais advindas de um maior volume de vendas tendem a favorecer a possibilidade do empresário do comércio em elevar o nível de investimentos, projeta-se avanços no nível de estoques e contratações para atendimento na rede varejista no primeiro semestre de 2019.

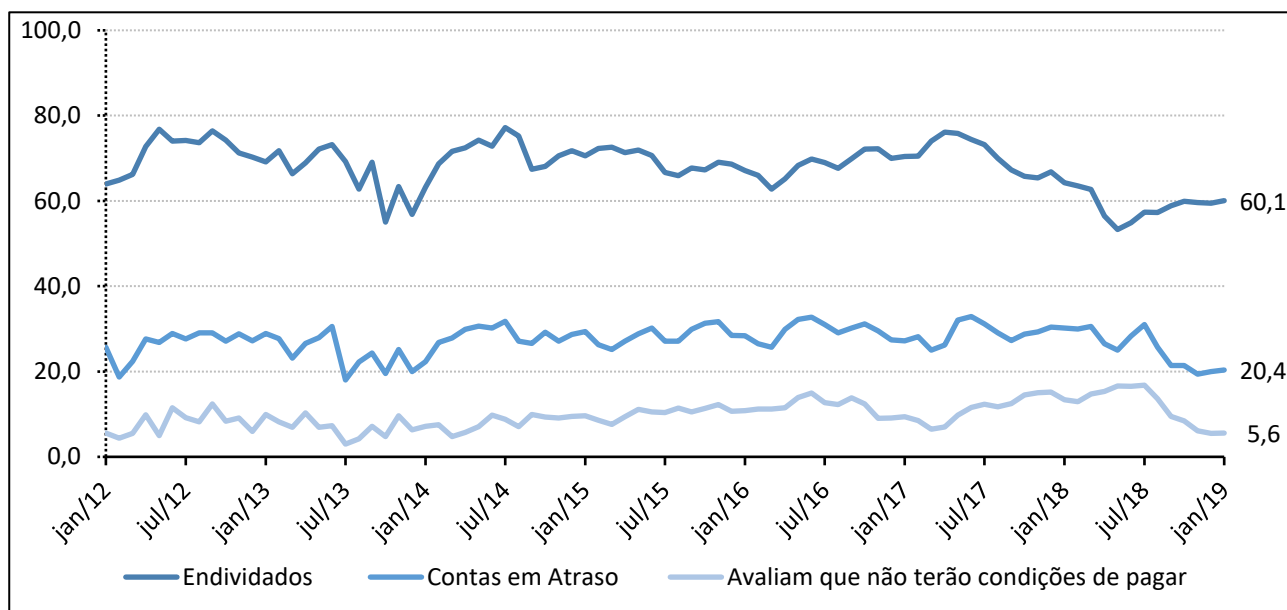
O comércio varejista ampliado maranhense recuou 4,0% em dezembro de 2018 em comparação ao mês imediatamente anterior, atingindo 90,5 pontos de número índice dentro da PMC. Utilizando-se dados da arrecadação estadual disponibilizado pela SEFAZ-MA, observa-se a queda no desempenho do setor *Veículos e motos, partes e peças* desde novembro de 2018 quando recuou 6,69% quando comparado a outubro. Entretanto, os dados da arrecadação estadual indicam que o setor de *Material de Construção* avançou 15,62% na variação mensal em novembro. Devido ao tamanho do setor de *Material de Construção* que representa 8,9% do peso dos resultados no varejo ampliado conforme cálculo da PMC, o seu avanço não cobre as perdas no setor de *Veículos e Motos* que representa 24,2% do peso dentro do varejo ampliado. Em comparativo entre dez/18 e dez/17, houve avanço de 2,6% e com o varejo ampliado fechando o ano de 2018 com avanço de 6,1% sobre o ano de 2017.

Endividamento e Inadimplência em São Luís

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Comércio (PEIC) realizada pela CNC/Fecomércio apontou que 60,1% das famílias da capital maranhense estão com algum tipo de dívida em janeiro de 2019. Em janeiro, houve avanço de 1,1% na variação mensal do endividamento, mostrando uma pequena melhoria no acesso ao crédito com taxas de juros mais convidativas praticadas no varejo. O avanço de 1,9 p.p entre aqueles que estão com contas em atraso, indica aumento do comprometimento da renda familiar das famílias neste primeiro mês de 2019. O nível de endividamento apresentado nesta pesquisa ainda é alto e pode comprometer a capacidade de parcelamento do consumidor em um

primeiro semestre que sazonalmente apresenta despesas com impostos, comprometendo o orçamento familiar durante o início deste ano.

Gráfico 18. Maranhão: Percentual de Famílias Endividadadas, Contas em Atraso e Sem Condições de Pagá-las (em %) de jan/12 a jan/19



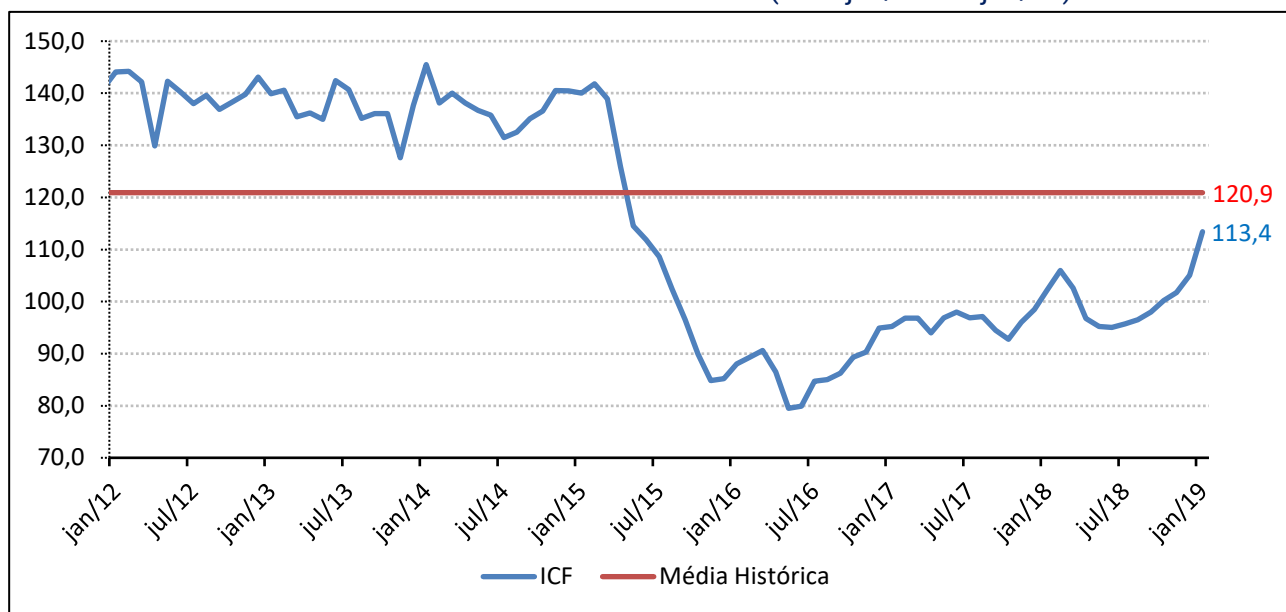
Fonte: PEIC/CNC; Fecomércio MA.

Dentre os tipos de dívidas com maior impacto no orçamento das famílias, as duas maiores são: *Dívidas com cartão de crédito* que representa 77,2%, seguido pelas *Dívidas com carnês* que alcançou 13,4% das dívidas contraídas. O nível de inadimplência futura avaliada por aqueles que não terão condições de pagar suas dívidas subiu 3,2% em sua variação mensal, o que traz cautela ao mercado consumidor que sente estreitamento em sua linha de crédito para consumo na medida em que aumenta a margem de sua renda comprometida com dívidas futuras, sendo que a impossibilidade de pagamento traz a exclusão deste consumidor do sistema financeiro de crédito (Gráfico 18).

Intenção de Consumo das Famílias em São Luís

O ICF que mede o nível de confiança das famílias em São Luís alcançou 113,4 pontos em janeiro, atingindo seu maior nível desde julho de 2015 quando marcou 108,6 pontos. Conforme a pesquisa realizada pela CNC/Fecomércio, o indicador avançou 8,4 p.p. na variação mensal indicando que os consumidores da capital maranhense estão otimistas em relação a sua perspectiva de consumo futura. Tendo em vista a melhora das condições de contrair financiamento para consumo no sistema de crédito, o subcomponente de compras a prazo avançou 7,2% e ultrapassou o grau de satisfação da pesquisa com 100,6 pontos.

Gráfico 19. São Luís. Índice de Pontos ICF e Média Histórica (base jan/12 até jan/19)



Fonte: ICF/CNC; Fecomércio MA.

A melhora do otimismo se dá em face de uma inflação de 3,75% no acumulado do, apresentando para dezembro, o menor patamar desde a implantação do plano real em 1994 e do aumento de contratações formais na economia local. Dentro do ICF, a maior alta mensal foi do subcomponente momento para duráveis que subiu 17,7% em função do impacto positivo de R\$ 3 bilhões do décimo terceiro salário na economia maranhense segundo dados do DIEESE. Para o primeiro bimestre de 2019, projeta-se avanço no volume de vendas em comparação ao mesmo período de 2018 que alcançou 9,32% de alta nas vendas físicas para fevereiro conforme dados da PMC.

3.1.4. Serviços

O volume de serviços em dezembro de 2018 no comparativo com o mês anterior recuou 2,4% com ajuste sazonal conforme aponta a PMS.

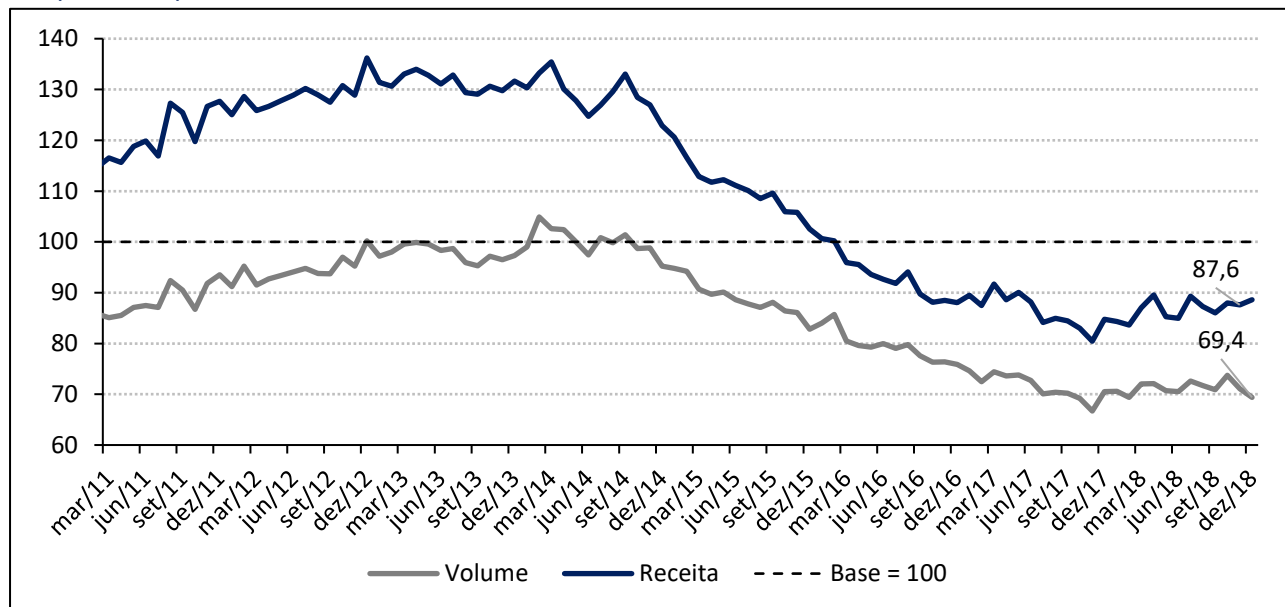
O setor dos Serviços fecha o ano 2018 no Maranhão com recuo de 0,4% em seu volume. No comparativo com o mesmo período do ano anterior, houve redução de 1,8% em seu volume de Serviços. A dificuldade na recuperação do volume de Serviços no Maranhão no acumulado de 2018 se deve principalmente ao fraco desempenho do volume dos *Serviços de Transportes* que havia recuado 5,3% em novembro de 2018, em relação a novembro de 2017, segundo dados de arrecadação da SEFAZ-MA. Este recuo exerce forte pressão sobre o volume de serviços do segmento de *Transportes, serviços auxiliares a transportes e correios* que possui o maior peso dentre as atividades pesquisadas pela PMS.

A fraca demanda por serviços é impeditiva para aceleração da recuperação de seu volume e está ligada a fatores como a persistência da taxa de desocupação em relação ao ano anterior. Os dados do SPC Brasil indicam continuação de alta da inadimplência com avanço mensal de 5% da inadimplência no Maranhão em janeiro de 2019. O elevado endividamento vem comprometendo as despesas inadiáveis como *Água e Luz* que representam 55,39% da inadimplência no Estado, segundo o SPC Brasil, comprometendo o orçamento das famílias e impedindo a expansão do consumo com *Serviços prestados às famílias, comunicação e transportes*.

Analisando a evolução do índice do volume de serviços em 2018, observa-se recuo no volume desde outubro, quando o índice era de 73,7 pontos para 69,4 pontos em dezembro, enquanto a receita real do setor de serviços que era de 87,9 pontos em outubro foi para 87,6 pontos em dezembro, indicando que houve estabilização das receitas reais frente ao recuo do volume de serviços. Isto é explicado pela melhora das receitas operacionais neste período, justificando a inelasticidade da receita frente ao recuo do volume de serviços no Estado. A eficiência operacional no setor de serviços no último trimestre de

2018, advém de o atual ritmo de contratações estar abaixo do nível registrado em anos anteriores à recessão econômica, que se iniciou no final de 2014. Segundo dados do CAGED para o Maranhão, foram gerados, aproximadamente, 8,7 mil empregos formais em 2018, frente aos mais de 10 mil empregos formais em 2013.

Gráfico 20. Maranhão: Índice do Volume de Serviços e Receita Real de Serviços, com Ajuste Sazonal - mar/11 a dez/18 – Base: 2014 = 100



Fonte: PMS/IBGE.

3.1.5. Investimentos

Estado do Maranhão alcança cifra de R\$ 16,22 bilhões em investimentos nas esferas pública e privada, em investimentos em andamento e projetados em 2019.

Conforme a Tabela 11, o Maranhão alcançou a cifra de R\$ 16,22 bilhões em investimentos públicos e privados. Os investimentos públicos em andamento correspondem a R\$ 3,66 bilhões e a iniciar R\$ 1,7 bilhão, por meio de recursos estaduais (R\$ 4,27 bilhões) e federais (R\$ 1,10 bilhão), totalizando R\$ 5,38 bilhões. Os privados somam R\$ 10,89 bilhões representando 66,93% do montante de investimentos do Estado.

Tabela 11. Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2019 a 2022¹¹

Investimento Estimado	Fase		Total	Investimento Estimado	Total
	Em andamento	A iniciar			
Público	3.667,00	1.716,22	5.383,22	Privados	10.841,12
Assistência Social	106,65	13,57	120,22	Atividades Imobiliárias	20,70
Bens de capital	2,04	0,21	2,25	Bebidas e Alimentos	2.558,90
Cadeias produtivas	11,01	0,30	11,31	Combustíveis	204,00
Educação	283,86	13,16	297,01	Comércio	325,98
Habitação	732,69	-	732,69	Construção Civil	164,46
Infraestrutura Turística	43,19	-	43,19	Energia	2.020,00
Outras obras de infraestrutura	357,85	7,27	365,11	Fertilizantes	15,00
Portos	37,21	170,64	207,85	Máquinas e Equipamentos	588,79
Rodovias	1010,18	1315,46	2325,63	Mineração e Metalurgia	1.934,60
Saneamento Básico	795,33	45,62	840,96	Movimentação Portuária	2.830,06
Saúde	275,88	150,00	425,88	Produtos Químicos	3,50
Segurança	0,37	-	0,37	Transporte/Logística	202,92
Telecomunicações	10,74	-	10,74	Outros	27,52
Total Público e Privado					16.224,34

Fonte: Secap; SEINC; EMAP; IMESC.

Nota: A categoria "Outros" engloba Serviços Gráficos de Publicidade; Indústria de materiais como Couro e Plástico e Vestuário.

Dos investimentos privados, o setor de Movimentação Portuária detém participação de 25,97% e tem como destaque a construção do Porto São Luís (R\$ 1,7 bilhão), além de investimentos no Tegram (Terminal de Grãos do Maranhão), com R\$ 267 milhões para a instalação de nova esteira e *shiploader*. No setor de Energia, (18,54%) ressaltam-se os investimentos em energia térmica no município de Santo Antônio dos Lopes, através da empresa Eneva com R\$ 1,3 bilhão. Na Mineração e Metalurgia (17,75%), o Consórcio Alumar anunciou investimentos em R\$ 1,7 bilhão para a expansão da planta atual e produção de bauxita, com previsão de 1.500 novos empregos no Estado do Maranhão.

No ramo de Bebidas e Alimentos, destaca-se a expansão dos investimentos da Ambev em R\$ 12 milhões com a nova feclaria, em Balsas, a partir do insumo da mandioca que também é matéria-prima da cerveja produzida pela empresa. A mandioca, extraída do Tabuleiro de São Bernardo na Região do Baixo Parnaíba, incentiva a agricultura familiar e fomenta a economia local.

Setores de Infraestrutura e Serviços Sociais concentram a maior parte dos investimentos públicos, a partir de recursos estaduais do Maranhão, totalizando R\$ 2,55 bilhões em andamento e R\$ 1,71 bilhão a iniciar

Os investimentos públicos em andamento no Maranhão totalizam R\$ 2,55 bilhões. Desse montante, 99,49% se refere aos investimentos em Infraestrutura (51,81%) e Serviços Sociais (47,68%), como Saneamento Básico, Saúde, Educação e outros. Os recursos são provenientes do Governo do Estado, Caixa Econômica Federal e BNDES. O setor rodoviário concentra R\$ 948,30 milhões em projetos em andamento, seguido por Saneamento Básico com R\$ 614,08 milhões, Saúde (R\$ 256,57 milhões) e Educação (R\$ 241,93 milhões), conforme Tabela 12.

¹¹ Os investimentos públicos em andamento e planejados tem previsão de conclusão até 2020 enquanto os investimentos privados têm previsão de conclusão em 2022.

Tabela 12. Maranhão: Investimento Públicos Estaduais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) – 2018 a 2019

Investimentos Públicos	Fase		Total Geral
	Em andamento	A iniciar	
Agropecuária	13,05	0,51	13,56
Bens de capital	2,04	0,21	2,25
Cadeias produtivas	11,01	0,30	11,31
Infraestrutura	1.325,28	1.493,36	2.818,64
Outras obras de infraestrutura	339,77	7,27	347,04
Portos	37,21	170,64	207,85
Rodovias	948,30	1.315,46	2.263,76
Serviços Sociais	1.219,60	222,35	1.441,95
Assistência Social	91,97	-	91,97
Educação	241,93	13,16	255,09
Saneamento Básico	614,08	45,62	659,71
Saúde	256,57	150,00	406,57
Segurança	0,37	-	0,37
Trabalho	14,68	13,57	28,25
Total Geral	2.557,94	1.716,22	4.274,15

Fonte: Secap; IMESC.

Os investimentos estaduais em Infraestrutura Rodoviária correspondem a 111 projetos, que totalizam R\$ 2,26 bilhões. Desse total, há 73 projetos em andamento, que somam R\$ 948,3 milhões. Destacam-se a MA-318, que liga os municípios de Bom Jardim a São João do Caru e o prolongamento da Av. Litorânea, entre os municípios de São Luís e São José de Ribamar. Além disso, existe a previsão de 37 projetos a iniciar, que totalizam R\$ 1,31 bilhão, como as obras da MA-006, MA-138 que liga Estreito a São Pedro dos Crentes e a MA-020, conhecida como “Estrada dos Presidentes”, conectando Presidente Vargas à Presidente Juscelino.

No setor de Saneamento Básico, que possui a maior expressão na categoria Serviços Sociais, destaca-se os programas em andamento o “Mais Saneamento”, com R\$ 361,44 milhões, o “Água para Todos” com R\$ 226,02 milhões, SSAA (Sistema Simplificado de Abastecimento de Água) com R\$ 17,79 milhões e o “Segunda Água” com a contribuição de R\$ 8,83 milhões. O montante de investimentos a iniciar soma-se em R\$ 45,62 milhões.

Na Educação, os Institutos de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), movimentam cerca de R\$ 126,55 milhões para a construção de novos polos no interior do Estado. As demais obras para melhoria da rede física geral do Estado somam R\$ 47,15 milhões em investimento. Já a UEMA e UEMASUL possuem montante de R\$ 50,14 milhões para a melhoria e expansão da estrutura, com previsão de R\$ 11,8 milhões a iniciar. O programa “Escola Digna” apresenta R\$ 18,09 milhões, com previsão de R\$ 1,36 milhão nos projetos a serem iniciados.

Na Saúde, os destaques vão para os novos hospitais regionais, com as obras em andamento do “Socorrão da Ilha”, que pretende atender os municípios da Ilha do Maranhão com projeto para 392 leitos e previsão de R\$ 132 milhões investidos. Outro empreendimento que será iniciado é o Novo Socorrão em Imperatriz, que tem previsão de R\$ 150 milhões de investimento, com 100 leitos de UTI e 300 enfermarias, além da expectativa de 1.000 empregos diretos a serem gerados.

3.1.6. Produto Interno Bruto

IMESC reavalia desempenho do PIB maranhense e estima crescimento de 3,7% em 2019

Com informações referentes ao primeiro bimestre de 2019, o IMESC reavaliou as projeções do PIB maranhense para os anos de 2018 (de +2,7% para +2,9%) e de 2019 (4,3% para 3,7%). A estimativa para o ano de 2019 permanece maior que a para os anos de 2018 (+2,9%) e 2017 (+2,4%), mantendo uma série de três anos consecutivos de crescimento. Para os anos de 2020 e 2022, as estimativas também são de crescimento maior que os anos anteriores, como pode ser visto no [Gráfico 21](#).

Gráfico 21. Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB de 2010 a 2016 e estimativa para os anos de 2017 a 2022



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria

A reavaliação do desempenho de 2019 é explicada observando a parcela de contribuição de cada setor no total de economia maranhense associado aos fatores utilizados para a predição das atividades econômicas.

Agropecuária: O setor agrícola deverá apresentar crescimento de 0,4% em 2019

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) é a principal informação para avaliação do desempenho econômico do setor agropecuário. Considerando o prognóstico realizado no mês de fevereiro de 2019, assim como a estrutura de pesos referente ao resultado de Contas Regionais, o resultado estimado caiu de 1,0% (divulgado no terceiro trimestre de 2018) para 0,4%. Apesar do volume da produção de grãos manter-se maior em 9,3% em 2019, quando comparado ao ano anterior, existem cultivos agrícolas que estão sendo reavaliados para baixo em decorrência de superestimação em períodos anteriores, a exemplo da mandioca e do arroz, fator que impacta negativamente no resultado da atividade.

Indústria: Projeta-se crescimento 5,0% em 2019, tendo como vetores principais a indústria de transformação e de construção

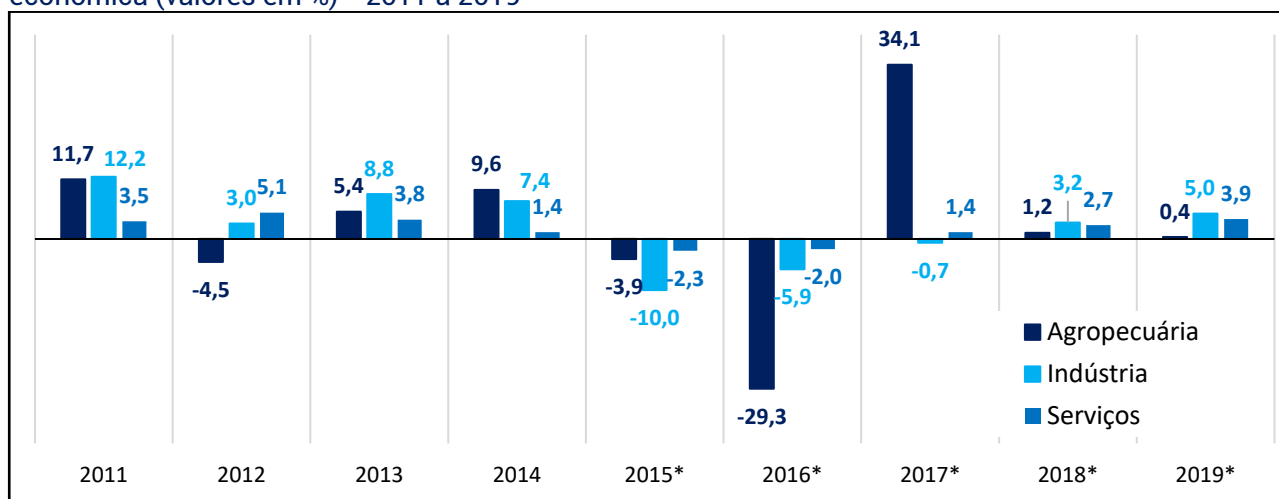
Destaca-se que o subsetor da Construção Civil perdeu participação no primeiro trimestre de 2019 em virtude, principalmente, dos fatores sazonais, como o período de chuvas, que reduziram o ritmo das construções. Contudo, cabe destacar que, nos próximos meses, esta atividade deverá apresentar recuperação, levando em consideração tanto a redução da pluviosidade, mas sobretudo a retomada do crédito para a construção. No mês de abril de 2019, a Caixa Econômica Federal anunciou que dobrará o volume de crédito imobiliário por meio de securitização, em R\$ 100 bilhões.

Vale mencionar que mesmo com a revisão para baixo, devido ao fraco desempenho no subsetor da Construção Civil, a Indústria de Transformação foi na contramão e conseguiu segurar o crescimento no setor em 5%, principalmente por conta da retomada das usinas de Pelotização, que é uma atividade muito expressiva nesse subsetor.

Serviços: Projeta-se resultado de 3,9% em 2019, por conta da diminuição na massa de rendimentos reais

No setor Terciário, o percentual de crescimento de 4,2% do trimestre anterior foi revisado para 3,9%. Essa revisão reflete ainda um período de recuperação lenta e gradual, pois mesmo que as condições de crédito tenham melhorado, com a taxa básica de juros mantendo-se em 6,5% a.a. pelo 8^a mês consecutivo, os agentes econômicos ainda não responderam de forma a gerar um impacto positivo no setor de Serviços, principalmente no Comércio. Some-se a isso os dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) que mostraram um recuo de 0,8% na massa de rendimentos reais, decorrente da redução do número de pessoas ocupadas¹².

Gráfico 22. Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2019



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria.

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, tendo em vista o surgimento de informações mais recentes e que por sua vez permitem maior clareza sobre o cenário econômico estadual.

3.2. Comércio Exterior

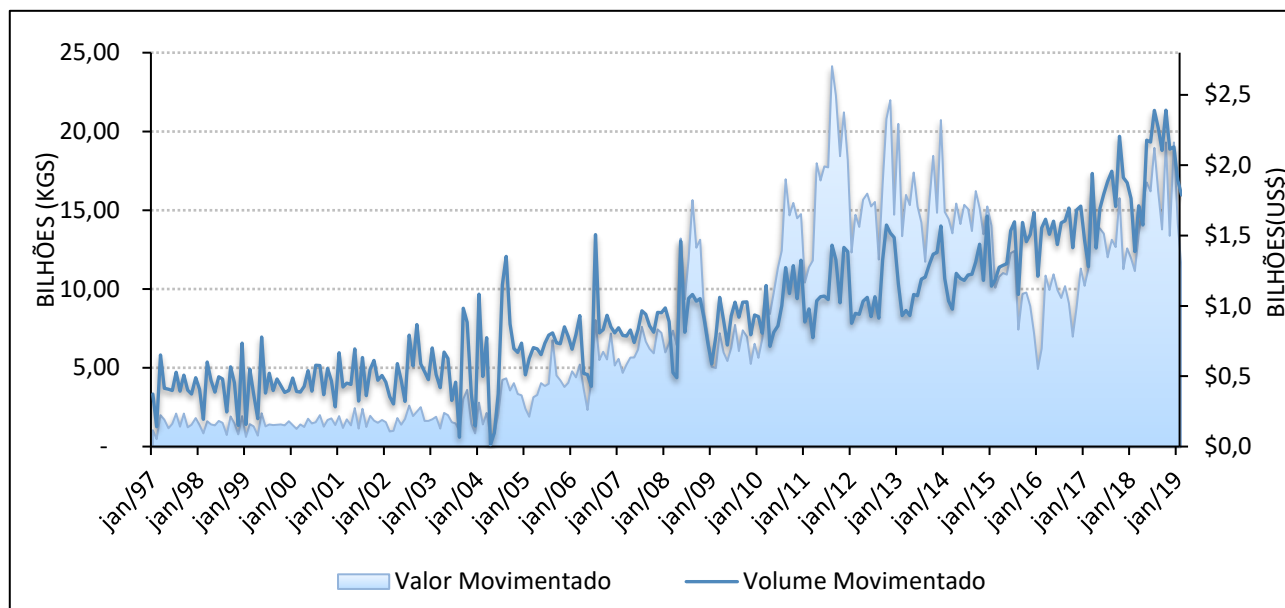
3.2.1. Movimentação Portuária

Complexo portuário de São Luís continua em ascensão com aumento das quantidades exportadas de minérios paraenses, maior corrente comercial maranhense, aumento da expectativa para safra e expansão na produção da Vale que deverão proporcionar manutenção do crescimento dos fluxos no complexo em 2019.

No complexo portuário de São Luís, em 2018, movimentou-se 215,8 milhões de toneladas, equivalente a US\$ 20,8 bilhões, crescimento de 14,4% em termos de volume de carga e de 18,9% em valor movimentado. Por sua vez, no ano corrente, mantém-se a tendência para o mês de janeiro, que registrou US\$ 1,6 bilhões na soma dos valores exportados com os importados pelo complexo portuário, representando movimentação total de cargas equivalente a 16,9 milhões de toneladas, crescimento de 23,1% e 7,6%, respectivamente, no comparativo com o mesmo período de 2018.

¹² Ver Seção 3.3 – Mercado de Trabalho.

Gráfico 23. Maranhão: Movimentação Portuária de jan/97 até jan/19. Valores em US\$ bilhões e Volume de Carga em 1000/toneladas



Fonte: MDIC.

No complexo Portuário de São Luís, das 17 Unidades da Federação que participaram da composição do fluxo de mercadorias em 2018, o grande *player* continuou sendo o Estado do Pará, com US\$ 11,5 bilhões (55,3% do valor total) e 192,8 milhões de toneladas movimentadas (89% do total de cargas), seguido do Maranhão com US\$ 6,5 bilhões (31,7% do total) e 15,8 milhões de toneladas (7,3% do total); no Tocantins, 4,8% e 1,2% e no Mato Grosso, 3% e 0,9%, respectivamente. Os demais Estados possuem pouca representatividade, e juntos somam 4,9% do valor total e 1,2% da quantidade.

- O Pará (+15% em valor e +15,7% em volume) e o Maranhão¹³ (+22,6% em valor e +3,9% em volume) foram os principais responsáveis pelo crescimento da movimentação portuária de 2018 em relação com 2017, no qual o Pará foi mais significativo nas exportações e o Maranhão nas importações. No Pará, as principais mercadorias foram das exportações de minérios advindas da mina de Carajás, extraídos pela Vale S/A, no qual destaca-se o Ferro e Seus Concentrados que somou US\$ 9,2 bilhões (+17,9%) e 190,4 milhões de toneladas (+16,2%) e os Minérios de Cobre com a cifra de US\$ 2 bilhões (+6,1%);
- Tratando-se, exclusivamente, dos produtos movimentados, depois dos *Minérios em geral* que somando todas as Unidades da Federação (destacando-se Maranhão e Pará) e categorias (tipos de minério e nível de processamento) registram US\$ 11,5 bilhões em valor movimentado, a segunda mercadoria com maior peso em 2018 foi a *Soja, mesmo triturada para semeadura* que registrou cifra de US\$ 3,2 milhões, no qual destacam-se dentre os 10 Estados exportadores destacam-se, em ordem de peso: Maranhão, Tocantins, Piauí e Mato Grosso;
- Espera-se que, em 2019, continue a tendência de aumento dos fluxos movimentados pelo Complexo Portuário, destacando que a Vale deverá aumentar sua velocidade de exploração na Mina de Carajás, tendo em vista o fechamento de outros complexos após o desastre com o rompimento da Barragem em Brumadinho. No curto prazo, isso irá gerar pressões nos preços mundiais da *commodity* valorizando o minério de ferro;
- As expectativas de grandes safras de Soja deverão impactar negativamente no valor movimentado, mas, dado maior peso dos minérios no Complexo Portuário e crescimento da sua participação no escoamento da produção do MATOPIBA, acredita-se que os efeitos negativos sejam minimizados pelos ganhos de escala. Grandes expectativas para as safras no mundo e

¹³ Ver corrente de comércio e produtos exportados na seção Balança Comercial Maranhense.

no Maranhão irão aumentar os valores e as quantidades importadas de insumos fertilizantes, gerando maiores e mais caros fluxos de mercadorias;

- Os impactos da produção agrícola com maior participação do MATOPIBA e os ganhos de produção e preço do minério causarão retornos substanciais para o complexo, elevando sua capacidade de investir em infraestrutura portuária para que empresas maranhenses e da região ampliem o uso ou venham a utilizar do sistema logístico do Estado, fenômeno observado desde 2017.¹⁴

Deve-se destacar que o Porto do Itaqui, que integra o complexo portuário de São Luís, cresceu em ritmo acelerado durante os últimos quatro anos, realizando investimentos colossais ampliando sua capacidade de transporte ao ponto de tornar-se o terceiro maior porto em movimentação de grãos do país, do qual 9 unidades da federação participam como exportadores. Segundo o Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária, Ted Lago, a previsão é que em 2019 se invista mais R\$ 1 bilhão e esse capital será usado, sobretudo, na expansão de estruturas que ampliam a capacidade de movimentação, tais como terminar a construção da segunda etapa do TEGRAM e um novo terminal de fertilizantes, apresentado como o mais moderno da América Latina.

- Esse cenário traz duplo otimismo para a conjuntura maranhense. No viés das exportações, amplia-se a capacidade do Maranhão em atrair empresas para produzirem no Estado, pois se reduz os custos logísticos. E pelo lado das importações, traduz-se em maior arrecadação tributária para o Governo estadual, que poderá utilizar os recursos em políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento econômico.

3.2.2. Balança Comercial

Exportações crescentes possibilitam *superávit* recorde na Balança Comercial maranhense, maior produção de Alumina Calcinada, Complexo Celulose e Complexo Ferro desenharam otimismo que é contra-atacado por maiores preços das mercadorias das importações.

Comparando-se o fechamento anual de 2018 com 2017, as exportações maranhenses registraram o recorde de toda a série iniciada 1997, somando US\$ 3,8 bilhões. Esse resultado, apesar de crescimento expressivo das importações (+20,9%), possibilitou igual recorde para o saldo da Balança Comercial, que registrou *superávit* de US\$ 694,4 milhões.

- No comparativo de jan/19 com jan/18, as exportações aumentaram 43,1% e as importações caíram 24,1%, de modo que o resultado da Balança Comercial para o mês foi *superávit* de US\$ 156,1 milhões, crescimento de US\$ 142,3 milhões frente ao *déficit* de US\$ 13,8 milhões registrado anteriormente.

Tabela 13. Maranhão: Balança Comercial e Corrente Comercial de 2010 até 2019*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial	A-B (Var %)
2010	2.920,3	-	-3.817,1	-	-896,8	6.737,4	-
2011	3.047,1	4,3	-6.281,4	64,6	-3.234,3	9.328,5	38,5
2012	3.024,7	-0,7	-7.060,4	12,4	-4.035,7	10.085,1	8,1
2013	2.341,9	-22,6	-6.832,9	-3,2	-4.491,0	9.174,8	-9,0
2014	2.795,5	19,4	-7.068,2	3,4	-4.272,7	9.863,7	7,5
2015	3.050,2	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,5	6.670,9	-32,4
2016	2.209,8	-27,6	-2.101,6	-42,0	108,2	4.311,4	-35,4
2017	3.032,3	37,2	-2.559,4	21,8	472,9	5.591,7	29,7
2018	3.788,5	24,9	-3.094,1	20,9	694,4	6.882,6	23,1
2018*	248,0	-	-261,8	-	-13,8	509,8	-
2019*	354,8	43,1	-198,7	-24,1	156,1	553,5	8,6

¹⁴ Ver Boletins de Conjuntura do IMESC dos respectivos períodos. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/porta/Post/show/boletim-conjuntura>.

Em 2018, o crescimento das exportações, em relação a 2017, derivou de vários produtos exportados, sobretudo, daqueles com maior peso na pauta que ganharam ainda mais valor. O produto com maior valor em vendas ao exterior, Alumina Calcinada, somou US\$ 1,6 bilhões (+33,3%); o Complexo Soja, que possui o segundo maior peso, registrou US\$ 988,4 milhões (+37,4%); no Complexo Celulose, terceiro colocado, vendeu-se US\$ 826,1 milhões (+17,8%); e por fim, o Complexo Ferro também teve alta exportou US\$ 223,7 milhões (+5,8%) ([Tabela 14](#)).

- Por sua vez, dentre as mercadorias com menor peso, deve-se destacar os ganhos no Complexo de Proteína Animal originários de incentivos do Governo estadual para o setor e que desde o final de 2016, quando se exportou *Gado em Pé* pela primeira vez, vem crescendo no segmento de *Peças congeladas de carne bovina* e registrou US\$ 23,2 milhões em 2018 (+4,9%);
- O aumento da Alumina Calcinada em 2018, decorreu da elevação dos preços internacionais do alumínio Impulsionados pelo crescente custo com energia elétrica e manutenção da demanda chinesa, além de dificuldades na produção interna dos chineses devido a adaptações nas fábricas às exigências ambientais;
- No complexo Soja, o crescimento do valor derivou tanto do aumento quantitativo como do maior valor da *commodity*. A valorização deu-se devido à problemas climáticos em outras regiões do mundo, que reduziram a oferta mundial. Por sua vez, o aumento quantitativo veio não só da ampliação da área de produção, como de produtividade, sobretudo, devido ao clima apropriado para o cultivo da oleaginosa;
- No que tange ao Complexo Ferro, o crescimento no valor das exportações adveio da maior quantidade exportada (+51,8%), sobretudo, a partir de meados de setembro quando se registrou as vendas da retomada da pelotização pela Vale S/A, que em 2018 somaram US\$ 68,1 milhões e 546,1 milhões de toneladas.

Tabela 14. Maranhão: Principais Complexos e Produtos exportados de 2017 até 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e Crescimento (%)

Produtos	2017		2018		2018*		2019*		Cresc (%) 2019*/2018*	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	3.032,1	8.124,0	3.788,5	8.350,1	248,0	527,1	354,8	1.299,3	43,1	146,5
Alumina Calcinada	1.253,5	3.734,3	1.630,2	3.459,3	145,9	339,7	179,0	431,7	22,7	27,1
Complexo Soja	719,4	1.915,6	988,4	2.505,9	0,0	0,0	21,8	56,2	0,0	0,0
Soja, mesmo triturada ext/semead.	709,9	1.887,8	987,3	2.505,1	0,0	0,0	21,8	56,2	0,0	0,0
Resíduos e "pellets" de soja	9,0	27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Soja, mesmo triturada p/ semead.	0,4	0,3	1,1	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complexo Celulose	700,3	1.453,2	826,1	1.265,3	76,4	125,0	51,5	74,8	-32,6	-40,2
Pasta de Celulose	698,4	1.448,2	822,4	1.256,8	76,0	124,2	51,5	74,8	-32,3	-39,8
Outros	1,9	5,0	3,7	8,5	0,3	0,8	0,0	0,0	-99,9	-100,0
Complexo Ferro	211,4	620,5	223,7	941,7	12,9	25,3	93,3	730,2	624,2	2.790,5
Ferro Gusa	183,4	553,0	142,6	370,0	0,0	0,0	28,2	76,2	0,0	0,0
Semimanufaturados de Ferro/Aço	14,8	36,6	11,7	23,0	11,7	23,0	0,00	0,00	-100,0	-100,0
Billets de ferro ou aço não ligado	13,1	29,8	1,2	2,3	1,2	2,3	0,00	0,00	-100,0	-100,0
Pelotas de Ferro	0,0	0,0	68,1	546,1	0,0	0,0	65,1	654,0	0,0	0,0
Milho	54,2	357,4	21,6	128,2	5,5	33,8	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Milho em grãos ext/semead.	54,2	357,4	21,6	128,2	5,5	33,8	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Complexo Têxtil	51,5	30,9	55,4	31,7	4,5	2,6	6,2	3,5	37,3	33,3
Algodão Debulhado	51,5	30,9	55,4	31,7	4,5	2,6	6,2	3,5	37,3	33,3
Complexo Proteína Animal	22,7	5,4	23,9	6,3	1,5	0,3	1,0	0,3	-30,8	-14,9
Carnes Bovinas	22,1	5,3	23,2	6,1	1,5	0,3	0,9	0,3	-36,5	-21,5
Outros bovinos vivos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,0	0,0
Peças de Carnes Congeladas	22,1	5,3	23,2	6,1	1,5	0,3	0,9	0,3	-36,5	-21,5
Complexo Couro	5,4	1,6	4,4	1,9	0,2	0,1	0,3	0,2	32,9	260,1
Outros Complexos	13,7	5,1	14,4	9,5	1,1	0,3	1,8	2,3	59,2	609,8
Complexo Mel	5,3	1,2	1,4	0,4	0,3	0,1	0,1	0,0	-79,6	-72,1
Consumo de Bordo	4,9	2,7	4,0	3,3	0,5	0,2	0,0	0,0	-100	-100
Hortifrúti e Cereais	0,1	0,4	0,4	1,0	0,0	0,0	0,1	0,1	1.215,6	138,8
Produtos não classificados	2,1	0,6	5,8	0,6	0,2	0,0	0,7	0,1	216,6	1.447,2
Demais Produtos	1,5	0,6	3,2	5,2	0,1	0,1	1,0	2,1	832,0	3.338,4

Fonte: MDIC. *janeiro.

- Já em termos de perdas, as principais reduções em 2018 em relação à 2017 foram nas vendas de Milho (-60,2%) e no Complexo Couro (-18,5%). No caso do Milho, a redução deu-se tanto por desestímulo à produção, dado larga oferta nos Estados Unidos, que derrubou os preços, como na substituição da área plantada por Soja. Já o Complexo de Couro, a redução no valor exportado derivou de menores preços internacionais dado o maior nível de produção global.

Ainda na abertura das exportações, mas considerando os resultados mensais de janeiro de 2019 contra o mesmo mês de 2018, destacam-se o aumento exportado de Alumina Calcinada (+27,1%), do Complexo Ferro¹⁵ e do Complexo Têxtil (+33,3%).

- No que se refere a Alumina Calcinada, a Alumar anunciou que haverá expansões na produção maranhense, portanto espera-se continuidade no crescimento das vendas, sobretudo, dado manutenção das cotações internacionais do Alumínio em patamares elevados;
- No Complexo Ferro a valorização em 2019, deu-se a presença das *Pelotas de Ferro*, que somaram US\$ 65 milhões no primeiro mês do ano e não estavam presentes na pauta maranhense até o segundo semestre de 2018, portanto, para o complexo espera-se crescimento em 2019;
- No Complexo Têxtil, devido ao *Algodão*, assim como a maioria das *commodities* agrícolas, tais como *Soja* e *Milho*, estão sujeitas à períodos de exportação oscilantes, devido às safras e

¹⁵ Como não havia exportações de pelotas no primeiro semestre de 2018 o percentual de crescimento ficou distorcido e demasiadamente elevado.

entressafras, por isso os valores registrados em apenas um mês não permitem que enxerguemos os resultados iniciais.

Nas importações, na abertura por Grandes Categorias Econômicas (CGE) (Tabela 15) de 2018 a rubrica de maior crescimento em relação com 2017 foi a de *Combustíveis e Lubrificantes* (+52,1%), alta que derivou de maior aquisição de *Diesel* (Tabela 16) registrando na pauta US\$ 1,8 bilhões. Ainda no comparativo entre anos fechados, destaca-se a redução em Bens de Capital para US\$ 64,9 milhões (-30,7%), essa deterioração, adveio da redução dos investimentos de grandes empresas privadas, em decorrência da conclusão de suas obras, tais como a expansão da produção de Celulose e das linhas de produção para Papel Tissue, por parte da Suzano Papel e Celulose S/A; e das obras na ferrovia, executadas pela Vale S/A.(Tabela 15)

Tabela 15. Maranhão: Importações Por Grandes Categorias Econômicas (CGE) de 2018 até 2019*. Valores em US\$ milhões, Participação em (% do total) e Variação em (%)

CATEGORIA	2017		2018		2018*		2019*		Var % 18/17
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	
Total	2.559,3	100,0	3.094,1	100,0	261,8	100,0	198,7	100,0	-24,1
Bens de Capital	93,7	3,7	64,9	2,1	24,2	9,3	1,0	0,5	-95,7
Bens de Capital	69,6	2,7	39,2	1,3	1,1	0,4	1,0	0,5	-5,4
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	24,1	0,9	25,7	0,8	23,1	8,8	0,0	0,0	-100,0
Bens Intermediários	1.264,6	49,4	1.215,8	39,3	97,7	37,3	90,3	45,4	-7,6
Insumos Industriais	1.232,4	48,2	1.167,2	37,7	91,3	34,9	86,1	43,3	-5,7
Alimentos e Beb. dest. à Ind.	10,7	0,4	10,7	0,3	10,7	4,1	10,7	5,4	0,0
Peças e Acess. Equip. de Transp.	13,9	0,5	26,1	0,8	5,9	2,3	1,7	0,8	-71,6
Bens Diversos	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
Bens de Consumo	30,9	1,2	33,8	1,1	7,0	2,7	4,6	2,3	-33,3
Bens de Consumo Duráveis	1,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	**
Bens de Consumo Não Duráveis	29,9	1,2	33,3	1,1	7,0	2,7	4,6	2,3	-34,1
Combustíveis e Lubrificantes	1.170,1	45,7	1.779,5	57,5	132,9	50,8	102,7	51,7	-22,7

Fonte: MDIC. *janeiro.

Na categoria dos Bens Intermediários, a pequena redução de 3,8% no comparativo entre os anos fechados deriva da compensação entre a redução nas aquisições de *Álcool/Etanol* (-22,5% na quantidade adquirida) e maiores compras em Fertilizantes (+25,7%) (Tabela 16). No caso da primeira mercadoria, a mudança adveio de variações nos preços do etanol de milho dos Estados Unidos que haviam viabilizado maior aquisição da mercadoria no Brasil; já na pauta de Fertilizantes, a melhora das safras, somada à condições climáticas, ganhos do ano anterior e expectativas positivas, trouxeram otimismo aos agricultores que adquiriram mais insumos para expandir a produção, sobretudo de soja, que bateu recorde em 2018.

Tabela 16. Maranhão: Principais Produtos das Importações de 2016 a 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Variação (%)

Produtos	2017		2018		2018*		2019*		Var. 2019*/2018*	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor(%)	Qtd (%)
Combustíveis e Lubrificantes	1.170,0	3.411,9	1.779,1	3.638,2	132,9	356,2	102,7	239,4	-22,7	-32,8
Diesel	685,0	1.427,3	1.473,9	2.252,4	103,7	183,9	68,7	99,3	-33,8	-46,0
Outras Gasolinas ¹	390,2	775,0	215,0	340,9	17,2	31,9	24,4	35,8	42,4	12,1
Hulha betuminosa	94,9	1.209,6	90,2	1.044,9	12,0	140,4	9,5	104,3	-20,4	-25,7
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Álcool/Etanol	719,4	1.153,1	463,7	893,5	42,0	78,0	23,8	45,6	-43,4	-41,5
Fertilizantes	261,5	1.027,7	386,7	1.291,5	29,5	111,7	65,2	217,5	121,1	94,8
ADP ²	115,5	359,4	134,7	340,7	5,9	16,5	3,3	10,4	-44,3	-36,7
Cloretos de Potássio	95,3	406,3	146,6	505,9	9,8	36,8	31,0	93,9	217,7	155,1
Superfosfatos	33,8	183,0	64,3	288,9	7,3	31,7	16,7	65,1	129,8	105,6
Ureia	16,9	79,0	41,1	156,1	6,6	26,7	14,2	48,1	115,9	80,1
Outros Produtos	408,5	1.778,5	464,7	1.892,1	57,5	126,3	7,0	57,4	-87,8	-54,5
Total Importado	2.559,4	7.371,2	3.094,1	7.715,3	261,8	672,2	198,7	560,0	-24,1	-16,7

Fonte: MDIC. *janeiro. ¹Gasolinas para abastecimento de postos e Pastas Térmicas; exceto para aviação. ²Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

Tratando-se de 2019, em janeiro contra o mesmo período do ano passado, continua caindo o valor das aquisições de Bens Intermediários (-7,6%), principalmente devido à redução de compras de Álcool/Etanol (-41,5%) não obstante maiores aquisições de Fertilizantes (+94,8%). Outro impactante de destaque na redução das importações deriva de menores compras de Combustíveis e Lubrificantes (-32,8%), sobretudo nos produtos: Diesel (-46%) e Hulhas Betuminosas (-25,7%). A redução advém de um suprimento grande de combustíveis nacionais, dado a mudança política na Petrobras, e dos preços do Petróleo estarem mais elevados, desestimulando as importações no curto prazo.

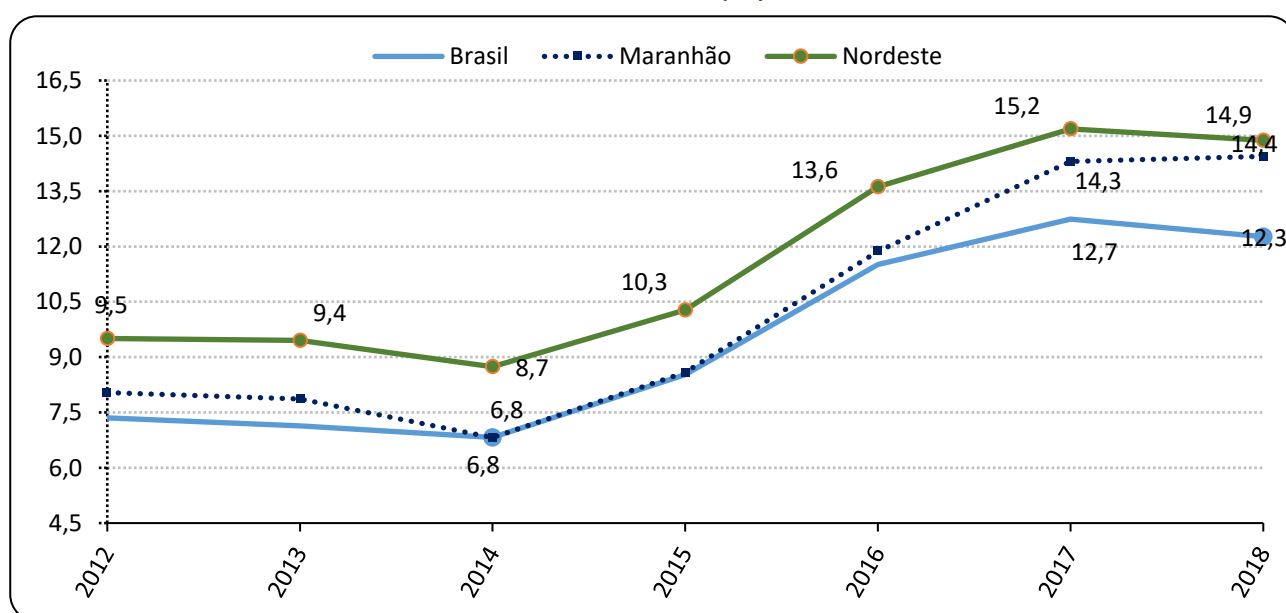
- Apesar de poucos dados em 2019, as expectativas iniciais para o ano são de aumento das importações, embora há taxas menores que em 2018. Essa estimativa, deriva de que os estoques internos de combustíveis deverão acabar com o petróleo internacional ainda alto. Soma-se a isso que a pelletização da Vale, já em funcionamento, irá demandar combustíveis para a produção; outro fator crucial é a elevação dos preços dos fertilizantes e gradativa recuperação da demanda nacional que permitirá a aquisição de mais produtos para consumo. Ressalta-se que crescimentos na importação se traduzem em ganhos fiscais para o Estado, possibilitando melhora nos outros setores da economia e continuidade de políticas públicas.
- Na exportação, a estimativa para 2019 gira em torno de aumento da produção de Alumina Calcinada e do Complexo Celulose, da inserção da pelletização no Complexo Ferro e da ascensão de mercadorias com incentivos governamentais, como o Complexo Bovino e Couro. A preocupação, deriva da grande probabilidade dos preços caírem, em função da guerra comercial entre EUA e China e consequente realocação dos mercados globais. Por isso, estima-se que as exportações deverão crescer também às taxas menores em 2019. O resultado da Balança Comercial Maranhense, deverá ser um *superávit* menor que o recorde de 2018.

3.3. Mercado de Trabalho

Em 2018, o número de pessoas ocupadas no Estado segue em contração, principalmente na agropecuária. Em termos de rendimentos médio, houve crescimento em relação a 2017 ao passo que a massa salarial apresentou recuo em virtude da deterioração na ocupação. Neste cenário, em que a taxa de desocupação permaneceu constante, o emprego formal apresentou o melhor comportamento desde 2013. No entanto, o primeiro bimestre de 2019 registrou 2,3 mil demissões líquidas, devido à concentração de demissões na Construção Civil e no Comércio

De acordo com os dados da PNAD Contínua Trimestral, divulgada dia 27 de fevereiro deste ano, o Maranhão registrou 14,4% na taxa anual de desocupação em 2018, apresentando estabilidade na comparação interanual, enquanto que no Brasil (12,3%) houve diminuição de 0,9 p.p. e no Nordeste (14,9%), de 0,3 p.p.

Gráfico 24. Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação anual*, de 2012 a 2018



Fonte: PNADc Trimestral/IBGE. * Considera a média dos quatro trimestres de cada ano

O Estado do Maranhão registrou queda de 3,6% no número de ocupados em 2018, em relação ao mesmo período de 2017, com predominância no grupamento Agropecuária

Considerando a média dos trimestres em 2018, no Maranhão foram registrados cerca de 2,255 milhões de ocupados em 2018, apontando uma diminuição de 85 mil ocupados em relação ao ano anterior, o equivalente a uma queda de 3,6%. Tal comportamento foi contrário ao registrado no plano nacional que registrou crescimento de 1,3% no mesmo período.

Dentre os grupamentos de atividades (Tabela 17), nota-se que o setor agropecuário ainda responde pela maior desmobilização de mão de obra no Estado, registrando uma perda de 66 mil ocupações entre 2018 e 2017. Vale ressaltar que o setor concentra cerca de 16,7% das ocupações maranhenses – o terceiro maior dentre os demais grupamentos de atividade - localizadas majoritariamente em zona rural (69,5%). As atividades econômicas que mais apresentaram diminuição do número de ocupados neste setor foram *Lavoura não especificada* (-15,7 mil), *Cultivo de mandioca* (-15 mil) e *Atividades de apoio à pecuária* (-14 mil).

Em contraponto, alguns segmentos dos Serviços foram destaques em termos de crescimento do número de ocupados no Estado em relação a 2017, com destaque para os grupamentos *Administração Pública, Educação e Saúde* (+21 mil) e *Informação e comunicação* (+13 mil). Na APU, destaca-se o aumento de trabalhadores na atividade da *Administração pública e regulação da política econômica e*

social em esfera Municipal (+11,5 mil). Por outro lado, no grupamento de Informação e Comunicação as maiores ampliações das ocupações foram provenientes dos segmentos *Serviços de limpeza e de apoio a edifícios* (+3,8 mil), *Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra* (+3,5 mil) e *Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas* (+2,3 mil).

Tabela 17. Maranhão: Número de ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2016 a 2018, em mil pessoas, Variação Absoluta

Grupo de atividade	2016	2017	2018	Variação (2018-2017)	
				Absoluta	(%)
Total	2.437	2.340	2.255	-85	-3,6
Agropecuária	546	443	377	-66	-15,0
Indústria	151	144	132	-12	-8,3
Indústria de Transformação	123	114	103	-12	-10,1
Construção	239	211	193	-18	-8,5
Comércio, reparação de veículos	523	535	513	-22	-4,2
Serviços inclusive APU, educação. e saúde	979	1.007	1.041	33	3,3
Transporte, armazenagem e correio	97	94	97	3	3,2
Alojamento e alimentação	107	122	119	-3	-2,3
Informação, comunic., ativ. financeiras, imob. e adm.	101	109	122	13	11,4
APU, defesa, seg. social, educação, saúde humana e serv. sociais	425	440	460	21	4,7
Outros serviços	97	98	98	0	0,0
Serviços domésticos	152	145	145	0	0,0

Fonte: PNADc Trimestral/IBGE.

A **Tabela 18** ilustra a distribuição do número de ocupados, segundo a posição na ocupação e categorias de emprego no Maranhão. Nota-se que a redução de 85 mil pessoas ocupadas no Estado é decorrente da forte desmobilização da categoria dos ocupados na condição de conta própria (-66 mil). Em contrapartida, considerando as três categorias de emprego no setor público (empregado no setor público com carteira de trabalho assinada, sem carteira e militares e servidores estatutários), houve um aumento de 17 mil pessoas ocupadas em relação ao ano de 2017.

Tabela 18. Brasil e Maranhão: Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2016 a 2018*

Posição na Ocupação	2016	2017 (a)	2018 (b)	Variação (b-a)	
				Absoluta	(%)
Total - Brasil	90.384	90.647	91.861	1.214	1,3
Empregados formais e Servidores Públicos	47.558	46.493	46.299	-195	-0,4
Empregado no setor privado	34.293	33.340	32.929	-411	-1,2
Trabalhador doméstico - c/carteira	2.052	1.871	1.822	-49	-2,6
Empr. no setor público - c/carteira	1.149	1.183	1.248	66	5,5
Empr. no setor público - s/carteira	2.125	2.284	2.422	138	6,0
Empr. no setor público - militar e RJU	7.940	7.816	7.878	62	0,8
Total de Empregados s/ Carteira	14.265	15.014	15.609	595	4,0
Empregado no setor privado	10.147	10.707	11.189	482	4,5
Trabalhador doméstico - s/ carteira	4.117	4.306	4.420	114	2,6
Empregadores	3.915	4.243	4.423	180	4,2
Total Conta Própria	22.523	22.683	23.340	657	2,9
Trabalhador familiar auxiliar	2.122	2.214	2.190	-24	-1,1
Posição na ocupação	2016	2017 (a)	2018 (b)	Absoluta	(%)
Total - Maranhão	2.437	2.340	2.255	-85	-3,6
Empregados formais e Servidores Públicos	788	805	820	15	1,8
Empregado no setor privado	409	416	415	-2	-0,4
Trabalhador doméstico	21	18	17	0	-1,4
Empr. no setor público - c/carteira	17	19	24	5	28,0
Empr. no setor público - s/carteira	133	143	144	2	1,1
Empr. no setor público - militar e RJU	208	210	220	10	4,8
Total de Empregados s/ Carteira	511	540	529	-11	-2,1
Empregado no setor privado	381	414	402	-12	-3,0
Trabalhador doméstico - s/ carteira	130	126	127	1	0,8
Empregadores	47	69	70	1	0,7
Total Conta Própria	975	819	753	-66	-8,0
Trabalhador familiar auxiliar	118	107	84	-24	-22,1

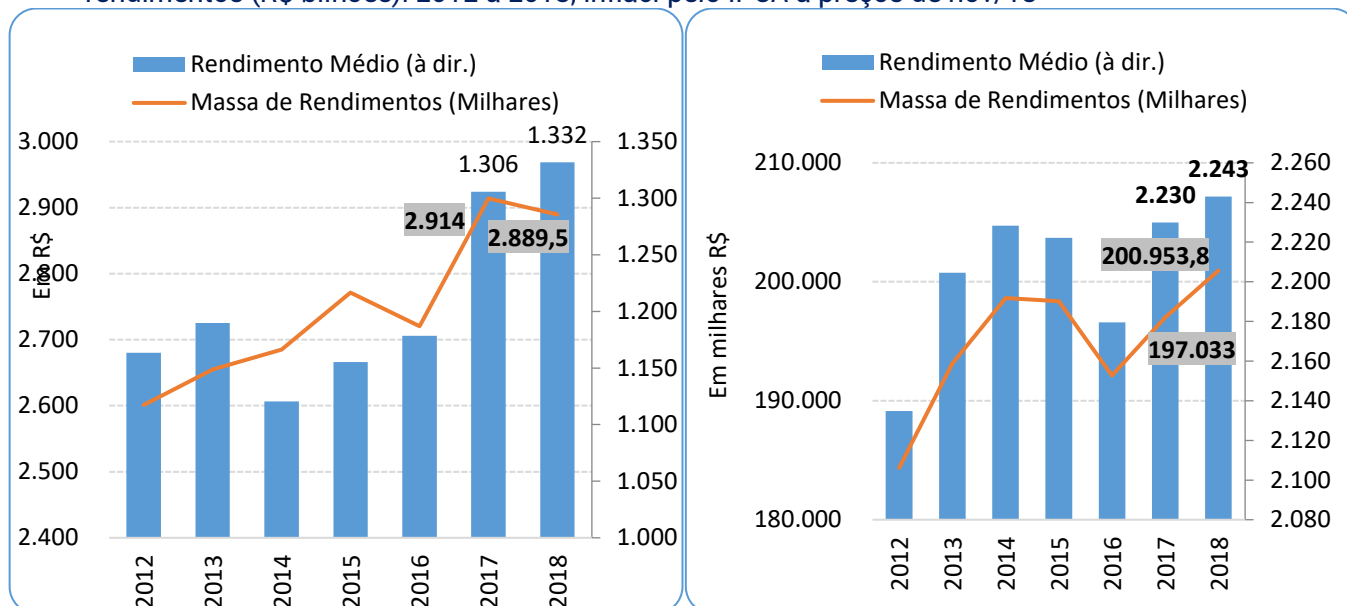
Fonte: PNADc Trimestral/IBGE.

Em relação ao segmento dos trabalhadores por conta própria, os microdados da PNADc apontam desmobilização de 48,5 mil trabalhadores na Agropecuária, especialmente no *Cultivo de mandioca* (-10,8 mil) e *Atividades de apoio à pecuária* (-10,2 mil). O segundo setor com maior diminuição de ocupados foi o Comércio (-15,8 mil), especialmente na atividade *Ambulante e feiras* (-19,5 mil).

A categoria dos empregados no setor público, em especial a categoria *Militar e servidor estatutário*, apresentou crescimento de 10 mil trabalhadores, com predominância nos segmentos *Administração Pública e regulação da política econômica e social – Municipal* (+7,2 mil) e *Outros serviços coletivos prestados pela administração pública – Estadual* (+6,5 mil).

Em relação aos rendimentos reais da população ocupada, o indicador apresentou aumento de 2% na comparação interanual no Maranhão, tendo em vista, principalmente a população que deixou de ser contabilizada devido à desmobilização na agropecuária. Por outro lado, a massa de rendimentos reais da população ocupada maranhense apresentou variação negativa de 0,8% na comparação com o ano 2017. Tal comportamento deve-se a retração no contingente de pessoas ocupadas.

Gráfico 25. Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): 2012 a 2018, inflac. pelo IPCA a preços de nov/18



Fonte: PNADc Trimestral/IBGE.

No que se refere às Unidades da Federação que compõem a Região Nordeste, apenas o Piauí, Ceará e Paraíba registraram saldo positivo na geração de emprego formal em fevereiro de 2019. Já o Maranhão registrou fechamento de 982 vagas formais, sendo que na comparação contra fevereiro de 2018, observa-se um aprofundamento nas demissões líquidas (Tabela 19).

Tabela 19. Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado* de 2018 e 2019; saldo mensal** e variação absoluta

Localidade	Acumulado do ano		Mensal		Var. absoluta (b-a)
	2018	2019	fev/18 (a)	fev/19 (b)	
Brasil	-11.964	211.474	61.188	173.139	111.951
Nordeste	-14.734	-42.007	-25.953	-12.441	13.512
1º Bahia	100	7.710	-36	5.706	5.742
2º Ceará	-2.450	-2.858	-375	1.865	2.240
3º Paraíba	-3.343	-7.611	-2.758	432	3.190
4º Piauí	3.338	-2.302	168	-400	-568
5º Maranhão	2.299	-2.342	-372	-982	-610
6º Sergipe	-851	-3.891	-931	-2.162	-1.231
7º Rio Grande do Norte	847	-3.570	-3.570	-2.249	1.321
8º Alagoas	-8.176	-7.311	-10.698	-2.255	8.443
9º Pernambuco	-6.498	-19.832	-7.381	-12.396	-5.015

Fonte: CAGED/SEPT. *Acumulado de janeiro a dezembro. **Sem ajustes.

As demissões líquidas registradas no Maranhão no mês de fevereiro de 2019 foram em decorrência, principalmente, dos resultados provenientes dos setores Construção Civil (-690) e no Comércio (-245), que desmobilizaram, ao passo que a Indústria de Transformação (+217) abriu vagas, principalmente, na fabricação de álcool (+298), situado na Indústria Química.

Tabela 20. Maranhão: Saldo de emprego formal de 2017 a 2019*, segundo subsetores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual		1º Bimestre		Fevereiro		Variação (b - a)
	2017	2018	2018 (a)	2019 (b)	2018	2019	
Total	2.299	9.481	-537	-2.342	-372	-982	-1.805
Extrativa mineral	-170	70	3	18	-16	-4	15
Ind. de Transformação	-2.151	-175	-356	244	-168	217	600
Ind. de prod. minerais não metálicos	-765	278	5	-55	-29	-13	-60
Ind. metalúrgica	-56	184	-49	47	-17	11	96
Ind. mecânica	164	-343	-170	-48	-138	-41	122
Ind. do material elétrico e de comunicações	-49	16	-7	1	0	0	8
Ind. da madeira e do mobiliário	-232	-16	-11	-3	-13	-19	8
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, outros	-25	65	72	67	-10	16	-5
Ind. química de prod. farm., vet.	-1.008	-141	-174	280	-36	251	454
Ind. têxtil do vestuário e tecidos	-47	39	25	0	6	-3	-25
Ind. de alimentos e bebidas	-109	-358	-130	-48	34	7	82
Outras Indústrias	-24	101	83	3	35	8	-80
SIUP 1	73	405	-31	-13	-20	-13	18
Construção civil	626	-3.617	-1.501	-1.645	-628	-690	-144
Construção de edifícios	1.745	-2.158	-762	-600	-133	-340	162
Obras de infra-estrutura	-892	-1.854	-572	-893	-358	-366	-321
Serviços espec. para construção	-227	410	-167	-152	-137	16	15
Comércio	-438	2.375	-851	-980	-421	-245	-129
Comércio varejista	-245	2.205	-816	-917	-370	-230	-101
Comércio atacadista	-193	170	-35	-63	-51	-15	-28
Serviços	4.416	8.669	1.779	-428	546	-242	-2.207
Inst. de crédito, seg.	-88	34	-7	6	-11	0	13
Com. e adm. de imóveis, valores	-27	2.716	792	-457	276	-156	-1.249
Transportes e comunicações	1.591	272	-134	-30	55	-162	104
Alojamento, alimentação, etc.	368	3.605	258	-357	-11	-301	-615
Serv. médicos, odont. e vet.	2.018	1.515	291	-46	-133	-13	-337
Ensino	554	527	579	456	370	390	-123
Outros	253	6.355	1.043	-808	254	-457	-1.851
Administração pública	62	434	-4	-81	19	-80	-77
Agropecuária	-119	1.320	424	543	316	75	119

Fonte: CAGED/SEPT.

¹SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

- No que se refere ao resultado do 1º bimestre de 2019, foram observadas cerca de 2,3 mil demissões líquidas, aumento de 1,8 mil demissões líquidas em relação ao mesmo período de 2018. Mesmo com a abertura de cerca de 543 vagas na Agropecuária, a desmobilização de mão de obra na Construção Civil (-1,6 mil) e no Comércio (-980) foram preponderantes para o resultado do emprego formal no Estado;
- No que se refere a Agropecuária, o destaque positivo deveu-se, principalmente, às atividades de Cultivo de Soja (+298) e Atividades de Apoio à Agricultura (+160);
- Em relação à Construção Civil, destaca-se que o resultado registrado segue a sazonalidade do período. As atividades que contribuíram de modo mais significativo para o resultado do setor foram: Construção de Rodovias e Ferrovias (-762) e Construção de Edifícios (-600);
- Em se tratando do setor Comércio, o segmento varejista teve seu resultado negativo influenciado principalmente pelo desempenho observado na atividade Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (-610).

3.3.1. Municipal

No primeiro bimestre de 2019, o setor Agropecuário apresentou criação de emprego formal na maioria dos municípios maranhenses, com destaque para Balsas (+620). Por outro lado, na Construção Civil, São Luís lidera o fechamento de vagas de emprego formal com 1,2 mil

A Tabela 21 apresenta o comportamento do emprego formal dos municípios maranhenses, por setor de atividades, no primeiro bimestre de 2019. Dentre os municípios que mais geraram empregos formais, estão: Balsas (+620), São Raimundo das Mangabeiras (+231), Timon (+187), Tasso Fragoso (+156), e Aldeias Altas (+67).

Tabela 21. Maranhão: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de empregos em 2019*.

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
	Total	18	244	-13	-1.645	-980	-428	-81	543	-2.342
1º	Balsas	-4	8	-3	28	81	189	0	321	620
2º	São Raimundo das Mangabeiras	0	221	0	28	2	3	0	-23	231
3º	Timon	-1	54	-2	-9	82	62	0	1	187
4º	Tasso Fragoso	0	0	0	0	25	0	0	131	156
5º	Aldeias Altas	0	69	0	0	-1	0	-1	0	67
6º	Porto Franco	-4	21	0	0	24	22	0	1	64
7º	Riachão	0	-2	0	5	13	11	0	34	61
8º	Alto Parnaíba	0	0	0	0	0	1	0	60	61
9º	Caxias	0	7	0	-25	49	32	0	-12	51
10º	Carolina	1	5	-1	-4	-5	5	0	46	47
208º	São Mateus do Maranhão	0	1	0	-15	-15	-17	0	0	-46
209º	Bacabeira	-2	4	0	-54	2	-1	0	2	-49
210º	Bacabal	-1	1	-1	20	-31	-38	0	-3	-53
211º	Santa Luzia	0	-2	0	0	-13	0	0	-63	-78
212º	Sítio Novo	0	0	0	-89	3	1	0	0	-85
213º	Codó	0	-2	0	1	-89	-2	0	-2	-94
214º	São José de Ribamar	0	-22	-11	-59	-33	-8	0	7	-126
215º	Santa Inês	0	-2	0	-4	-145	-39	0	2	-188
216º	Imperatriz	-3	-53	9	-241	-148	100	2	43	-291
217º	São Luís	-1	12	1	-1.183	-629	-924	-80	-19	-2.823

Fonte: CAGED/SEPT.

- O setor da Agropecuária foi destaque na geração de emprego formal em Balsas e Tasso Fragoso, em especial nos cultivos de Soja (+142) e Atividades de Apoio à Agricultura (+95), respectivamente. Por outro lado, o setor da Indústria de Transformação, com predominância na atividade de Fabricação de álcool, impulsionou a criação de vagas nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras (+245) e Aldeias Altas (+69);
- É importante destacar que esse resultado positivo no setor primário na parte meridional do estado se deve, em grande medida, ao fato de algumas culturas estarem sendo colhidas, como no caso da soja, cujo plantio tem início, geralmente, no mês de outubro e após três meses, período de maturação da cultura, ela começa a ser colhida. Soma-se a isso, o fato de que o milho de segunda safra é plantado imediatamente após a colheita da soja. Portanto, pode ser esperado um resultado positivo também para o próximo mês;

- No município de Timon, o setor terciário foi responsável pelo saldo positivo de empregos formais registrado no primeiro bimestre do ano, sendo registradas 82 contratações líquidas no comércio e 62 nos Serviços. Dentre os grupamentos de atividades com maiores postos de trabalho destacam-se, respectivamente, Hipermercados e Supermercados (+72) e as atividades de ensino Educação Infantil - Pré-Escola (+22) e Ensino Fundamental (+21).

Dentre os municípios com maiores saldos negativos no primeiro bimestre de 2018, destacam-se: São Luís (-2,8 mil), Imperatriz (-291), Santa Inês (-188), São José de Ribamar (-126) e Codó (-94).

- As maiores demissões líquidas registradas em São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar se concentraram nos setores da Construção Civil. Na capital, os segmentos Construção de Rodovias e Ferrovias (-574) e Construção de Edifícios (-486) lideraram as desmobilizações de emprego formal. Já em Imperatriz, a atividade Obras de Terraplenagem demitiu liquidamente 129 trabalhadores com carteira assinada. Já em São José de Ribamar, o maior saldo negativo foi proveniente do segmento Construção de Edifícios (-58);
- Em Santa Inês e em Codó, o saldo negativo repercutiu principalmente das atividades ligadas ao Comércio, em especial nos segmentos Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, sem Predominância de Produtos Alimentícios (-40) e Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral (-36), respectivamente.

3.4. Finanças Públicas

Arrecadação de tributos estaduais e federais no Estado encerram 2018 com variação positiva.

De acordo com dados da Receita Federal do Brasil, a arrecadação de impostos federais no Maranhão totalizou R\$ 9,6 bilhões em 2018. Em termos reais, isso representa crescimento de 14,2% frente ao arrecadado em 2017, quando os tributos alcançaram R\$ 8,4 bilhões. Para esse avanço, a Receita Previdenciária contribuiu com aumento de R\$ 904,6 milhões e os Tributos com R\$ 309,7 milhões (Tabela 22).

Dentre os tributos federais cuja receita arrecadada é compartilhada com Estados e Municípios, destaca-se que apenas o Imposto de Renda (IR) obteve variação real positiva entre os dois exercícios, igual a 15,9% (R\$ + 192,9 milhões), puxado por maior contabilização tanto do IRPF (R\$ +86,5 milhões), como IRPJ (R\$ +49,3 milhões) e IRRF (R\$ +57,1 milhões). Os demais, Imposto sobre Produto Industrializado - IPI (-9,2%, R\$ -6,5 bilhões), Imposto sobre o Território Rural - ITR (-0,4%, R\$ -8,7 bilhões) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Combustíveis (-53%, R\$ -118,2 bilhões), não registraram incremento na arrecadação entre 2018 e 2017.

Com relação aos tributos federais resultantes de atividades empresariais incidentes sobre faturamento e lucratividade, COFINS e CSLL estão entre os três mais representativos na arrecadação total. A COFINS, que tem como objetivo financiar a seguridade Social (Previdência Social, Assistência Social e Saúde Pública) registrou perda de R\$ 8,7 milhões entre 2018 e 2017, e a CSLL, que também tem como objetivo apoiar financeiramente a Seguridade Social, obteve aumento de R\$ 30,6 milhões.

Tabela 22. Maranhão: Arrecadação de Impostos Federais (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até jan/19), Variação Percentual (%) e Variação Absoluta – 2017 e 2018, jan/18 e jan/19

Descrição	2017	2018	jan/18	jan/19	%		Var. Absoluta	
					2018/ 2017	jan19/ jan18	2018- 2017	jan19- jan18
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	70,9	278,2	22,6	9,8	292,3	-56,5	207,3	-12,8
IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO	0,2	0,1	0,0	0,0	-58,5	-	-0,1	0,0
IPI - TOTAL	71,4	64,9	8,2	9,0	-9,2	10,3	-6,5	0,8
IMPOSTO SOBRE A RENDA - TOTAL	1.216,8	1.409,7	128,8	137,1	15,9	6,5	192,9	8,3
IRPF	289,5	376,0	8,8	11,7	29,9	33,2	86,5	2,9
IRPJ	473,1	522,4	65,8	73,4	10,4	11,5	49,3	7,6
IRRF	454,3	511,3	54,1	52,0	12,6	-4,0	57,1	-2,2
IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	5,6	5,5	0,4	0,4	-2,5	0,7	-0,1	0,0
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	11,7	11,4	0,6	0,2	-3,0	-64,3	-0,4	-0,4
COFINS	2.369,7	2.360,9	237,1	247,5	-0,4	4,4	-8,8	10,3
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	661,6	678,4	66,8	70,1	2,5	4,9	16,8	3,3
CSLL	373,8	404,5	44,6	79,3	8,2	77,9	30,7	34,7
CIDE-COMBUSTÍVEIS	223,3	105,0	19,6	15,8	-53,0	-19,1	-118,3	-3,7
CPSSS	311,8	322,0	20,3	25,6	3,3	26,1	10,2	5,3
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	127,3	113,4	15,4	0,7	-10,9	-95,7	-13,8	-14,7
SUBTOTAL [A]	5.444,3	5.754,0	564,4	595,6	5,7	5,5	309,7	31,2
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	2.989,4	3.893,9	261,1	494,2	30,3	89,2	904,6	233,0
RECEITA ADM.PELA RFB [C]= [A] + [B]	8.433,7	9.647,9	825,5	1.089,8	14,4	32,0	1.214,3	264,2
DEMAIS RECEITAS [D]	51,0	42,0	4,2	2,1	-17,6	-49,0	-9,0	-2,0
TOTAL GERAL DAS RECEITAS [C] + [D]	8.484,7	9.690,0	829,7	1.091,9	14,2	31,6	1.205,3	262,2

Fonte: STN.

Os impostos de competência estadual obtiveram dinâmica positiva em 2018. A arrecadação de 2018 ficou 6,6% acima do executado em 2017, totalizando R\$ 7,8 bilhões contra R\$ 7,4 bilhões no ano anterior. Destaca-se a elevação em R\$ 490,3 milhões do principal tributo estadual, o ICMS, seguido por aumento também, ainda que em bem menor dimensão, de Fundo de Combate à Pobreza - FUMACOP¹⁶ (+4,5%, R\$ +14 milhões) e Imposto sobre a transmissão *causa mortis* - ITCD (+13,5%, R\$ +2,1 milhões) (Tabela 23).

Sazonalmente, a arrecadação de IPVA é mais forte no início do ano, e em janeiro de 2019 os recursos com o imposto chegaram a R\$ 41,3 milhões, 17% maior que o registrado no mesmo mês de 2018.

Tabela 23. Maranhão: Arrecadação de Impostos Estaduais (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até jan/19), Variação Percentual (%) e Variação Absoluta – 2017, 2018, jan/18 e jan/19

Descrição	2017	2018	jan/18	jan/19	2018/ 2017	jan19/ jan18	2018- 2017	jan19- jan18
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.407,4	7.896,7	657,7	724,5	6,6	10,1	489,3	66,7
ICMS	6.325,2	6.815,6	553,7	611,2	7,8	10,4	490,3	57,5
FUMACOP	311,6	325,6	23,1	36,0	4,5	55,9	14,0	12,9
IPVA	433,1	427,5	35,3	41,3	-1,3	17,0	-5,6	6,0
ITCD	15,4	17,4	0,9	1,5	13,5	62,6	2,1	0,6
DEMAIS RECEITAS	322,1	310,6	44,7	34,5	-3,6	-23,0	-11,5	-10,3

FONTE: SEFAZ/MA.

Os recursos referentes ao Fundo de Participação do Estado (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), constituem importante parcela dos recursos correntes dos entes regionais, correspondendo em média a 35% da receita corrente do Estado e 65% dos municípios.

¹⁶ A principal fonte de recursos do FUMACOP é a parcela adicional de arrecadação de até dois pontos percentuais na alíquota do ICMS, incidente sobre produtos como cigarros, bebidas alcoólicas, ultraleves e suas peças, asa-delta, embarcações de esporte e recreio, combustíveis, joias, perfumes, serviços de telefonia e de energia elétrica etc.

A **Tabela 24** mostra os volumes transferidos nos últimos dois últimos exercícios, bem como em janeiro de 2019.

Observa-se que, em 2018, as transferências ao Estado alcançaram R\$ 6,8 bilhões, aumento real de 2,7% (R\$ +179,5 milhões) frente a 2017, resultado do desempenho positivo do FPE (+3,1%, R\$ 157,3 milhões) e do FUNDEB (+3,0%, R\$ +40,4 milhões). O incremento registrado entre janeiro de 2019 e janeiro de 2018 foi mais significativo, variação real de 41,6% em decorrência da contabilização de R\$ 225 milhões do FUNDEB em janeiro do ano corrente.

O volume do FUNDEB repassado aos municípios do Maranhão totalizou R\$ 861,4 milhões, R\$ 404,2 milhões acima do ano anterior. Dessa forma, em conjunto com os R\$ 329,3 milhões referentes ao FPM, os recursos destinados aos municípios somaram R\$ 1,2 bilhões, ficando 7,1% acima dos repasses de 2017. Em reunião em Brasília, governadores do Nordeste defenderam a prorrogação do FUNDEB e o aumento da participação do Governo Federal na complementação do Fundo. Os representantes estaduais ressaltaram a necessidade de manutenção do Fundo, cuja vigência tem prazo para 2020, para a sustentação da qualidade da educação básica das redes de ensino em meio a um período de recuperação fiscal dos Estados.

Tabela 24. Maranhão: Principais Transferências Constitucionais para o Estado e Municípios (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até jan/19), Variação Percentual (%) e Variação Absoluta – 2017 e 2018, jan/18 e jan/19

Descrição	2017	2018	jan/18	jan/19	2018/2017	jan19/jan18	2018-2017	jan19-jan18
Estado	6.639,2	6.818,6	549,6	778,0	2,7	41,6	179,5	228,4
FPE	5.068,7	5.225,9	462,7	537,9	3,1	16,3	157,3	75,3
FUNDEB	1.368,3	1.408,7	63,3	225,0	3,0	255,7	40,4	161,8
Outros	202,2	184,0	23,7	15,0	-9,0	-36,6	-18,2	-8,7
Municípios	8.425,6	9.023,5	535,4	1.200,8	7,1	124,3	597,9	665,3
FPM	3.405,1	3.554,2	282,1	329,3	4,4	16,7	149,1	47,1
FUNDEB	4.898,6	5.302,8	238,8	861,4	8,3	260,7	404,2	622,6
Outros	122,0	166,5	14,5	10,1	36,5	-30,5	44,5	-4,4

FONTE: STN.

A **Tabela 25** abaixo mostra a abertura da arrecadação de ICMS por setor econômico e grupo de atividade econômica. O Setor Primário encerrou 2018 com queda de 20%. O ICMS das atividades da agricultura registrou aumento em 2018, mesmo com as seguidas quedas das projeções para a produção de grãos ao longo do ano, a variação real foi de 6,3% (R\$ +730,5 mil). No entanto, não foi suficiente para sobrepor o desempenho ruim da Pecuária (-18,3%, R\$ -7,1 milhões), da Pesca e Aquicultura (-30%, R\$ -305,8 milhões) e Produção Florestal (-73,4%, R\$ -5,0 milhões).

No Setor Secundário, o total de ICMS arrecado totalizou R\$ 3,2 bilhões em 2018, ficando 21,2% acima de 2017. Apenas a Indústria Extrativista (-16,7%, R\$ -1,8 milhões) registrou queda real na arrecadação, com destaque às atividades de *Extração de granito e beneficiamento associado* (R\$ -1,2 milhões) e *Extração de outros minerais não-metálicos* (R\$ -403,5 mil). As maiores contribuições em termos absolutos ficaram com Energia Elétrica (R\$ +109,2 milhões) e Combustível (R\$ +401,1 milhões).

- A Indústria de Transformação foi beneficiada pelos desempenhos positivos da arrecadação com *Fabricação de Cervejas e chopes* (R\$ +39,7 milhões), *Fabricação de automóveis e caminhonetes* (R\$ +15,7 milhões) e *Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel* (R\$ 12,7 milhões).

Setor Terciário apresentou desempenho negativo do em 2018, que fechou o período 2,0% abaixo do ano anterior. Influenciou esse resultado a dinâmica dos grupos de atividade de Combustível (-48,3%, R\$ -125,7%), Comércio Atacadista (-1,4%, R\$ -15,6 milhões), Serviços de Comunicação (-11,9%, R\$ -50,3 milhões), Serviços de Transporte (-5,3%, R\$ -12,0 milhões) e Outros Serviços (-11,1%, R\$ -9,1 milhões).

- *Telefonia móvel celular e Serviços de telefonia fixa comutada* foram as atividades que mais sofreram perda na arrecadação, que se deve, sobretudo, ao elevado volume de cancelamento de planos em razão da inadimplência dos usuários dos serviços de comunicação;
- A paralização dos caminhoneiros no primeiro semestre de 2018 causou prejuízos ao setor, que se alongaram até o fim do ano. Esses efeitos reverberaram também sobre a arrecadação advinda das atividades de serviços de transporte, que registraram queda real de 5,3% (R\$ -12 milhões);
- Consequentemente, o comércio varejista também sentiu os efeitos disso, através do desabastecimento dos estoques das lojas que impactaram o volume de vendas e receitas nominais do comércio maranhense. Ainda assim, a arrecadação do Comércio Varejista foi positiva, com variação real de 1,7% (R\$ +16,8 milhões), puxado pelas seguintes atividades: *Lojas de departamento ou magazines, exceto lojas francas* (R\$ +24,2 milhões), *Comércio varejista de móveis* (R\$ +1,9 milhões) e *Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas* (R\$ +4,7 milhões).

Tabela 25. Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes (IPCA até jan/19) em R\$ Milhões, Var. % e Var. Absoluta – 2018, 2017, jan/18 e set/19

SETOR	GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Acum. do Ano		Janeiro		Var. (%)		Var. Absoluta	
		2017 (a)	2018 (b)	2018 (c)	2019 (d)	(b)/(a)	(d)/(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
Primário	PRIMÁRIO	58,3	46,7	3,6	3,6	-20,0	0,3	-11,7	0,0
	AGRICULTURA	11,6	12,4	1,1	0,7	6,3	-37,1	0,7	-0,4
	PECUÁRIA	38,9	31,8	2,4	2,6	-18,3	11,4	-7,1	0,3
	PESCA E AQUICULTURA	1,0	0,7	0,1	0,1	-30,0	60,3	-0,3	0,0
	PRODUÇÃO FLORESTAL	6,8	1,8	0,1	0,2	-73,4	104,6	-5,0	0,1
Secundário	SECUNDÁRIO	2.672,3	3.238,5	220,2	288,7	21,2	31,1	566,2	68,5
	COMBUSTÍVEL	1.697,9	2.099,0	121,5	188,8	23,6	55,4	401,1	67,3
	ENERGIA ELÉTRICA	12,1	121,3	1,2	0,5	-	-55,5	109,2	-0,7
	INDÚSTRIA DE TRANSF.	950,2	1.009,3	96,6	97,6	6,2	1,1	59,1	1,1
	INDÚSTRIA EXTRATIVISTA	10,8	9,0	0,9	1,6	-16,7	75,3	-1,8	0,7
Terciário	INDÚSTRIAS - OUTRAS	1,2	2,4	0,1	0,2	96,8	105,7	1,2	0,1
	TERCIÁRIO	3.768,6	3.691,7	340,9	341,0	-2,0	0,0	-76,9	0,1
	COMBUSTÍVEL	260,4	134,7	14,0	10,7	-48,3	-23,6	-125,7	-3,3
	COMÉRCIO ATACADISTA	1.080,2	1.064,6	83,3	89,8	-1,4	7,7	-15,6	6,4
	COMÉRCIO VAREJISTA	981,8	998,6	110,2	113,4	1,7	2,9	16,8	3,2
	ENERGIA ELÉTRICA	713,9	833,0	73,4	74,0	16,7	0,9	119,1	0,7
	OUTROS SERVIÇOS	82,3	73,2	7,5	7,0	-11,1	-5,7	-9,1	-0,4
	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	423,4	373,0	33,7	31,1	-11,9	-7,5	-50,3	-2,5
	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	226,6	214,6	18,9	14,9	-5,3	-21,0	-12,0	-4,0
Total		6.499,2	6.898,1	564,7	633,4	6,1	12,2	398,9	68,6

FONTE: SEFAZ/MA (ORACLE).

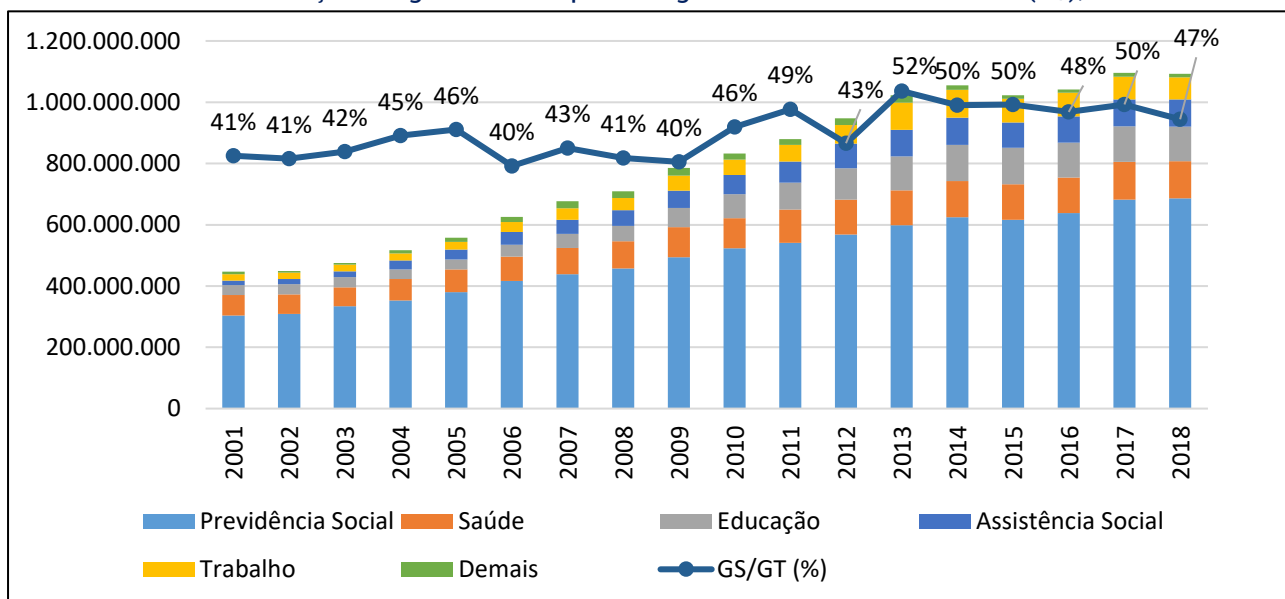
3.5. Gasto Social

3.5.1. Gasto Social Federal

Gasto Social Federal registrou queda em 2018, na comparação com 2017.

O Gasto Social do Governo Federal atingiu o menor nível em 2018 (47,2%) em relação ao gasto total, desde 2012 (43,3%), totalizando R\$ 1,1 bilhão. Os principais gastos sociais são Previdência Social, Saúde e Educação, que juntos, abarcaram 84,2% (R\$ 920,3 bilhões) das despesas empenhadas em 2018 (Gráfico 26).

Gráfico 26. Brasil: Evolução do gasto social por categoria em termos absolutos (R\$), valores reais* –



2001 – 2018

Fonte: STN. *Inflacionado pelo IPCA jan/19

Constata-se que as duas reduções do dispêndio social ocorreram recentemente, em 2015 e 2018, com quedas de -3,1% e -0,3%, respectivamente, conforme o Gráfico 26. A redução do ano de 2015 pode ser atribuída à crise político-econômica no Brasil, iniciada em meados de 2014. A queda do ano de 2018 se dá em decorrência do contingenciamento de gastos proposto pelo governo federal para equilibrar as contas públicas por meio da PEC 241 do teto dos gastos públicos, aprovada em 2016.

No período de 2015 a 2018, o gasto social federal cresceu apenas 0,7% ao ano. Contribuíram para esse resultado queda em Educação (-1,0% a.a.) e estabilidade no gasto em Saúde (+0,5% a.a.), essas duas categorias são os maiores pesos no gasto social. Somente a rubrica Previdência Social apresentou expansão, de 1,9% a.a, crescimento médio maior que o do total do gasto social (+0,7% a.a.) e das despesas totais do governo (1,7% a.a.) (Tabela 26).

Tabela 26. Brasil: Gasto total e Gasto Social por categoria, valores reais* (Em R\$ 1.000) – 2014 a 2018

Categorias	2014	2015	2016	2017	2018	Cresc. médio anual	Var. (%) 2015 / 2014	Var. (%) 2018 / 2017
Despesas Totais	2.132.066,6	2.061.615,2	2.151.248,0	2.207.677,6	2.314.510,0	1,7%	-3,3%	4,8%
Gasto Social	1.055.436,0	1.022.913,1	1.041.531,9	1.095.895,0	1.092.909,8	0,7%	-3,1%	-0,3%
Previdência Social	624.306,0	616.403,9	638.070,9	682.540,5	686.444,9	1,9%	-1,3%	0,6%
Saúde	118.564,3	116.277,0	116.012,2	122.403,0	121.258,4	0,5%	-1,9%	-0,9%
Educação	118.352,5	118.197,0	114.372,6	115.953,0	112.548,7	-1,0%	-0,1%	-2,9%
Assistência Social	88.777,6	83.404,6	85.465,5	88.176,4	88.962,6	0,0%	-6,1%	0,9%
Trabalho	90.009,8	76.437,0	77.341,2	74.174,6	72.391,8	-4,3%	-15,1%	-2,4%
Habitação e Urbanismo	5.281,8	5.056,1	4.139,6	6.668,1	5.422,8	0,5%	-4,3%	-18,7%
Organização Agrária	5.410,1	3.520,5	3.200,4	2.866,3	2.718,8	-12,9%	-34,9%	-5,1%
Cultura	2.313,9	2.126,8	2.078,3	1.981,9	2.006,1	-2,8%	-8,1%	1,2%
Saneamento	2.132,0	1.245,5	603,9	893,8	924,1	-15,4%	-41,6%	3,4%

Fonte: STN. *Inflacionado pelo IPCA jan/19.

3.5.2. Gasto Social do Maranhão

Gasto Social do Governo do Maranhão apresenta crescimento em 2018, andando na contramão do resultado nacional, que registrou queda.

Em 2018, em termos reais, o gasto social do Governo do Maranhão, cresceu 6,2% em comparação com 2017, totalizando R\$ 9,8 bilhões, andando na contramão do GSF que registrou queda em 2018. As categorias que apresentaram expansão significativa foram: Organização Agrária (+48,9%), Educação

(+19,3%) e Saneamento (+12,6%). Os gastos com Saúde ficaram praticamente estáveis (+0,7%). Por outro lado, Habitação (-42,7%) e Trabalho (-10,1%) apresentaram as maiores quedas. No geral, Educação (33,0%), Previdência Social (27,8%) e Saúde (23,6%) são as categorias que englobam grande parte do gasto social total, representam, juntos, 84,4% (R\$ 8,3 bilhões) (Tabela 27).

Entre os programas¹⁷, a Reforma e Regularização Fundiária, inserida na categoria Organização Agrária, contribuiu para que houvesse a maior variação positiva na categoria Organização Agrária, em 2018. As despesas empenhadas com Reforma e Regularização Fundiária foram de R\$ 16,2 milhões, representando 93,9% do total empenhado para a Organização Agrária. No âmbito da Educação, o programa Escola Digna representou 64% (R\$ 2,1 bilhões) do total dessa categoria. Por fim, a promoção da Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, cresceu 25,3%, em termos reais, em 2018, e representou 61,4% (R\$ 363,9 milhões) do total da despesa empenhada para Saneamento.

Tabela 27. Maranhão: Gasto Social, por categoria (R\$ 1.000.000, a preços de janeiro de 2019) – 2014 – 2018*

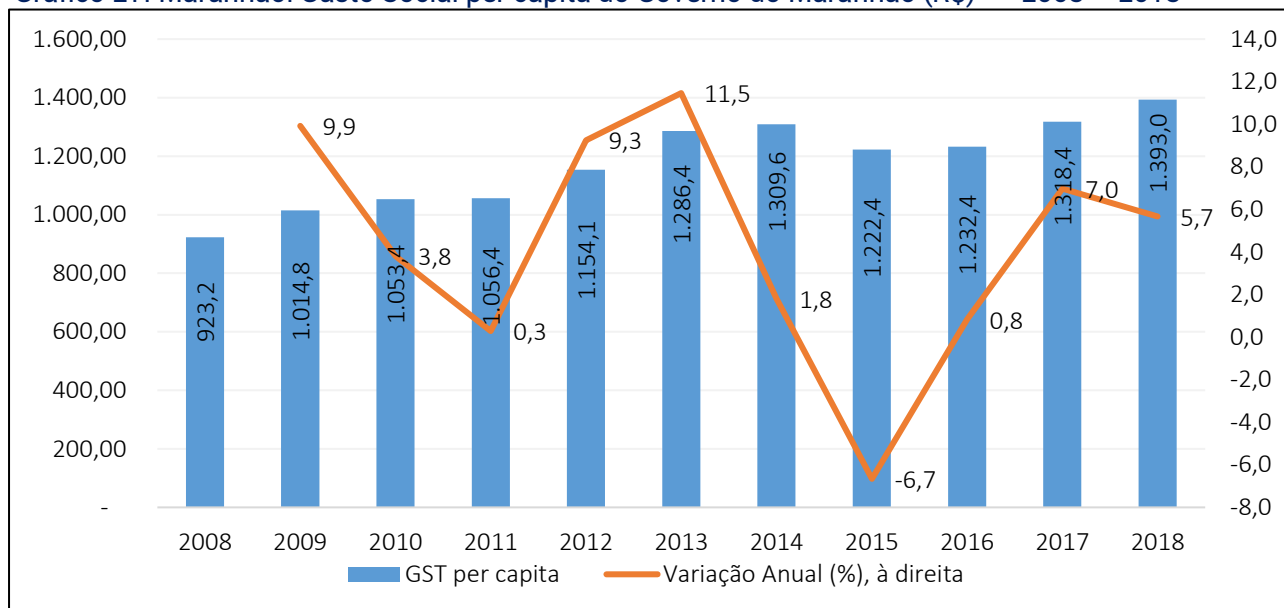
Categorias	2014	2015	2016	2017	2018	Var. (%) 2018 / 2017	Participação no GS total (%) 2018
1. Despesas Empenhadas	17.689,0	16.801,9	17.361,8	18.598,9	19.828,2	6,6	-
2. Gasto Social Total	8.971,9	8.439,7	8.570,1	9.228,9	9.800,1	6,2	100,0
Educação	2.739,4	2.689,8	2.467,6	2.711,2	3.235,5	19,3	33,0
Previdência Social	2.255,1	2.484,0	2.570,5	2.727,2	2.725,6	-0,1	27,8
Saúde	2.462,9	2.081,4	2.234,8	2.301,6	2.317,4	0,7	23,6
Saneamento	578,9	467,5	513,3	526,5	592,9	12,6	6,0
Urbanismo	192,8	174,4	275,5	411,4	388,9	-5,5	4,0
Assistência Social	373,4	393,5	361,0	356,7	356,0	-0,2	3,6
Cultura	122,0	104,9	88,1	118,1	120,4	2,0	1,2
Trabalho	13,8	11,9	10,8	28,3	25,5	-10,1	0,3
Habitação	69,5	3,9	35,0	36,4	20,9	-42,7	0,2
Organização Agrária	164,2	28,4	13,6	11,6	17,2	48,9	0,2

Fonte: SEPLAN/MA. Elaboração IMESC. *Dados passíveis de modificação, coletados em janeiro de 2019.

Em 2015 e 2016, a crise econômica brasileira se intensificou, o que ocasionou queda no gasto social *per capita* e crescimento nulo, respectivamente naqueles anos, no Maranhão. Entre os anos de 2008 e 2018, o Gasto Social do Maranhão representou, em média, 48,2% das despesas totais empenhadas. Ademais, em termos de gasto social *per capita*, em 2018, atingiu-se o maior nível (R\$ 1.393,0), o terceiro ano consecutivo de crescimento, após variação negativa de 6,7% em 2015, como pode ser visto no Gráfico 27.

¹⁷ Informações oriundas do sistema BI da SEPLAN/MA e inclui despesas correntes e de capital.

Gráfico 27. Maranhão: Gasto Social per capita do Governo do Maranhão (R\$)* – 2008 – 2018**



Fonte: SEPLAN/MA; IBGE. Elaboração IMESC. *A preços de janeiro de 2019. **Dados passíveis de modificação, coletados em jan/19.

Apesar da conjuntura adversa no cenário nacional, que implicou em queda das transferências federais aos estados e redução dos gastos sociais federais, o governo do Maranhão vai na contramão a esse contexto por meio de ações direcionadas para a promoção da justiça social. De uns 141 programas executados no período de 2015 a 2018, 88 (62,4%) podem ser considerados categoria gasto social. No gasto social, foram executados R\$ 7,4 bilhões (70,2%) do total planejado, com destaque para Educação, com 34 programas, sendo executados R\$ 568,8 milhões (68,1% do total planejado).

Entre os principais programas voltados para a Educação, no período em tela, se destacam: Escola Digna (R\$ 44,4 milhões), Programa Ensinar (R\$ 30,1 milhões) e Jornada de Alfabetização Sim, eu posso (R\$ 26,4 milhões). Em seguida, vem a Saúde, com 14 programas, sendo executado R\$ 5,1 bi entre 2015 e 2018, o que representa 97,4% do total planejado de R\$ 5,2 bi, com destaque para: Programa do Leite Especial (R\$ 20,3 milhões), Odontomóveis (R\$ 6,3 milhões) e Ônibus Lilás (R\$ 323,1 mil). E o Urbanismo, com 11 programas, totalizando R\$ 963,6 mi executados (31,5% do planejado), com destaque para o Mais asfalto (R\$ 705,1 mi) (Tabela 28).

Tabela 28. Maranhão: Classificação Gastos por função (Em R\$ e %) – 2015 a 2018

Categorias Gasto Social	Qt. de Programas	%	Valor Executado	%	Valor Planejado	%	Executado/Planejado (%)
Total	141	100,0%	8.458.048.772,9	100,0%	12.896.408.689,1	100,0%	65,6%
Gasto Social	88	62,4%	7.378.173.750,5	87,2%	10.515.242.517,9	81,5%	70,2%
Assistência Social	9	6,4%	389.674.655,1	4,6%	412.233.879,5	3,2%	94,5%
Saúde	14	9,9%	5.088.891.428,5	60,2%	5.226.547.537,2	40,5%	97,4%
Trabalho	3	2,1%	4.226.389,4	0,0%	4.226.389,4	0,0%	100,0%
Educação	34	24,1%	568.780.760,7	6,7%	834.854.868,8	6,5%	68,1%
Cultura	3	2,1%	10.211.091,2	0,1%	19.851.868,5	0,2%	51,4%
Urbanismo	11	7,8%	963.612.968,9	11,4%	3.059.099.698,5	23,7%	31,5%
Habitação	3	2,1%	82.236.091,4	1,0%	454.702.532,9	3,5%	18,1%
Saneamento	7	5,0%	270.540.364,9	3,2%	503.725.742,7	3,9%	53,7%
Organização agrária	4	2,8%	-	-	-	-	-
Demais gastos	53	37,6%	1.079.875.022,3	12,8%	2.381.166.171,2	18,5%	45,4%
Agricultura	27	19,1%	583.563.640,5	6,9%	617.492.746,2	4,8%	94,5%
Ciência e Tecnologia	3	2,1%	95.452.395,8	1,1%	137.013.853,7	1,1%	69,7%
Desporto e lazer	5	3,5%	109.381.302,3	1,3%	137.388.563,4	1,1%	79,6%
Direitos da cidadania	8	5,7%	72.166.524,3	0,9%	194.790.362,5	1,5%	37,0%
Segurança Pública	8	5,7%	49.852.771,9	0,6%	61.653.988,7	0,5%	80,9%
Transporte	2	1,4%	169.458.387,3	2,0%	1.232.826.656,5	9,6%	13,7%

Fonte: Secap. Elaboração Imesc. Fontes de recurso: Tesouro Estadual; Aporte de crédito do BNDES; Fumacop; Empresas Públicas; Convênios e Emendas Parlamentares; Doação; Banco do Brasil; CEF; Renúncia Fiscal; Compensação Tributária; Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS); Parceria com a Raízen; FNDE; Recurso Federal.

3.5.3. Programas de Transferência de Renda e Previdência Social

No Brasil, os benefícios previdenciários, assistenciais e de transferência de renda registraram crescimento real. Todavia, no âmbito estadual, os benefícios previdenciários ficaram constantes e o benefícios assistenciais e de transferência de renda variaram negativamente.

Em 2018, o valor gasto com o Programa Bolsa Família (PBF) foi de R\$ 31,1 bilhões e atendeu 14,1 milhões de famílias, em todo o território nacional. Entre 2010 e 2018, o gasto cresceu, em média, 3,6% ao ano. O PBF atingiu seu ápice de repasse de recursos em 2014, quando somou o total de R\$ 35,1 bilhões, contudo, devido aos efeitos da crise econômica o aporte de recursos, se reduziu entre 2015 e 2017, voltando a crescer em 2018 (+1,7%) (Tabela 29).

Tabela 29. Brasil, Regiões e Maranhão: Gasto do Programa Bolsa Família total e por região (R\$ 1.000.000), valores reais* – 2010 a 2018

Local	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Cresc. médio anual	Var. (18/17) (%)
Brasil	23.390,0	26.471,3	30.606,4	34.226,9	35.174,4	32.857,5	31.141,6	30.634,1	31.144,7	3,6%	1,7%
NE	13.713,3	15.425,7	15.713,0	17.808,7	18.268,0	17.051,7	16.178,7	16.071,9	16.214,4	2,1%	0,9%
SE	2.263,5	2.595,9	7.208,9	7.958,4	8.157,7	7.710,0	7.303,8	7.189,8	7.512,9	16,2%	4,5%
NO	3.456,6	3.937,9	3.872,7	4.438,9	4.744,3	4.479,9	4.368,7	4.383,1	4.433,4	3,2%	1,1%
SU	1.133,2	1.267,6	2.212,8	2.301,9	2.251,0	2.023,7	1.816,3	1.665,4	1.696,3	5,2%	1,9%
CO	2.823,4	3.244,1	1.599,0	1.719,1	1.753,5	1.592,2	1.439,6	1.345,4	1.318,4	-9,1%	-2,0%
MA	1.975,9	2.296,0	2.697,1	2.815,9	2.815,9	2.649,5	2.524,1	2.546,6	2.538,6	3,2%	-0,3%

Fonte: MDS. * Inflacionado pelo IPCA jan/19.

Em termos regionais, o Nordeste concentra o maior volume de recursos, porém apresentou crescimento de 2,1% a.a. entre 2010 e 2018 e de apenas 0,9% em 2018, em comparação com 2017 (menor taxa positiva entre as Regiões). Por sua vez, o Nordeste apresentou o maior número de famílias beneficiárias em 2018, com 7,1 milhões, quase o dobro da Região Sudeste – a segunda em maior aporte de recursos. No Maranhão, o volume de recursos repassados do PBF, cresceu 3,2% a.a entre 2010 e 2018, totalizando R\$ 2,5 bilhões em 2018. Todavia, considerando os últimos três anos, o valor repassado se manteve estável, com decréscimo de 0,3% entre 2017 e 2018.

Ao analisar o valor médio mensal recebido pelas famílias no país, o maior repasse também aconteceu em 2014 com R\$ 209,3, e, em 2018, o valor médio nacional foi de R\$ 183,5 por família, o menor desde 2012. O Norte apresenta o maior valor médio entre as Regiões, seguido da Região Nordeste. Apesar de ter apresentado crescimento médio de 2,7% a.a. no período de 2010 a 2018, o Nordeste obteve variação negativa de 0,8% no comparativo entre 2018 e 2017. Esse comportamento também foi observado no Maranhão, com queda de 0,5% em 2018. Por outro lado, o estado obteve o maior valor médio (R\$ 214, 9) em 2018, quando comparado com a média do país (Tabela 30).

Tabela 30. Brasil, Regiões e Maranhão: Valor médio mensal por família do PBF (R\$), valores reais* – 2010 a 2018

Local	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação do período (%)	Variação (%) 2018/2017
Brasil	152,5	165,1	183,5	202,5	209,3	196,5	191,2	184,6	183,5	2,3	-0,6
CO	139,0	158,6	171,9	186,4	193,6	179,4	174,1	166,0	163,1	2,0	-1,8
SU	155,8	167,3	173,9	186,2	191,5	175,7	173,5	162,6	162,7	0,5	0,1
NO	163,7	174,3	204,9	223,4	235,1	221,8	216,0	211,6	205,9	2,9	-2,7
SU	148,1	159,8	174,5	184,3	194,9	177,6	173,2	167,6	169,9	1,7	1,4
NO	153,5	165,0	185,8	211,0	214,4	204,9	198,0	191,3	189,7	2,7	-0,8
MA	189,0	208,0	236,2	243,9	238,2	231,9	221,0	216,0	214,9	1,6	-0,5

Fonte: MDS. *Inflacionado pelo IPCA jan/19.

O valor total do Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁸ se manteve crescente desde 2010, quando registrou R\$ 32,1 bilhões, até atingir R\$ 53,4 bilhões em 2018. Do valor total em 2018, os maiores gastos se concentraram no Nordeste (R\$ 18,2 bi) e Sudeste (R\$ 17,5 bi). Quanto ao Estado do Maranhão, o valor do BPC foi de R\$ 2,2 bi em 2018, porém apresentou variação negativa de 3,6% em relação a 2017, e abrangeu 193,4 mil beneficiários (Tabela 31). As Pessoas com Deficiência (PCD) representaram 61% do total de benefícios, emitidos pelo BPC em dezembro de 2018.

Tabela 31. Brasil: Gasto total do Benefício de Prestação Continuada (R\$ 1.000.000), valores reais* – 2010 a 2018

BR, RG e MA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. do período (%)	Var. (%) 2018 / 2017
Brasil	32.097,0	34.261,8	38.858,6	42.009,3	44.165,4	45.022,5	49.187,8	52.193,5	53.365,5	6,6	2,2
NO	3.206,1	3.430,7	3.896,1	4.202,2	4.424,0	4.527,9	4.975,1	5.273,1	5.081,0	5,9	-3,6
NE	11.494,3	12.321,0	14.021,7	15.192,5	16.012,8	16.350,0	17.825,3	18.889,3	18.201,2	5,9	-3,6
SE	11.124,8	11.833,3	13.383,2	14.482,1	15.240,7	15.563,0	17.051,1	18.165,8	17.504,2	5,8	-3,6
SU	3.439,9	3.684,1	4.189,1	4.531,9	4.740,8	4.804,3	5.235,6	5.544,1	5.342,2	5,7	-3,6
CO	2.831,8	2.992,7	3.368,5	3.600,6	3.747,1	3.777,4	4.100,7	4.321,2	4.163,8	4,9	-3,6
MA	1.571,5	1.666,2	1.854,5	1.987,4	2.076,2	2.099,1	2.217,9	2.281,6	2.198,5	4,3	-3,6

Fonte: MDS. * Inflacionado pelo IPCA jan/19.

O BPC foi incorporado à reforma da previdência entregue ao Congresso pelo governo de Jair Bolsonaro, em fevereiro de 2019, com proposta de modificação somente quanto ao benefício concedido aos idosos. A proposta prevê o aumento da idade do idoso para o acesso ao benefício integral (valor de um salário mínimo) de 65 para 70 anos e a inclusão de um novo grupo de beneficiários entre 60 e 69 anos, que receberão um benefício mensal no valor de R\$ 400. A mudança prevê um crescimento maior de despesas no curto prazo, em razão do novo grupo de beneficiários, mas uma economia maior no longo prazo tendo em vista que a nova faixa irá receber o benefício de R\$ 400. Isso caso a proposta atual seja aprovada na íntegra.

Conforme demonstrado no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, o maior gasto social do governo é com o pagamento dos benefícios da Previdência Social. Foram repassados um montante de R\$ 563,6 bilhões para o pagamento dos benefícios emitidos do Regime Geral de Previdência Social, no

¹⁸ O repasse do Benefício de Prestação Continuada (BPC) consiste na garantia de um salário mínimo mensal ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência¹⁸ que não possuem direito à benefícios previdenciários e não conseguem trabalhar de forma independente.

ano de 2018. As Regiões Sudeste (R\$ 282,2 bilhões), Nordeste (R\$ 125,8 bilhões) e Sul (R\$ 100,6 bilhões) são as que mais receberam recursos previdenciários e são os que mais possuem beneficiários: 13.761.223, 7.845.825 e 5.644.709, respectivamente. No Maranhão, o total repassado dos benefícios emitidos totalizou R\$ 13,2 bilhões em 2018, com variação nula de 0,1% em relação a 2017 (Tabela 32).

Tabela 32. Brasil, Regiões e Maranhão: Valor total repassado dos benefícios emitidos da Previdência Social (R\$ 1.000), valores reais* – 2010 a 2018

Local	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. (%) 2018 / 2010	Var. (%) 2018 / 2017
Brasil	397.969,6	416.713,0	451.350,2	478.142,1	496.521,0	486.664,6	529.323,3	560.348,3	563.611,0	4,4	0,6
CO	19.352,9	20.629,3	22.897,8	24.640,9	25.868,1	25.557,4	28.163,8	30.094,8	30.389,5	5,8	1,0
NE	86.409,6	90.270,0	99.614,2	105.403,6	110.054,6	108.626,0	118.600,2	125.464,9	125.797,6	4,8	0,3
NO	15.458,4	16.431,7	18.348,9	19.820,2	21.023,8	20.967,3	23.157,5	24.589,9	24.625,7	6,0	0,1
SU	71.146,0	74.999,2	81.244,7	85.891,9	89.069,2	87.170,1	95.115,8	100.325,6	100.570,1	4,4	0,2
SU	205.602,6	214.382,9	229.244,6	242.385,4	250.505,3	244.343,7	264.286,0	279.873,1	282.228,2	4,0	0,8
MA	8.448,8	8.885,3	9.122,9	10.774,5	11.519,9	11.454,0	12.538,9	13.201,4	13.215,3	5,8	0,1

Fonte: Secretaria da Previdência. *Inflacionado pela IPCA jan/19.

Há que se destacar que 81% dos beneficiários¹⁹ da previdência social no Maranhão residem na zona rural e, em geral, são pessoas em situação de pobreza que se aposentam por idade. Na proposta de reforma à previdência, enviada ao congresso em setembro de 2018, possui as seguintes propostas na aposentadoria rural: a) igualar a idade mínima entre homens e mulheres em 60 anos (atualmente, é 55 anos para mulheres e 60 anos homens); passa a ser contributiva, com no mínimo, 20 parcelas de contribuição anual no valor de R\$ 600 (atualmente não é contributiva); c) comprovação de, no mínimo, 20 anos de serviço em atividade rural (atualmente, não há necessidade de comprovação).

No dia 14 de março de 2019, os nove Governadores do Nordeste reuniram-se na cidade de São Luís, capital do Maranhão, para a instituição do Consórcio Nordeste. O encontro se encerrou com a elaboração de uma Carta dos Governadores do Nordeste para o Governo Federal. A carta aborda pontos como Segurança Pública, Desenvolvimento Regional, Desvinculação das Receitas da União e Estatuto do Desarmamento, além da Reforma da Previdência, à qual o posicionamento contrário em conjunto foi reforçado. Os Governadores se posicionaram "em defesa dos mais pobres, tais como beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social, aposentados rurais e por invalidez, mulheres, entre outros, pois o peso de *déficits* não pode cair sobre os que mais precisam da proteção previdenciária". Nesse sentido, os governadores do Nordeste unirão força política, a partir de sua base partidária no congresso – deputados contrários à reforma concentram-se principalmente nos partidos que governam os estados do Nordeste – para barrar os pontos mais criticados da proposta, a fim de se minimizar os duros efeitos sobre a população em situação de pobreza. Mesmo em partidos não representados nos executivos nordestinos, mais propensos a serem a favor da reforma, a probabilidade de um deputado ser contra a reforma aumenta se ele vier do Nordeste.

¹⁹ Benefícios emitidos em dezembro de 2018.